

CLARISSA MAGALHÃES RODRIGUES SAMPAIO

**“Identidade na vida adulta: a singularização da experiência”**

DOUTORADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

2016

CLARISSA MAGALHÃES RODRIGUES SAMPAIO

**“Identidade na vida adulta: a singularização da experiência”**

Tese de Doutorado apresentada à Banca Examinadora da PUC-SP, como exigência parcial para a obtenção do título de Doutor(a) em Psicologia Clínica, sob orientação da Profa. Dra. Ida Kublikowski

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

2016

BANCA EXAMINADORA

---

---

---

---

---

*A quem busca ser e pertencer*  
*A quem se constrói e reconstrói, todos os dias*

*Com especial agradecimento ao CNPq, pelo apoio financeiro*

## AGRADECIMENTOS

Não vivemos sozinhos. Parafraseando Morin, carrego em mim todos os “nós”. Por isso, quando perpasso esses últimos quatro anos da minha vida, percebo que, mesmo nos momentos mais introspectivos da construção deste trabalho, pude contar com a participação de pessoas que me são muito especiais. A começar por aquela com quem troquei incontáveis e valiosas ideias, **Ida Kublikowski**. Obrigada, Ida, pelas horas dedicadas a me orientar, a ler e reler os meus escritos, pela disponibilidade, cuidado e profissionalismo. Trabalhar com você sempre foi um prazer e uma grande honra.

Foram anos intensos, de muito aprendizado, de grandes e felizes surpresas. E a maior delas, sem dúvida alguma, foi a entrada de um personagem todo especial na história da minha vida: **Alex Lopes**, marido e companheiro, meu grande amor. Os quatro anos do Doutorado foram também os quatro anos desde o nosso encontro, com uma sucessão de maravilhosas conquistas. Conhecemo-nos, aninhamos nossas vidas sob o mesmo teto, noivamos, casamos e, creio e desejo, iniciamos uma trajetória de muita cumplicidade, amor e parceria. Obrigada, do fundo do meu emocionado coração, por estar ao meu lado em todo esse tempo, confortando-me em minhas angústias, suportando os domingos sem a minha companhia e brindando (wine!) comigo cada passo dado rumo a esta conquista.

Um especial agradecimento aos meus amados pais, **Armando Carrasco** e **Ilza Magalhães**, e às minhas “sis” e “kid sis”, **Amanda M. R. Arthur** e **Alberta Magalhães Rodrigues**, família de origem da qual tanto me orgulho. Não me canso de dizer que tê-los em minha vida é um privilégio e uma bênção. Com vocês respiro e vivo o amor. Muito do que sou devo a vocês, minhas referências de vida.

Aos **participantes da pesquisa**, por dedicarem um pouco do precioso tempo de suas vidas a construir comigo o conhecimento que trago nas próximas páginas, certamente acreditando no valor social da Psicologia. Nesses tempos em que o mundo acadêmico luta, no Brasil, para manter-se reconhecido em seus propósitos e em seu prestígio, a generosidade de vocês é, para mim, um sopro de incentivo e otimismo. Obrigada!

**RESUMO:** este trabalho apresenta uma proposta de compreensão da construção da identidade adulta na contemporaneidade, em um contexto de intensas transformações sociais e culturais marcadas, sobretudo, pelo desenvolvimento tecnológico e pela democratização nas relações de intimidade. Com aporte teórico na Psicologia Sistêmica, a pesquisa foi delineada com base em um método misto, quanti-qualitativo, sendo, portanto, realizada em duas fases. A primeira, quantitativa, contou com a participação de 64 indivíduos entre 25 e 34 anos, de ambos os sexos, tendo-se como procedimento de coleta de dados um questionário disponibilizado on-line. A segunda, qualitativa, realizou-se por meio de entrevistas semiestruturadas com seis colaboradores da fase anterior, escolhidos em função de seu autoconceito. Os resultados indicaram que a dinamicidade e a fluidez inscritas neste novo cenário que ambienta experiências de tornar-se e ser adulto, conjugadas à individualização dos projetos de vida, põem em questão critérios tradicionais de legitimação da adultez, como o casamento, a parentalidade e a saída da casa dos pais, dando lugar a experiências de construção da identidade adulta pautadas no desenvolvimento de habilidade psicossociais, especialmente a responsabilidade ética e a autonomia. Em uma sociedade regida pelo duo produção-consumo, a independência financeira mantém-se como importante fonte de validação da condição adulta, porém de forma ressignificada, na qual a autossuficiência cede lugar a relações intergeracionais de apoio e parceria. Antes um fenômeno cuja legitimação se traduzia em experiências concretas que atendiam a expectativas sociais prescritivas, como casar-se e ter filhos, a construção da identidade na adultez passa a configurar-se como um processo continuamente revisado e atualizado, emergente de reflexões e auto-organizações, sendo a *responsabilidade autônoma* o elemento-chave para o reconhecimento social dessa construção.

**Palavras-chave:** adultez, identidade adulta, Psicologia Sistêmica, juventude.

**ABSTRACT:** this research introduces a proposal of understanding the construction of the adult identity in the contemporary world, in a context of multiple social and cultural transformations marked, above all, by the technology development and the democratization of intimate relationships. Within the Systemic Psychology framework, the study followed a mixed method, quanti-qualitative, therefore divided into two distinct phases. The first one, quantitative, had the participation of 64 individuals from 25 to 34 years old, from both genders, with an online questionnaire taken as a data collect procedure. The second one, qualitative, was headed with the use of semi-structured interviews with six collaborators from the previous phase, chosen according to their “self-concept”. The results indicated that this dynamic and fluid character that surrounds the experiences of becoming and being an adult, along with the individualization of the projects of life, puts into question some traditional criteria of adulthood legitimation, such as marriage, parenting, and the leaving of parents’ house, giving space to experiences of adult identity construction based on the development of psychosocial abilities, mainly the ethic responsibility and the autonomy. In a society governed by the combination of productivity and consumption, being financially independent remains as an important source of validation of the adult condition, yet in a “re-signified” way, in which the self-sufficiency gives way to intergenerational relations of support and partnership. Formerly a phenomenon legitimated by concrete experiences designed in order to meet pre-established social expectations, such as getting married and having children, the construction of identity in adulthood turns out to be a continuously revised and updated process, emerged from reflections and self-organizations, with the *autonomous responsibility* taken as the key-element for the social recognition of this construction.

**Key words:** adulthood, adult identity, Systemic Psychology, youth.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	11
<b>Capítulo 1: A PERSPECTIVA SISTÊMICA NO ESTUDO DA VIDA ADULTA .....</b>	<b>17</b>
<b>Capítulo 2: RUMO À CONSTRUÇÃO DE UM OLHAR SOBRE A ADULTEZ .....</b>	<b>22</b>
<b>O PAPEL DA FAMÍLIA .....</b>	<b>23</b>
<b>SOBRE A NOÇÃO DE JUVENTUDE .....</b>	<b>25</b>
<b>Capítulo 3: CONCEPÇÕES DE ADULTEZ NA PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO .....</b>	<b>28</b>
<b>Capítulo 4: EM TORNO DA IDENTIDADE: DELINEAMENTO TEÓRICO .....</b>	<b>38</b>
<b>Capítulo 5: MÉTODO.....</b>	<b>43</b>
<i>Colaboradores</i> .....	44
<b>FASE QUANTITATIVA .....</b>	<b>45</b>
<b>FASE QUALITATIVA .....</b>	<b>48</b>
<i>Cuidados éticos</i> .....	53
<b>Capítulo 6: FASE QUANTITATIVA: RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>	<b>55</b>
<b>Capítulo 7: FASE QUALITATIVA: DAS NARRATIVAS ÀS CATEGORIAS DE SIGNIFICADO .....</b>	<b>71</b>
<b>APRESENTAÇÃO DOS COLABORADORES .....</b>	<b>72</b>
<b>CATEGORIAS DE SIGNIFICADO .....</b>	<b>81</b>
<i>Narrativas ambivalentes: entre a tradição e a novidade</i> .....	81
<i>A ressignificação da independência financeira na legitimação da adultez</i> ..	87
<i>Em pauta: a responsabilidade autônoma</i> .....	92

<b>Capítulo 8: CONSIDERAÇÕES FINAIS: IDENTIDADE NA ADULTEZ .....</b>	<b>102</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>107</b>
<b>APÊNDICE A: Questionário (Fase Quantitativa) introduzido pela assinatura virtual do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) .....</b>	<b>111</b>
<b>APÊNDICE B: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Fase Qualitativa).....</b>	<b>115</b>
<b>APÊNDICE C: Representação das categorias de significado em trechos das narrativas dos participantes .....</b>	<b>117</b>
<b>APÊNDICE D: Tabelas Fase Quantitativa .....</b>	<b>125</b>
<b>LISTA DE FIGURAS .....</b>	<b>130</b>
<b>ANEXO: Parecer do Comitê de Ética em pesquisa da PUC-SP .....</b>	<b>131</b>

## INTRODUÇÃO

O tema da transição para a vida adulta vem recebendo, nos últimos anos, valiosas contribuições acadêmicas vindas da Sociologia, da Antropologia e da Psicologia. Embora cada um desses campos tome em perspectiva recortes distintos acerca do tema, todos eles revelam, com maior ou menor ênfase, um aspecto em comum: a problematização do caráter normativo tradicionalmente assumido pelos estudos concernentes ao desenvolvimento humano. No que diz respeito à construção da identidade adulta, essa normatividade reflete-se especialmente sobre duas questões: primeiro, a cronologização do curso da vida, com a fixação de intervalos etários específicos correspondentes às fases do ciclo vital dos indivíduos; segundo, e atrelado ao primeiro aspecto, o estabelecimento de marcos legitimadores da transição para a vida adulta, nomeadamente o casamento, a parentalidade, a independência financeira e a saída da casa dos pais.

Em trabalho anterior (Rodrigues, 2011), realizado com pais e mães de indivíduos entre 25 e 29 anos pertencentes às camadas médias urbanas, verificamos que a reorganização das prioridades contidas nos projetos de vida dos jovens, em função da necessidade de prolongar os estudos para atender às demandas do mercado de trabalho, forçou a relativização da importância dos marcos tradicionais de transição para a adultez, obrigando os progenitores a encontrar um novo critério que lhes justificasse considerar como adultos seus descendentes. A *responsabilidade* emergiu como característica pessoal que autorizava os pais a reconhecer como adultos seus filhos, mesmo a despeito de não haverem estes, em alguns casos, percorrido os marcos tradicionais de transição. Além disso, concordando com Groppo (2000), o estudo reconheceu a juventude como categoria social necessária para dar conta de compor o conteúdo dessa transição, tirando dela a característica de “simples passagem” e refletindo, com base na difusão da conotação de juventude como liberdade e experimentação, a pluralidade de caminhos possíveis que caracteriza a contemporaneidade. Arnett (2005) também se refere a essa pluralidade, atribuindo-a a um aspecto do percurso de construção da identidade adulta que reconhece como singular na trajetória de desenvolvimento dos indivíduos: o “foco no si mesmo” (*self-focused age*), motivado pela necessidade de aquisição de autonomia e possibilitado pela ausência de compromissos, segundo o autor, típicos da adultez, sobretudo aqueles ligados à independência financeira e à manutenção de uma família. Sem a necessidade de assumir tais compromissos, os jovens estariam autorizados a experimentar diferentes caminhos, até que construíssem de forma consistente as próprias identidades adultas individuais.

Em uma realidade compartilhada na qual o casamento e a parentalidade vêm sendo progressivamente reconhecidos como opções, a independência financeira e a saída do lar parental seguem apontadas por alguns autores como marcos remanescentes de legitimação da adultez. Exemplo disso se encontra em Jablonski e Martino (2013), cujo estudo foi realizado com díades parento-filiais, no objetivo de verificar como o *status* de adulto é comunicado pelos progenitores e percebido pelos descendentes. Essas autoras avaliam que a permanência na casa dos pais mantém os jovens dependentes, com dificuldades em assumir compromissos sociais, mantendo-se na condição de adolescentes eternos. Por sua vez, Dutra-Thomé e Koller (2014) verificam, entre jovens de níveis socioeconômicos médio-baixo e médio-alto, a percepção da independência financeira como um dos principais fatores legitimadores da transição para a vida adulta, juntamente com a assunção da responsabilidade pelo si mesmo e pelo outro e com a finalização dos estudos. Sousa (2010), em estudo realizado com 1571 cidadãos portugueses, afirma a impossibilidade de se atingir uma “autonomia maior”, condição *sine qua non* para a adultez, em situações de dependência financeira em relação aos pais e de permanência no lar parental.

Com efeito, dados do PNAD 2012<sup>1</sup> apontam, no Brasil, um aumento no número de filhos entre 25 e 34 anos que permanecem no lar parental. A porcentagem de indivíduos vivendo em tal condição subiu de 20,5%, em 2002, para 24,3% em 2012 e, segundo a pesquisa, revela estreita relação com um incremento no número de anos dedicados ao estudo: na região sudeste, 11,4, frente uma média nacional de 9,6 anos de estudo. Entendemos, contudo, que esses dados não podem ser interpretados, necessariamente, em termos de um prolongamento da adolescência e de uma dificuldade em estabelecer a identidade adulta. Antes, concordamos com Borges e Magalhães (2009), que atribuem o prolongamento da convivência familiar no lar parental a “novas formas de constituição da família adulta de hoje” (p.44). Essa visão se mostra fortalecida por um outro dado do PNAD 2012 com respeito aos filhos em questão: a taxa nacional de inserção desses indivíduos no mercado de trabalho é considerada alta, totalizando 91,4%. Ou seja, trata-se de filhos que, a despeito de uma possível condição material para o autossustento, distante ou não daquela oferecida no lar parental, optam por permanecer habitando junto à família de origem.

Borges e Magalhães (*idem*) vão, assim, muito além de tão somente considerar fatores conjunturais da realidade compartilhada (ampliação do tempo de estudos, maior dificuldade

---

<sup>1</sup> <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/11/29/ibge-na-geracao-canguru-mais-jovens-de-ate-34-anos-moram-com-os-pais.htm>

em atingir a independência financeira em relação aos pais) e localizam em uma nova forma de construção do “ser adulto” a origem do fenômeno “geração canguru”. Trata-se de um fenômeno inscrito em uma organização social que, em lugar de conferir caráter funcional às relações humanas, vinculando a identidade restritamente aos papéis sociais assumidos, eleva à maior importância os indivíduos em suas necessidades e desejos particulares, favorecendo a singularização das experiências de vida. Se, na era pré-industrial, a produção dos bens necessários à sobrevivência realizava-se por um conjunto articulado de pessoas (não raro, famílias), as quais se reconheciam como necessárias ao funcionamento de um todo social e daí extraíam um sentido de identidade, nas sociedades tecnológicas atuais os indivíduos se tornam dispensáveis e substituíveis, tornando necessária a construção de projetos de vida voltados para o si mesmo, emergindo daí a cultura do individualismo. No esteio dessa cultura autorreferente, as mesmas autoras reconhecem a autonomia como um projeto coletivo (de todos e de cada um) garantido pelo Estado, o qual, regendo-se pelo ideal de igualdade, garante que os indivíduos possam olhar para os seus desejos (o que *querem* ser) e direitos (o que *podem* ser), tendo na família a rede de solidariedade e apoio para a construção de trajetórias autônomas:

A família, na sua versão igualitária e individualista, está se constituindo numa importante rede de suporte para os indivíduos. O apoio familiar, nesse caso, é visto como indispensável para viabilizar a realização de projetos individuais, ou também como uma possibilidade de dar a esses jovens algum ‘conforto’ no início de suas trajetórias via autonomização. Funda-se um tipo de relação de solidariedade entre as gerações que pode ser compreendida considerando o descompasso entre as práticas individuais e os modelos adotados pelas instituições que medeiam a vida coletiva. (p.48)

Assim, por meio do afeto, pilar que substituiu a funcionalidade das relações íntimas característica da Modernidade (Giddens, 1993), os membros de um núcleo familiar veem respeitados seus espaços e projetos de vida, fortalecendo a construção da autonomia, sem a necessidade de uma separação física dos filhos em relação aos seus pais. A permanência no lar parental deixa de ser vista como resultante de uma inquestionável dependência dos filhos

adultos ou em transição para a vida adulta, oferecendo espaço para uma perspectiva não-patologizante.

Também autores no campo da Sociologia reconhecem a importância do apoio familiar aos filhos em processo de construção de identidades adultas. Verificando, na sociedade portuguesa, a ineficiência do Estado em garantir condições para que os jovens concluam suas trajetórias individuais de autonomização, Pais (1998) chama a atenção para a passagem do “welfare state” para a “welfare family”, fenômeno facilitado pela horizontalização das relações intergeracionais na família, no âmbito da qual as trocas de experiência entre pais e filhos se acham, hoje, favorecidas pelas novas tecnologias de comunicação e pela ampliação dos estudos. Sousa (2010), embora alinhada àqueles autores que concebem a dependência financeira dos filhos em relação aos pais, bem como a permanência no lar parental, como indicativas de uma não-efetivação da condição adulta, igualmente identifica “a degradação do Estado-Providência e das ajudas e transferências públicas, ao mesmo tempo em que cresce a importância das transferências privadas, nomeadamente o apoio afetivo e material dado pelas famílias aos jovens, aos adultos e aos idosos” (p.43). Consideramos que cenário semelhante de desassistência social se verifica na sociedade brasileira, onde vivemos uma progressiva privatização dos amparos institucionais ora concedidos pelo Estado aos indivíduos, sobretudo nas esferas da saúde e da educação.

Com relação às divisões etárias, no Brasil, a cartilha Políticas Públicas de Juventude (2013) estabelece a seguinte categorização: *jovem-adolescente* para indivíduos entre 15 e 17 anos, *jovem-jovem* dos 18 aos 24 anos e *jovem-adulto* entre os 25 e os 29 anos de idade. A ela acrescentamos, ainda, o intervalo etário associado pelo PNAD 2012 à geração canguru: dos 25 aos 34 anos. Essa organização, utilizada para orientar a formulação de políticas públicas que atendam às demandas especificamente juvenis, reflete um entrelaçamento da noção de juventude com as ideias de adolescência e adultez, justificando discussões acadêmicas que versam sobre a caracterização das fases do ciclo vital humano na contemporaneidade. No que tange à transição para a vida adulta, podemos depreender de tais discussões dois aspectos fundamentais: primeiro, a definição do termo “juventude” como etapa da vida ou como estilo de vida (Szapiro & Resende, 2010), ademais desafiada pelo “embaçamento das fronteiras entre idades” (Debert, 2010); segundo, a ideia da fase adulta como um ponto de chegada, um “estar pronto”, resultante da construção de percursos mais ou menos lineares, ritualizados ou não por marcos de transição.

Ainda no que tange ao entrelaçamento das ideias de juventude e adultez, vale mencionar a proposição de subfases para a vida adulta, segundo Sousa (2010). Valendo-se do critério etário, a autora propõe as seguintes nomeações: *jovem-adulto*, para indivíduos entre os 25 e os 34 anos; *adulto-jovem*, dos 35 aos 44 anos; *adulto de meia-idade*, para aqueles que têm entre 45 e 54 anos; e *adulto maduro*, dos 55 aos 64 anos. À continuação, a mesma autora sugere que, a partir dos 65 anos, o indivíduo seria chamado *idoso-jovem*. A nosso ver, tais nomeações, ao revelar o uso indiscriminado do termo “jovem”, fazem refletir a confusão de sentidos atribuídos à noção de juventude, utilizada para adjetivar (e não para efetivamente nomear) fases e subfases da vida que não se revelam, hoje, passíveis de delimitações tão claras e estanques.

Vê-se, portanto, que as tentativas de localização do indivíduo em uma ou outra fase do desenvolvimento humano, bem como o redimensionamento da importância dos marcos legitimadores da identidade adulta, invocam considerações a respeito do que significa *ser adulto*. Como se percebe, o trajeto de transição para a adultez, antes compreendido como caminho em direção a uma condição de estabilidade e gozo de conquistas previamente definidas – a independência financeira, a separação física em relação aos pais e a construção de uma família –, parece hoje carecer de um ponto de chegada único institucionalmente estabelecido. E, ainda, permanecer anuviado pela presença de uma noção de “juventude” um tanto quanto difusa. Assim, os legitimadores sociais do *ser adulto* parecem estar cada vez mais diluídos na pluralidade de caminhos possíveis típica da contemporaneidade, tornando urgente a própria revisão do conceito de adultez, bem como dos critérios que permitem ao indivíduo reconhecer-se como adulto.

Nesse sentido, tendo em vista a miríade de *possibilidades de ser* aberta pela pluralidade de caminhos possíveis para o ingresso na adultez, compreendemos que a realidade compartilhada desenha, para os indivíduos que efetuam esse percurso, um cenário de insegurança e incerteza na construção de suas identidades individuais adultas. Como bem observa Pais (2012) – referenciado na realidade portuguesa, que consideramos aproximar-se da brasileira no que concerne às condições sociais que ambientam a transição para a vida adulta –, “as representações das fases da vida apontam para uma normatividade que, todavia, colide com a realidade vivida, provocando disritmias entre o idealizado e o realizado” (p.267). A ausência de parâmetros seguros para garantir um senso de pertencimento ao universo adulto dificulta encontrar a legitimação necessária à assunção de um sentido de identidade. De onde extrair esse sentido?

Considerando essa questão, o objetivo deste estudo consistiu em compreender, à luz da abordagem contextual-relacional proposta pela Psicologia Sistêmica, a construção da identidade adulta na contemporaneidade<sup>2</sup>. Para tanto, desdobraram-se como objetivos específicos: 1) identificar aspectos sociocontextuais e psicossociais que ambientam tal construção, sob o olhar daqueles que potencialmente<sup>3</sup> a vivenciam; 2) identificar e compreender os significados atribuídos à adultez por esses mesmos indivíduos; 3) identificar possíveis novas fontes de legitimação da condição adulta, compreendendo seu funcionamento nos processos de construção da identidade.

---

<sup>2</sup> Uma vez que este estudo foi realizado com base em amostras não aleatórias, não se pode falar em generalização de resultados, mas sim em sua transferibilidade para grupos sociais cujas características sociocontextuais se aproximem daquelas pertinentes aos participantes.

<sup>3</sup> Optamos pelo uso do termo “potencialmente” para nos referirmos à população estudada, levando em conta as denominações propostas pelos autores citados (Groppo, 2000; Arnett, 2005; Cervený & Berthoud, 2007; Borges & Magalhães, 2009; Rodrigues, 2011; Jablonski & Martino, 2013; Dutra-Thomé & Koller, 2014) quando se referem a indivíduos em transição para a vida adulta, tendo os mesmos consolidado ou não essa transição. Tendo em vista que a dificuldade se encontra, justamente, na própria caracterização da adultez, considerar os indivíduos como potencialmente adultos implica localiza-los em uma zona a ser esclarecida, abrindo caminho para a consecução dos objetivos deste estudo.

## **Capítulo 1**

### **A PERSPECTIVA SISTÊMICA NO ESTUDO DA VIDA ADULTA**

Abordar o ciclo de vida de uma perspectiva sistêmica exige considerá-lo, eminentemente, à luz da complexidade que o ambienta e o atravessa. Se a transição para a vida adulta ocorre, hoje, em um cenário de pluricontextos e múltiplas possibilidades de ser, torna-se então necessário reconhecer o caráter multidimensional desse processo, localizado histórica e socialmente, e que vem refletindo as transformações intergeracionais, sobretudo no que tange às condições para a autonomização dos indivíduos.

O paradigma da *complexidade* se inscreve na perspectiva sistêmica e, conjugado aos elementos de *instabilidade* e *intersubjetividade*, compõe o seu tripé constitutivo (Vasconcellos, 2011). Merece, contudo, uma atenção especial, na medida em que se tornou referência para uma visão novo-paradigmática de mundo a partir da obra de Morin (1977, 2011a, 2011b, 2012), filósofo para quem a construção do conhecimento pressupõe a organização intersubjetiva de informações, o que se configura como um processo localizado histórica e socialmente.

“Ninguém pode construir seu conhecimento sobre uma rocha de certeza” (Morin, 2011a, p.23). Aos olhos da ciência moderna positivista, tal frase certamente seria recebida como um ultraje, uma afronta às pretensões simplificadoras do modo de pensar e fazer ciência característico da Modernidade. Sob o princípio da disjunção, que separava sujeito e objeto, a realidade era apreendida como um conteúdo preexistente, à espera de ser *descoberto* por observadores imparciais, cuja função consistia em pôr ordem no universo. As leis da ciência, ao organizar a realidade segundo critérios pré-definidos, produziam uma sensação de controle humano sobre a natureza e as coisas, mas o faziam, segundo Morin (2011b), à custa da mutilação (negação) de todos os aspectos do fenômeno não “eleitos” para compor o conteúdo do conhecimento em questão.

O pensamento complexo, ao contrário, reconhece e aceita a impossibilidade de um conhecimento unívoco dos fenômenos, de um controle capaz de produzir a ordem, ordem esta que, por princípio da Modernidade, excluiria a desordem. Sob o olhar da complexidade, a realidade, em lugar de preexistente, é concebida como coconstrução, resultante das interações humanas entre si e com o meio e, portanto, circunscrita às possibilidades de conhecimento de cada pessoa e às circunstâncias multidimensionais que ambientam a apreensão dos fenômenos, aí se incluindo os aspectos socioculturais e a rede de significados compartilhados por um grupo social (Bruner, 2008). O conhecimento constituiria, assim, uma espécie de “tradução das realidades do mundo” (2011b, p.111), o que conferiria ao indivíduo a qualidade de produtor de seu próprio objeto de conhecimento, já que a tradução é uma realização

subjetiva. A realidade construída, por sua vez, à medida que oferece ao ser humano a ambiência para a edificação dos saberes, também o constitui, caracterizando uma *causalidade recursiva*, não-linear, na qual somos produtores e também produto da realidade que conhecemos. Eis o primeiro princípio do paradigma da complexidade, que coloca sujeito e objeto, assim como os sujeitos entre si, em uma relação de interdependência, evidenciando a ideia da realidade como coconstrução.

Se a recursividade abriga movimentos de ida e vinda (movimentos “anelados”, segundo Morin) na construção do ser humano e do conhecimento, o *princípio dialógico*, segundo pilar do pensamento complexo, é capaz de abrigar a coexistência de complementaridades e paradoxos na unidade de um mesmo fenômeno. A dialógica, para Morin (1977), “situa-se ao nível dos princípios” (p.79), caracterizando uma forma de pensar o mundo na qual ordem e desordem comunicam-se como lógicas que não se excluem mutuamente, formando uma “unidade simbiótica de duas lógicas, que simultaneamente se alimentam uma à outra, se concorrem, se parasitam mutuamente, se opõem e se combatem mortalmente” (p.80). No que tange aos processos de transição para a vida adulta, esse arranjo dialógico pode ser encontrado na noção de autonomia, importante elemento característico da identidade na adultez. Como capacidade do indivíduo para pensar e decidir por si próprio, a autonomia é tradicionalmente vinculada à ideia de independência, seja em relação às influências emocionais da família, seja no que diz respeito à provisão de recursos financeiros para o autossustento. Contudo, simultaneamente, o funcionamento autônomo pressupõe relações de dependência, já que o mundo integra o funcionamento de sistemas produtivos que nos abastecem e alimentam e, além disso, dependemos de nossas próprias condições de vida, sejam elas genéticas ou culturais. Segundo Morin (2011b):

nós dependemos de uma educação, de uma linguagem, de uma cultura, de uma sociedade, dependemos claro de um cérebro, ele mesmo produto de um programa genético, e dependemos também de nossos genes (p.66).

Um desdobramento equivocado do paradigma da complexidade localiza-se, segundo Morin (idem), na ideia de que a apreensão dos fenômenos de uma perspectiva complexa pode conduzir à compreensão dos mesmos em sua totalidade. Se assim fosse, estaríamos alinhados à ciência positivista, já que a totalidade é necessariamente única, assim como o são as leis da

ciência moderna: únicas e totalizantes. Longe disso, a complexidade prevê construções do conhecimento que integram diferentes aspectos da realidade compartilhada, mas que não os assumem como únicos possíveis. E é justamente essa forma de olhar que torna possível que elementos da realidade diferentes entre si sejam capazes de representá-la. Trata-se do terceiro princípio do paradigma complexo, o *hologramático*, segundo o qual as partes estão contidas no todo assim como este se encontra presente nas partes. Diferentes indivíduos podem, por exemplo, caracterizar um mesmo grupo social, assim como as características de uma sociedade revelam-se presentes em seus diversos representantes. Reconhecendo a complexidade desse grupo, ainda assim não poderíamos oferecer uma visão completa e única do mesmo. Diferentes olhares, diferentes versões que, compartilhados pelos membros de uma cultura, seriam legitimados, já que reconhecidos como válidos.

Como afirmado anteriormente, o paradigma complexo inscreve-se no pensamento sistêmico e, desse modo, não foge à compreensão do mundo como um grande sistema, uma “associação combinatória de elementos diferentes” (Morin, 2011a, p.19) cuja interação desenha os contornos e define o conteúdo dos indivíduos e dos fenômenos. Dada essa interação, os sistemas vivos que compõem o mundo se abrem e se fecham, simultaneamente, para as multideterminações ambientais, as quais se prestam à possibilidade do acaso, da mudança, já que não há realidade estática possível em um mundo em constante transformação. Disso resulta uma importante característica do pensamento complexo: a noção de que um sistema vivo, a fim de definir-se em sua identidade, permanece em contínua *auto-organização*. Esta que, ao efetivar-se, gera ordem, pressupõe movimentos que, por sua vez, geram desordem, configurando um movimento dialógico. Um indivíduo, por exemplo, desenha sua trajetória de vida em um ambiente sociocultural em constantes mudanças, resultantes de determinações múltiplas, incluindo modos individuais de conceber o mundo e com ele relacionar-se. A auto-organização guarda relação com a causalidade recursiva: seres humanos e ambiente determinam-se mutuamente e, durante esse processo, administram a si próprios, organizando-se, no intuito de garantir seus respectivos contornos identitários.

Se o pensamento complexo assume uma compreensão contextualizada dos fenômenos, erguendo-se contra os determinismos e as verdades unívocas e abrindo espaço para a ação da intersubjetividade na construção do conhecimento, o caráter interpretativo pode, então, ser reconhecido em sua importância para a compreensão das experiências ao longo de uma vida. Como já afirmado, a realidade compartilhada emerge das relações dos homens com o meio no qual se inserem, bem como das próprias inter-relações humanas, e isto torna a interpretação

da experiência, bem como sua expressão por meio da linguagem, fundamentais. Segundo Macedo, Kublikowski e Santos (2004), “a construção da realidade é um processo individualmente cunhado e socialmente legitimado, em um processo recursivo entre indivíduo e cultura” (p.2). Tal legitimação se daria pela via do consenso em torno dos significados atribuídos por cada pessoa às próprias experiências, sendo a linguagem não apenas um veículo de expressão dessas significações, mas a própria estrutura que viabiliza a organização cognitiva e psicológica da experiência. Ao expressar-se, o indivíduo tem a oportunidade de refletir sobre o vivido e de significar e organizar as vivências individuais ambientadas em sua cultura, a qual, por sua vez, oferece os recursos que tecem tanto as possibilidades e limites da experiência quanto a construção da linguagem. Ainda para as autoras, “essa passagem da experiência à narrativa permite a reflexão sobre os significados que a cultura oferece; esta, por seu lado, num jogo entre indivíduo e sociedade, oferece brechas para a expressão em novos significados, que regeneram a sociedade” (p.4).

O mundo que emerge desse encontro entre indivíduo e cultura é um mundo sempre atualizado pela narrativa, na expressão da experiência. É por esse motivo que, ao recontarmos uma história, podemos fazer dela “novas descobertas”, que nada mais são do que reconstruções da realidade, reorganizações da experiência, ressignificações do vivido, expressas pela via da linguagem. Este pensamento estende-se à própria concepção sistêmica sobre a construção do ser adulto: a compreensão a ser edificada neste estudo emergirá, por um lado, do exercício reflexivo dos participantes em sua expressão narrativa e, por outro, de seu encontro com a figura do pesquisador, de cujo olhar farão parte a própria bagagem experiencial, seus pré-conceitos e pressupostos epistemológicos (Macedo, Kublikowski & Santos, 2004).

**Capítulo 2**

**RUMO À CONSTRUÇÃO DE UM OLHAR SOBRE A ADULTEZ**

## O PAPEL DA FAMÍLIA

Em artigo (Rodrigues & Kublikowski, 2014) elaborado com base no estudo já citado, afirmamos que os exemplos parentais de transição para a vida adulta revelam-se, na contemporaneidade, ainda enquadrados na normatividade Moderna, do que se observam dois efeitos: de um lado, entre os pais, a reprodução de um ideal de adulez ainda guiado por essa normatividade, mas desafiado pelas trajetórias de fato empreendidas pelos filhos; de outro, o desconforto dos progenitores diante da impossibilidade de servirem como modelos seguros para seus descendentes. Com efeito, Cerveny e Berthoud (2009) atribuem à instituição “família” duas funções primordiais: promover condições de proteção e cuidado para as novas gerações e transmitir a elas valores, padrões e modelos culturais de conduta. À família seria conferido, assim, um valor social de referência, o que se vê abalado em um contexto de intensas transformações socioeconômicas e culturais, que a colocam imersa em um mar de incertezas, dentre as quais a própria concepção de adulez. Torna-se, então, compreensível a ausência de fontes claras de legitimação da condição adulta em tempos atuais, e é nesse sentido que julgamos necessária e útil a construção de uma possível compreensão atualizada dos significados atribuídos à vida adulta pelos próprios indivíduos que potencialmente dela participam, com a formulação de uma noção de adulez capaz de refletir a experiência contemporânea.

De uma perspectiva sistêmica na Psicologia do Desenvolvimento, o caráter relacional dos processos de construção da identidade eleva à suma importância, portanto, a participação do sistema familiar nas trajetórias de vida empreendidas por cada membro da família, não apenas na transição para a adulez, mas ao longo de todo o ciclo vital dos indivíduos. Com efeito, para Carter e McGoldrick (1995), “o ciclo de vida individual acontece dentro do ciclo de vida familiar, que é o contexto primário do desenvolvimento humano” (p.8). No que tange à transição para a vida adulta, Cerveny e Berthoud (2007) definem como *fase madura* do ciclo vital familiar “o momento em que pais e filhos podem se reconhecer como pares” (p.103), dado o *status* de adulto atingido pelos descendentes. Ponciano e Féres-Carneiro (2014), por sua vez, atribuem às figuras parentais a função de, sob relações de parceria e amizade, “oferecer suporte para o crescimento e a autonomia de seus filhos jovens” (p.395).

Percepção interessante sobre o papel da família é apresentada também por Morin (2012). No caldeirão das transformações econômicas e tecnológicas que atingem as relações de intimidade, a unidade familiar acaba por revelar, segundo o autor, um movimento dialógico, que congrega antagonismo e protagonismo. Na contramão dos laços vinculares,

operariam projetos de vida individualistas, voltados para uma satisfação autorreferente e que ampliam, inclusive, as oportunidades de envolvimento em novas relações amorosas (no limite, o adultério). Instaurar-se-ia, assim, uma constante ameaça de rompimento vincular e desamparo, a qual, contingente a outras incertezas e inseguranças do cotidiano, teria na busca de novos vínculos o protagonismo que coloca o casal e a família na pauta dos projetos de vida individuais, seja na busca por parceiros amorosos, seja na opção pela adoção. Para Morin (idem), “a família está em crise, o casal está em crise, mas o casal e a família são respostas a essa crise” (p.174).

Ainda sob um olhar que contempla a importância dos vínculos familiares no desenvolvimento humano, Bowen (1991) concebe a construção da autonomia como um processo que tem como base a unidade familiar. A *diferenciação do indivíduo*, conceito elaborado pelo autor, caracteriza-se pela aquisição da capacidade de bem articular os componentes intelectuais e emocionais do si mesmo, de tal forma a governar a própria existência segundo um equilíbrio entre eles. Esse processo teria como base a família, com suas características próprias, tanto em termos de valores e princípios quanto no que tange à sua condição de sistema emocional que protege e oferece amparo afetivo. A teoria boweniana apresenta uma *escala de diferenciação do self* na qual valores mais altos correspondem a pessoas que “assumem uma total responsabilidade por si mesmas e por suas ações frente à família e à sociedade”<sup>4</sup> (p.41), mostrando-se capazes de conduzir a própria vida de forma flexível, transitando entre as diferenças sem medo de perder-se nelas e sem a necessidade de a elas impor-se. Por sua vez, níveis mais baixos de diferenciação revelam-se entre aqueles que “vivem em um mundo de sentimentos”<sup>5</sup> (p.38), apresentando um funcionamento reativo às manifestações emocionais do outro. Além disso, a teoria dos sistemas familiares (Kerr & Bowen, 1988), que inclui o conceito de diferenciação do *self*, apresenta o ser humano como biologicamente dotado de forças que o levam a constituir-se como indivíduo e, em um sentido contrário, a sociabilizar-se. Trata-se da díade *individualidade/pertencimento*, ou seja, da ideia de tornar-se indivíduo e, ao mesmo tempo, pertencer a um grupo. Mais uma vez, trata-se da composição de um equilíbrio que, segundo os autores, tem como referência a família, em sua qualidade de grupo primário de socialização. Considerando os objetivos deste estudo, podemos entender a construção da identidade adulta como um processo fundamentado na busca pela diferenciação individual referenciada no equilíbrio entre individualidade e

---

<sup>4</sup> Tradução livre da autora para o trecho “asumen una total responsabilidad de si mismas y de sus acciones frente a la familia y la sociedad”.

<sup>5</sup> Tradução livre da autora para a frase “viven en un mundo de sentimientos”.

pertencimento. Com efeito, Bowen (1991) afirma que, “quanto mais alto na escala [de diferenciação] se encontra uma pessoa, mais predominam nela as qualidades adultas e vice-versa”<sup>6</sup> (p.48).

## **SOBRE A NOÇÃO DE JUVENTUDE**

Na introdução deste trabalho, afirmamos encontrarmo-nos alinhadas, inicialmente, à concepção de juventude como categoria social (Groppo, 2000) capaz de conferir aos percursos de construção da identidade adulta características próprias, fundadas, sobretudo, na liberdade de experimentação. Esta, em um contexto de intensas transformações tecnológicas, de valorização do novo e do imediato, acabou por configurar-se como um estilo de vida, não apenas entre os jovens, mas também entre representantes das fases posteriores do ciclo vital. Termos como “jovialidade” e “eterna juventude” passaram a integrar o cotidiano de adultos e até mesmo de idosos, contribuindo para o já referido embaçamento das fronteiras entre idades (Debert, 2010).

As discussões acerca da noção de juventude emergiram à luz desse processo de sobreposição de sentidos, e algumas perspectivas teóricas merecem aqui ser apresentadas, uma vez que, em nosso entendimento, refletem visões distintas no que tange à própria condição adulta. Em sua abordagem dos diferentes modelos de análise sociológica das juventudes, Groppo (2010) apresenta as similaridades e diferenças entre as visões clássicas, fundadas na normatividade moderna, e as concepções pós-modernas, de base sócio-histórica.

Dentre as concepções de caráter normativo, amplamente difundidas ao longo da década de 1960, merecem destaque os modelos *funcionalista* e o da *moratória social*. O primeiro, ancorado em prescrições relativas ao “dever ser” de indivíduos e grupos, respaldava-se em um ideal de integração social e conferia ao comportamento juvenil rebelde um caráter disfuncional, na medida em que a ousadia de experimentar comportamentos e ideias inovadoras ameaçava a estabilidade do todo social. O segundo, já no esteio dos movimentos de contracultura, reconhecia o potencial de transformação das manifestações juvenis, bem como a concessão de uma “licença” para a experimentação de novas possibilidades (a moratória propriamente dita), porém os entendia como excentricidades

---

<sup>6</sup> Tradução livre da autora para o excerto “cuanto más alto en la escala se encuentra una persona, más predominan en ella las cualidades adultas y vice-versa”.

temporárias, após as quais a adaptação à vida adulta conformaria os indivíduos ao “dever ser” da adultez, em sua versão tradicional, equilibrada e estável.

Nas décadas posteriores, com a desaceleração dos modelos políticos de seguridade social concomitante à aceleração do desenvolvimento tecnológico, as sociedades de mercado assistiram, segundo Groppo (idem), a um duplo movimento de desinstitucionalização e reprivatização das trajetórias de vida:

Os indivíduos teriam cada vez mais o direito (ou a obrigação) de comporem segundo suas próprias vontades (e condições) o curso de suas vidas. Flexibilizam-se as normas oficiais e as interferências institucionais sobre a passagem pelas idades da vida. (p.14)

É nesse sentido que se foram constituindo novos olhares sobre a condição do ser jovem na contemporaneidade. As concepções sócio-históricas assumiram-se inscritas na complexidade, reconhecendo a legitimidade da busca por caminhos próprios, distintos entre si, e assumindo que a estabilidade da vida se via ameaçada por uma realidade em constante transformação, aí se incluindo as dificuldades impostas pelo enfraquecimento das instituições. Os modelos *pós-moderno*, de *embaralhamento*, de *juvenilização* e de *reprivatização* são apresentados por Groppo como resultantes da atualização da Sociologia aos novos contornos da realidade compartilhada, e a essa relação entre as novas estruturas sociais disponíveis e a assunção de identidades singulares pelos diferentes grupos juvenis o autor vem conferir um caráter dialético, tornando as juventudes a síntese emergente da “contradição posta e repostada entre instituições sociais e possibilidades de autonomia dos jovens” (p.21).

É necessário pontuar, contudo, que, embora Groppo introduza a noção de um movimento dialético, no intuito de suprimir a assunção de um caráter reativo pelas manifestações de ser juvenis, a ideia de uma síntese resultante de contradições entre o social e o individual acaba por criar a impressão de que a condição juvenil mantém-se desprovida de uma qualidade ativa, como se as assim chamadas juventudes não participassem da construção ou da reprodução das estruturas sociais que, no fim das contas, criam obstáculos à sua própria capacidade de autonomia. Sim, elas participam, e um exemplo disso se encontra na própria elaboração da Cartilha Políticas Públicas de Juventude (2013). Se, de um lado, esse documento reproduz o já estabelecido critério etário para o desenho de políticas sociais voltadas aos jovens, de outro convive com o embaçamento das fronteiras entre idades gerado

pela juventude como estilo de vida, o que se percebe na atribuição de um mesmo termo, “jovem”, aos três intervalos etários apresentados no documento. A contradição abrigada na discussão acerca da transição para a vida adulta, que tanto é normatizada pela manutenção dos intervalos etários quanto é flexibilizada pela igual atribuição do “ser jovem” a grupos distintos, revela a importância de se considerar a construção da realidade compartilhada de um ponto de vista recursivo, no qual a convivência entre elementos paradoxais goza de legitimidade, em uma trajetória não-linear de construção social na qual somos produto e produtores da realidade em que vivemos.

Considerando a sobreposição de sentidos assumida pela noção de juventude e, ao mesmo tempo, conscientes da legítima possibilidade de convivência entre construtos distintos e até contraditórios, percebemos que o esforço de alguns autores em apresentar a juventude como etapa da vida emergente de um novo cenário social, que amplia as possibilidades de experimentação e adia o ingresso do adolescente na vida adulta, vê-se progressivamente questionado pela diversidade de usos dos termos “jovem”, “juventude” e “jovialidade” na esfera do senso comum e até mesmo nos meios acadêmicos, cremos, assim, que de uma inicial condição de etapa da vida, o “ser jovem” passa a constituir-se, cada vez mais, como um estilo de vida, com identidade própria, fundada nos sentidos de experimentação, novidade e redefinição de caminhos e manifestando-se nas diferentes etapas do ciclo vital.

**Capítulo 3**

**CONCEPÇÕES DE ADULTEZ NA PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO**

A construção de um olhar sobre a adultez requer, a nosso ver, dois movimentos exploratórios iniciais: primeiro, o conhecimento de teorias já existentes acerca do tema; segundo, a localização social, cultural e temporal do objeto ao qual se direciona tal construção. Feito isso, e realizada a pesquisa, poderemos então partir para um exercício reflexivo, de diálogo com as teorias apresentadas, para então introduzirmos uma concepção própria e bem fundamentada.

Propomos, então, tomar em perspectiva três autores adotados nos meios acadêmicos como referências para a compreensão da vida adulta: Erik Erikson (1987), Daniel Levinson (1979) e Jeffrey J. Arnett (2005). Os dois primeiros, cujas obras foram primeiramente publicadas na década de 1970, revelam-se respaldados pela Psicologia normativa, de caráter prescritivo. O último, autor contemporâneo, tem como referência o modelo da moratória social que, como vimos anteriormente, veste de novas roupagens um olhar também normativo, porém um pouco mais consciente das transformações sociais, políticas, econômicas e culturais que conferem novos contornos aos cursos de vida na atualidade. Vale mencionar, aqui, que o termo “moratória social” já havia sido atribuído por Erikson (1971) à adolescência, no mesmo sentido adotado por Arnett (2005), de uma espécie de “licença” para vivências experimentais, adiando a assunção de compromissos e responsabilidades típicos da vida adulta.

Em sua obra “Infância e Sociedade” (1987), Erikson apresenta uma proposta de concepção psicológica do desenvolvimento humano. Ao longo de sua trajetória de vida, o ser humano percorreria oito etapas evolutivas, as chamadas *oito idades do homem*. A cada uma delas corresponderia, segundo o autor, uma tarefa evolutiva e um risco a correr, e as transições entre as etapas caracterizariam crises, que poderiam ser compreendidas considerando-se o contexto social e institucional da vida dos indivíduos. De um modo não aprofundado, mas suficiente para o propósito deste trabalho, as etapas do desenvolvimento propostas por Erikson são:

1<sup>a</sup>) **confiança básica versus desconfiança básica**: fundada na relação do bebê com a figura materna, tem como tarefa evolutiva a conversão do amor e da segurança maternos em uma “certeza interior” e, assim, a construção de um sentimento ontológico de autoconfiança (*confidence*). O fracasso nesse processo resultaria, segundo o autor, em uma ausência de autoconfiança, dificultando, no futuro, a conquista de um pertencimento social satisfatório;

2ª) **autonomia versus vergonha e culpa**: como decorrência dos desenvolvimentos físico e cognitivo, a criança pequena passa a esboçar movimentos de conquista de autonomia, passando também a explorar o ambiente e a “testar” as figuras parentais. A atuação segura, coerente e afetuosa por parte destas seria fundamental para essa conquista, e os sentimentos de vergonha e culpa adviriam, respectivamente, de um esboço de consciência moral e de incertezas típicas da experimentação de novas possibilidades;

3ª) **iniciativa versus culpa**: correlata do período edípico em Freud, caracteriza-se por uma etapa da vida na qual a criança, razoavelmente inserida na cultura e, ao mesmo tempo, dona de um vigor físico e cognitivo, torna-se apta a tomar iniciativas próprias, ancoradas em seu nível de autonomia e confiança básica já desenvolvidas. A culpa, por sua vez, guardaria relação com a estruturação do superego atribuída a essa fase, ou seja, com o julgamento consciente dos próprios pensamentos e atitudes, referenciado nas reações dos outros significativos;

4ª) **produtividade versus inferioridade**: período no qual é introduzido algum tipo de “instrução sistemática” - nas sociedades industrializadas, podemos atribuí-la ao ensino formal. O termo eriksoniano “produtividade” remete à ideia do desenvolvimento de potencialidades para a ação produtiva, e a ampliação da rede social de convivência, viabilizada pela socialização secundária, passa a abrigar elementos de comparação e competitividade, os quais podem gerar sentimentos de inferioridade e inadequação;

5ª) **identidade versus confusão de papéis**: é nesta etapa, que caracteriza a adolescência, que Erikson localiza a *juventude*, assumida como “etapa psicossocial entre a infância e a idade adulta, entre a moral aprendida pela criança e a ética a ser desenvolvida pelo adulto” (idem, p.242). Como se pode perceber, o elemento central nesse período é a construção de uma identidade, de um sentido de “coerência e continuidade interiores” (idem, p.241) reconhecido pelos demais;

6ª) **intimidade versus isolamento**: período em que se instaura a *jovem-aduldez*, em que a identidade busca legitimar-se por meio da persistência no tempo e do contínuo reconhecimento social. Se isto se resolve, o indivíduo se torna, então, capaz de vincular-se e afiliar-se, estabelecendo relações íntimas sem que sinta ameaçada sua identidade. Se isto não se resolve, a tendência passa a ser a do isolamento, ou da formação de preconceitos: sem a segurança de um “si mesmo” com fronteira e conteúdo razoavelmente definidos, o indivíduo tende a perceber a diferença como ameaça;

7ª) **generatividade versus estagnação**: uma vez amadurecido, o indivíduo passaria a viver a necessidade de cuidar e transmitir conhecimentos, no intuito (mesmo que inconsciente) de continuamente “revalidar” a identidade construída. “A generatividade, então, é fundamentalmente a preocupação relativa a firmar e guiar a nova geração” (p.246), e a estagnação adviria de uma incapacidade ou da impossibilidade de praticá-la;

8ª) **integridade do ego versus desesperança**: “só naquele que de alguma forma tem cuidado de coisas e pessoas e tem-se adaptado aos triunfos e desilusões inerentes à sua condição de criador de outros seres humanos e gerador de produtos e ideias, somente nele pode amadurecer o fruto dessas sete etapas” (p.247). A integridade caracterizaria, portanto, uma condição de satisfação e orgulho de si, uma prerrogativa para a dignidade nesta última etapa do ciclo de vida, e a desesperança emergiria naqueles que falharam na construção de uma identidade íntegra e digna e que, em função do tempo que lhes resta, não creem mais na possibilidade de fazê-lo.

Embora apresente uma construção teórica que abranja a adultez, Erikson admite não ser ela o foco de sua teoria. Como discutiremos adiante, optamos por brevemente tratar das *oito idades do homem* pelo valor de referência assumido pela visão eriksoniana aos olhos da Psicologia tradicional. Por sua vez, Levinson, segundo autor cuja perspectiva optamos por apresentar, adota como objeto de estudo especificamente a adultez, propondo-se a compreendê-la de um ponto de vista desenvolvimental. O caráter normativo de sua obra evidencia-se, sobretudo, na importância que confere aos intervalos etários e no modo como os relaciona a tarefas evolutivas específicas.

“Seasons of a man’s life” (1979), publicação de referência do autor, é a obra resultante de uma pesquisa realizada nos Estados Unidos com 40 indivíduos de 35 a 45 anos. Os participantes, todos do sexo masculino<sup>7</sup>, foram escolhidos a partir de quatro segmentos ocupacionais: trabalhadores da indústria, executivos (*business men*), biólogos com cargos em universidades e romancistas. A teoria acerca da fase adulta em Levinson é construída inicialmente, portanto, para dar conta do desenvolvimento masculino. Papalia, Feldman e Martorell (2013) lembram, contudo, que o autor realizou, anos mais tarde, um estudo comparativo com mulheres, nele concluindo que os padrões femininos de desenvolvimento assemelham-se aos dos homens, efetivando-se, porém, as transições desenvolvimentais com

---

<sup>7</sup>Vale notar que, ao longo da explanação das ideias do autor, preservamos a utilização do termo “homem”, visto que o estudo contemplou apenas indivíduos do sexo masculino. As ideias de nossa autoria, inscritas em um contexto de democratização nas relações de intimidade, não contemplam diferenças de gênero, razão pela qual nos valem dos termos “pessoa(s)”, “indivíduo(s)” e “ser(es) humano(s)”.

maior lentidão, em função de diferentes influências psicológicas e ambientais fundadas na divisão de papéis sociais segundo o gênero.

Antes de voltar-se exclusivamente para a adultez, Levinson (1979), contudo, apresenta uma proposta de cronologização do curso da vida em sua integralidade, considerando as fases do ciclo vital propriamente ditas, assim como os períodos de transição. Ressalta que, a despeito das idiosincrasias humanas, ou seja, do conteúdo particular que cada indivíduo imprime em sua existência, tornando-a única, as etapas do desenvolvimento são atravessadas de forma relativamente homogênea por todos eles. Sua proposta consiste em observar “como o homem está no mundo e como o mundo está no homem”<sup>8</sup> (idem, p.42), e é com base nesse olhar que o autor propõe o ciclo de vida organizado segundo as seguintes fases e períodos de transição:

<b>Período</b>	<b>Idade</b>
<b>Transição para a primeira infância</b> <i>Early childhood transition</i>	0 a 3
<b>Infância e adolescência</b> <i>Childhood and adolescence</i>	3 a 22
<b>Transição da jovem-aduldez</b> <i>Early adulthood transition</i>	17 a 22
<b>Jovem-aduldez</b> <i>Early adulthood</i>	17 a 45
<b>Transição da meia idade</b> <i>Middle age transition</i>	40 a 45
<b>Meia idade</b> <i>Middle age</i>	40 a 65
<b>Transição da adultez tardia</b> <i>Late adulthood transition</i>	60 a 65
<b>Adultez tardia</b> <i>Late adulthood</i>	65 em diante

**Quadro 1: Fases do ciclo vital do homem segundo Levinson (1979). Elaborado pela autora.**

<sup>8</sup> Tradução livre da autora para o trecho: “how the self is in the world, and how the world is in the self”.

A ideia central para a compreensão da adultez em Levinson é, segundo o próprio autor, a noção de *estrutura do indivíduo*. Esta consistiria em uma organização do *self* edificada segundo três fatores: primeiro, a realidade sociocultural, ou seja, o contexto social, religioso, étnico, político e ocupacional, bem como sua relevância para cada ser humano; segundo, aspectos intrínsecos do *self*, o que envolve desejos, conflitos, ansiedades e conteúdos inconscientes; terceiro, a participação dos indivíduos no mundo, o que engloba os diferentes papéis assumidos por cada um, dentre os quais os de cidadão, cônjuge e trabalhador. Por sua vez, o fio condutor para a construção de uma estrutura individual consistiria nas *escolhas cruciais* realizadas pelo homem ao longo da vida, considerando-se o significado e as funções das mesmas para sua existência. Na vida adulta, as esferas nas quais as escolhas normalmente se realizariam são, segundo o autor, a profissão (*occupation*) e a formação de uma família (*marriage and family*). A respeito desta última, Levinson afirma que “em todas as sociedades recai sobre um homem a expectativa de casar-se e assumir responsabilidades no sistema familiar”<sup>9</sup> (p.45).

É interessante notar a assertividade e o potencial generalizador com que o autor apresenta sua teoria. Tais características permanecem ao longo de toda a obra, refletindo a herança da normatividade moderna, tão presente na tradição positivista das teorias norte-americanas. À continuação, assim são também apresentadas as duas tipologias de períodos que se alternam ao longo da adultez, segundo a teoria levinsoniana: os *períodos estáveis*, inaugurados pelas já referidas escolhas que conduzem a estruturação do indivíduo, e os *períodos transicionais*, nos quais a estrutura constituída ver-se-ia questionada e reavaliada, pavimentando o caminho para novas escolhas cruciais, inaugurando um novo período de estabilidade.

Levinson ressalva que o caráter “estável” dos períodos desenvolvimentais inaugurados por escolhas cruciais não pode ser assumido em sua semântica denotativa. A estabilidade refere-se, para o autor, a um sentido de coerência e continuidade reveladas em cada período estável, para cuja estruturação as tarefas fundamentais consistiriam em “fazer escolhas firmes, reconstruir a estrutura de vida e reforçar-se dentro disso”.<sup>10</sup> (p.53) Quanto aos períodos da fase adulta propriamente ditos, o autor os nomeia e delimita cronologicamente da seguinte forma:

---

<sup>9</sup> Tradução livre da autora para o excerto: “in all societies, a man is expected to marry and to take certain responsibilities within a family system”.

<sup>10</sup> Tradução livre da autora para a frase: “to make firm choices, rebuild the life structure and enhance one’s life within it”.

Período	Idade	
Transição da Jovem Adultez <i>Early adulthood transition</i>	17 a 22	Jovem-aduldez <i>Early adulthood</i>
Ingresso no mundo adulto <i>Adulthood</i>	22 a 28	
Transição dos trinta <i>The 30's transition</i>	28 a 33	
Estabelecimento <i>Settling down</i>	33 a 40	
Transição da meia idade <i>Middle age transition</i>	40 a 45	Meia idade <i>Middle age</i>
Ingresso na meia idade <i>Middle age</i>	45 a 50	
Transição dos cinquenta <i>The 50's transition</i>	50 a 55	
Ponto culminante da meia idade <i>Culmination of middle age</i>	55 a 60	
Transição para a adultez tardia <i>Late adulthood transition</i>	60 a 65	
Adultez tardia <i>Late adulthood</i>	65 em diante	

Quadro 2: Períodos da fase adulta segundo Levinson (1979). Elaborado pela autora.

Considerando os objetivos geral e específicos de nossa pesquisa, torna-se de grande valia examinar um pouco mais a fundo as características atribuídas à estrutura adulta ao longo da fase denominada por Levinson como *early adulthood*. A ela o autor associa a experiência de ser jovem-adulto, motivo pelo qual a traduzimos como *jovem-aduldez*. Nessa fase, que se estenderia dos 17 aos 40 anos de idade, estariam localizados dois períodos transicionais e dois períodos estáveis: a transição para a jovem-aduldez, o ingresso no mundo adulto, a transição dos trinta e o estabelecimento. À transição inicial, pós-adolescência, o autor relaciona o exercício de duas tarefas fundamentais: a reavaliação e recomposição dos vínculos e meios de

convivência e a exploração de possibilidades. Percebemos aqui uma inscrição do olhar levinsoniano na ideia de moratória relacionada à juventude pelos autores clássicos que examinam a condição juvenil: aos jovens seria concedida uma espécie de licença, um intervalo de tempo, para a experimentação de possibilidades de ser, prazo ao fim do qual se construiria uma primeira estrutura adulta, configurando verdadeiramente o período estável de ingresso na adultez. Aqui, Levinson aponta duas categorias de escolhas cruciais importantes: assumir uma moradia própria e “tomar um rumo” na vida<sup>11</sup>.

Na transição dos trinta, um novo “xeque-mate” que compreendemos trazer subjacente a ideia de adultez como um ponto de chegada definitivo: “se eu quero mudar minha vida – se há coisas que eu desejo modificar ou excluir, ou coisas faltando e que eu quero acrescentar -, preciso começar já, pois logo será muito tarde” (p.58)<sup>12</sup>. Como resultado, o homem finalmente se estabeleceria (*settling down*), inaugurando um novo período estável, cujo objetivo final consistiria na afirmação de si.

Embora sob roupagens mais atenuadas ao século XXI, o conceito contemporâneo de “adultez emergente” (*emerging adulthood*), elaborado por Arnett (2005), reproduz, assim como na *early adulthood* em Levinson, a ideia do mundo adulto como um destino final cronologicamente localizado e institucionalmente bem definido. A adultez seria, para esse autor contemporâneo, antecedida de um período de relação experimental com o mundo, uma moratória, que caracterizaria a adultez emergente em si. Esta seria, para Arnett, um período do ciclo vital posterior à adolescência (dos 10 aos 17 anos) e anterior à jovem-adulthood propriamente dita (dos 26 aos 40 anos), e teria emergido como um novo período entre fases do ciclo vital já reconhecidamente existentes, em função das transformações estruturais e conjunturais ocorridas a partir da segunda metade do século XX. Tais transformações, essencialmente advindas do desenvolvimento tecnológico, teriam atingido três aspectos fundamentais: 1º) a participação no ensino superior, 2º) a idade do indivíduo ao casar-se, 3º) a idade dos pais quando do nascimento do primeiro filho.

Conceitualmente, a adultez emergente é atribuída de cinco características:

- *exploração da identidade*: para Arnett, na ausência de um compromisso com tarefas típicas da vida adulta (emprego fixo, casamento e parentalidade), o adulto emergente tem a oportunidade de experimentar possibilidades no que diz respeito à busca de um cônjuge, às

<sup>11</sup> O autor utiliza a expressão “make something of my life”(p.58).

<sup>12</sup> Tradução livre da autora para: “If I am to change my life – if there are things I want to modify or exclude, or things missing I want to add -, I must now make a start, for soon it will be too late”.

escolhas profissionais e à construção de uma visão de mundo, estruturando ao fim desse processo a própria identidade;

- *múltiplas possibilidades*: embora estas se ofereçam para indivíduos em qualquer fase do ciclo vital, é na adultez emergente que o jovem está em melhor condição de torná-las viáveis, uma vez que, de um lado, goza de uma presumida autonomia para escolher e experimentar e, de outro, não se encontra preso pelas responsabilidades próprias do mundo adulto, as quais envolvem a dependência de outros significativos (filhos, cônjuge);

- *foco no si mesmo*: em função da ausência de vínculos nos quais exista uma relação de dependência, a adultez emergente seria, por excelência, o momento em que o indivíduo pode colocar-se em frente ao espelho e examinar-se, organizar-se, conhecer-se. Segundo Arnett, o foco no si mesmo “abre aos adultos emergentes o espaço psicológico para que contemplem perguntas do tipo ‘quem sou eu?’, que estão no centro da identidade”<sup>13</sup> (p.10);

- *instabilidade*: esta seria a marca da adultez emergente, justamente em função de seu caráter transitório e incerto, fundado na experimentação de possibilidades de ser. Enquanto constrói uma identidade adulta, o jovem não está em condições de firmar-se em termos de conteúdo identitário, enfrentando sentimentos de insegurança;

- *sentir-se “entre” (feeling in-between)*: o caráter transitório, bem como gradual, do período, explica-se, segundo Arnett, pela construção processual de uma identidade, o que justificaria um sentimento, no adulto emergente, de estar entre fases do ciclo vital.

Arnett identifica como critérios para a legitimação de um autoconceito em relação ao ser adulto a aceitação de responsabilidades, a capacidade de fazer escolhas independentes e a independência financeira. A nosso ver, trata-se de critérios pouco precisos, quando confrontados com a noção de adultez emergente elaborada pelo mesmo autor. Dadas as cinco características acima mencionadas, não parecem haver elementos que impeçam a assunção de responsabilidades, a realização de escolhas independentes ou a independência financeira, mesmo que o indivíduo se encontre em um período de instabilidade, foco no si mesmo e múltiplas possibilidades. Além disso, a aceção da adultez emergente como um período transitório, de construção identitária, pode conduzir à estranha crença de não haver aí uma identidade propriamente dita, ideia à qual não nos alinhamos. Como se verá a seguir, compartilhamos de um olhar que concebe a identidade como passível de revisões contínuas,

---

<sup>13</sup> Tradução livre da autora para o excerto: “being self-focused allows emerging adults the psychological space to contemplate the ‘who I am?’ questions that are at the heart of identity...”

porém permanentemente constituída enquanto tal. Além disso, se considerarmos um indivíduo que, já reconhecidamente adulto, opta por mudar de profissão, iniciando uma nova trajetória profissional, ou uma pessoa “madura” que, divorciada, engaja-se no recasamento e na constituição de uma nova família, perceberemos que os sentidos de novidade, transitoriedade e definição de novos caminhos não constituem prerrogativa do dito universo jovem, estendendo-se ao mundo adulto e lançando sementes para uma nova concepção de adultez.

**Capítulo 4**

**EM TORNO DA IDENTIDADE: DELINEAMENTO TEÓRICO**

Este capítulo apresenta as concepções de Anthony Giddens (2002) e Edgar Morin (2012) sobre a construção da identidade. Sendo a Psicologia Sistêmica uma vertente da ciência psicológica fundamentada no caráter contextual-relacional da existência humana, a edificação de saberes nela circunscrita viabiliza-se por meio do diálogo com outros campos do conhecimento, dentre os quais a Sociologia e a Filosofia. Em nosso entendimento, não há como pensar sistemicamente a construção da identidade adulta de um ponto de vista essencialmente psicológico, restrito aos processos intrapsíquicos.

Na apresentação dos aspectos epistemológicos que subsidiam este estudo (capítulo 1), ao abordar o tema da construção de identidades individuais de uma perspectiva relacional, complexa e interpretativa, sinalizamos o envolvimento de um processo reflexivo na expressão do autoconhecimento em narrativas: ao expressar-se pela via da linguagem, é exigido dos indivíduos que organizem minimamente uma compreensão de si, o que ocorre por meio das interações com o outro e com o ambiente, efetivando-se aí a atribuição de significados à experiência de ser no mundo. O significado, como “fenômeno cultural mediado que depende da existência prévia de um sistema simbólico partilhado” (Bruner, 2008, p.89), emerge, aqui, como elemento que dota de sentido o discurso e articula o individual e o social. Dada a participação de um mesmo “eu” ao longo desse processo, o ser humano torna-se capaz de manter uma consistência individual contínua, reatualizando-se, em um interjogo com as mudanças no ambiente que lhe é externo e na própria forma de conceber o mundo e a si mesmo no mundo. Segundo Kublikowski (2004), apoiada em Ricoeur, “é então configurada uma identidade narrativa, cuja única continuidade é aquela de uma história de vida, e cuja única permanência é aquela pela qual eu me mantenho através da palavra” (p.23).

Alinhado ao pensamento complexo, que reconhece e assinala a multiplicidade de contextos e possibilidades experienciais que, de forma recursiva, participam da construção da identidade de indivíduos e grupos, Giddens (2002) define tal construção como um *projeto reflexivo do eu* no contexto da *alta modernidade*. Esta, segundo o autor, revela como traço característico seu caráter dinâmico e globalizado. Ao contrário da Modernidade, ao longo da qual sociedade e sistema produtivo mantinham-se localizados em uma organização conjugada e estável de tempo e espaço, na alta modernidade tais dimensões se apresentam independentes e em constante reordenamento. Exemplo disso se encontra na própria organização do sistema produtivo, na qual gestão, produção e atendimento ao cliente são distribuídos e redistribuídos em espaços físicos distintos, porém conectados e em operação simultânea, seguindo a conveniência dos mercados. Outro exemplo, oferecido pelo autor, localiza-se na moeda que,

mesmo produzida localmente, torna-se global por meio das taxas câmbio. Trata-se, segundo Giddens, de *mecanismos de desencaixe*, que tornam necessárias reorganizações contínuas, variáveis segundo a dinâmica do caminhar do mundo.

Se concordarmos com o caráter dinâmico do funcionamento social na contemporaneidade, poderemos então nos questionar acerca do valor da tradição na alta modernidade. Isto é particularmente importante para a compreensão dos processos de transição para a adultez que, em tempos atuais, parecem achar falta da segurança oferecida pela experiência de vida das gerações anteriores. Segundo Szapiro e Resende (2010) os jovens de hoje vivem uma “situação simbólica de abandono” (p.45), motivada pela dificuldade das figuras parentais em desempenhar o papel de promotores de segurança emocional para que seus filhos tracem projetos de vida razoavelmente seguros. Para o tema em questão, o esvaziamento das tradições é percebido também nos marcos modernos de ingresso na vida adulta, tornados incertos, por vezes adiados, em função da multiplicidade de escolhas com as quais os indivíduos se veem confrontados.

Uma vez esvaziada de tradição, que parâmetros existenciais pode a realidade compartilhada oferecer na alta modernidade? De que forma tal tradição pode ser revista? De acordo com Giddens (2002), tais parâmetros consistem em dois elementos inter-relacionados: o *ceticismo generalizado* e a *razão providencial*. O primeiro diz respeito à dúvida como motor que substitui as certezas ora oferecidas pela tradição, dado que, na atualidade, “um âmbito indeterminado de cursos potenciais de ação (com seus riscos correspondentes) se abre a cada momento para indivíduos e coletividades” (p.33). Diante disso, uma razão providencial, invocada a cada decisão a ser tomada, constituiria o segundo elemento, participante do contínuo processo reflexivo que subsidia e alinha a construção da identidade.

Ainda segundo Giddens (*idem*), a construção da identidade como um processo reflexivo, para o exercício do qual se pressupõe a inserção do indivíduo em um contexto social, tem como condição *sine qua non* a aceitação da existência de um mundo exterior, uma vez que o reconhecimento de um “não eu”, como recurso primário para o delineamento de um “eu”, deve anteceder a relação originalmente social, ou seja, entre o “eu” e o “outro”. Esse intercâmbio humano, a fim de atribuir-se um caráter social, não pode fazê-lo sem ter validado seu valor comunicacional, o que se viabiliza por meio da linguagem. Encontrando-se com uma perspectiva hermenêutica, Giddens apreende a linguagem como recurso organizador, concordando com a ideia de uma identidade narrativa, visto que, para o autor, o projeto

reflexivo do eu “consiste em manter narrativas biográficas coerentes, embora continuamente revisadas” (p.12).

Em Morin (2012), a revisão dos elementos de tradição também caracteriza um fenômeno reflexivo e, segundo o autor, passa pela noção da cultura como um *processo organizador*. As referências de pensamento e ação que constituem um patrimônio cultural são transmitidas vertical (através de gerações) e horizontalmente (entre pares), sendo incorporadas pela pessoa humana de forma recursiva, por meio de um diálogo com as mesmas. Como ser pensante, o indivíduo dialoga com as tradições culturais e, imprimindo-lhes sua marca individual, as reproduz ou modifica. No que tange às transformações que hoje se percebem nos processos de transição para a vida adulta, é possível identificar essa relação recursiva, na medida em que a vivência singular de tais processos vem se dando por meio da revisão de ritualizações tradicionalmente inscritas na cultura (os marcos de transição para a adultez), buscando-se compor a identidade adulta segundo novas possibilidades experienciais de auto-organização.

A noção moriniana de identidade contem, assim, um caráter cultural-relacional; sob o paradigma complexo, sua construção viabiliza-se através de um duplo movimento de *inclusão* e *exclusão*: de um lado, identificamo-nos como indivíduos humanos ao nos incluirmos em um todo social, em uma cultura. Ao mesmo tempo, definimos nossos contornos identitários ao nos diferenciarmos do outro, excluindo-o de nosso “eu”. Para Morin (idem), “essa unicidade singular é a coisa humana mais universalmente partilhada. Ser sujeito faz de nós seres únicos, mas essa unicidade é o aspecto mais em comum” (p.75). Também em comum é o caráter reflexivo de um aspecto essencial da construção da identidade: a objetivação como capacidade subjetiva. De uma perspectiva complexa, pensar sobre o si mesmo é objetivar-se, o que não significa colocar-se fora de si, mas *para si*, tal como num espelho. Objetivando-se, o indivíduo se percebe e se constrói continuamente, em um diálogo consigo e com o outro, situado histórica, social e culturalmente.

Lembremos que o pensamento complexo, desinvestido de pretensões simplificadoras e totalizantes, admite a convivência entre elementos mutuamente excludentes, e até mesmo contraditórios, na unidade de um mesmo fenômeno. Na concepção moriniana de identidade humana, tal convivência se expressaria nas multiplicidades e dualidades internas, que conferem à identidade pessoal a qualidade de *unidade plural*. Exemplos de dualidade se encontram nas díades corpo/mente, público/privado, razão/emoção, dentre outras, que se revelam na assunção de diferentes papéis sociais por um mesmo indivíduo. “Assim, o

modesto funcionário, submisso diante do chefe, será um tirano doméstico arrogante, e o chefe odioso, no escritório, pisará macio diante da esposa” (p.91).

No cumprimento de tantos papéis sociais, na revelação de tantas dualidades, como explicar, então, a existência de um mesmo “eu”? Aqui, a noção de *emergência* faz-se pertinente, uma vez que se apresenta como um conteúdo imaterial oriundo de um processo de auto-organização, seja nos limites do indivíduo ou de um todo social, mas de qualquer modo circunscrito a uma unidade (individual ou social). Na relação com o outro e em sua inserção na cultura, no exercício de papéis que pressupõem a administração de suas dualidades, o ser humano se auto-organiza, emergindo daí algo que lhe é próprio, sua identidade. Igualmente, na interação entre seus elementos constitutivos, a sociedade se auto-organiza, fazendo emergir uma identidade social. Trata-se de processos contínuos, por meio dos quais indivíduo e sociedade se mantêm e se regeneram.

Temos, assim, concepções teóricas de identidade que, relacionadas entre si, oferecem-nos os subsídios para a formação de um olhar sobre a identidade adulta que se propõe relacional, sistêmico e dinâmico. Como veremos a seguir, a atribuição de significados à adulez e a construção de um sentido de identidade constituem processos reflexivos e narrativos, que demandam o estabelecimento de um diálogo recursivo com a cultura, bem como a organização de uma percepção do si mesmo que se instrumentaliza pela linguagem. Passemos, agora, à apresentação do método de elaboração da pesquisa.

**Capítulo 5**

**MÉTODO**

<sup>14</sup>Tendo em vista que os objetivos propostos incluíram aspectos a serem identificados e processos a serem compreendidos, julgamos adequada a adoção de um *método misto* que reunisse a produção de dados quantitativos e qualitativos. À luz das definições metodológicas apresentadas por Creswell e Clark (2013), a pesquisa caracterizou-se como *sequencial explanatória*, tendo sido ancorada em uma perspectiva teórica clara – a Psicologia Sistêmica - e guiando-se pelo objetivo de fundamentar a construção de um novo olhar sobre a adultez, com base na percepção dos próprios indivíduos que potencialmente vivenciam a constituição de uma identidade adulta. Para esses autores, em projetos sequenciais explanatórios, “o pesquisador interpreta como os resultados qualitativos ajudam a explicar os resultados quantitativos iniciais” (p.74). Para tanto, os autores apresentam algumas recomendações:

- 1<sup>a</sup>) os participantes da fase qualitativa devem fazer parte da amostra quantitativa;
- 2<sup>a</sup>) a fase qualitativa deve ser descrita como *acompanhamento* da fase anterior, a fim de contribuir para a compreensão de seus resultados;
- 3<sup>a</sup>) a amostra qualitativa deve ser menor que a quantitativa;
- 4<sup>a</sup>) após realizada a fase quantitativa, o pesquisador deve definir os dados a serem acompanhados na fase subsequente, a qualitativa;
- 5<sup>a</sup>) os resultados quantitativos devem servir como base para a seleção dos participantes da fase qualitativa.

## ***Colaboradores***

Por estar inserida em um método misto, a composição dos grupos de participantes da pesquisa deu-se em duas etapas, assumindo características distintas em cada uma delas, em função das especificidades dos métodos quantitativo e qualitativo. Contudo, em ambos os casos, os colaboradores atendiam aos seguintes critérios de inclusão:

- a) ter entre 25 e 34 anos: esse intervalo etário foi definido em função das classificações propostas, de um lado, pela Cartilha Políticas Públicas de Juventude (2013), que atribui a denominação *jovem-adulto* a pessoas de 25 a 29 anos e, de outro, pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) no PNAD 2012, que localiza a geração canguru na faixa etária entre 25 e 34 anos;

---

<sup>14</sup> Este trabalho segue as normas da sexta edição do Manual de Publicação da American Psychological Association (2012)

- b) residir no Brasil, tendo em vista que, à luz da Psicologia Sistêmica, o caráter das experiências vividas ao longo do ciclo de vida de indivíduos e grupos encontra-se fortemente atrelado ao contexto de vida dos mesmos, o que inclui as particularidades socioculturais de uma nação;
- c) ter o Ensino Médio completo: como escolarização mínima exigida para o ingresso no mercado de trabalho formal no Brasil, e considerando que, ao completá-lo, o indivíduo tem em torno de 18 anos (sendo, portanto, legalmente livre para realizar as próprias escolhas), é a partir da finalização dessa etapa que homens e mulheres podem, do ponto de vista institucional, traçar as próprias trajetórias individuais;
- d) ter acesso à *internet*: trata-se de um critério de inclusão cuja necessidade emergiu do instrumento inicial de coleta, disponibilizado *on-line*, e no âmbito do qual foram encontrados os participantes da fase qualitativa.

Quanto aos critérios de exclusão, foram desconsideradas as respostas daqueles:

- a) Com idades inferiores a 25 anos e superiores a 34 anos;
- b) Residentes fora do Brasil;
- c) Com Ensino Médio incompleto.

Apresentados os critérios de inclusão e exclusão compartilhados por ambos os grupos de colaboradores (fases quantitativa e qualitativa), podemos passar à apresentação das especificidades de cada etapa da pesquisa.

## **FASE QUANTITATIVA**

1) *Amostra*: caracterizou-se como *não-aleatória* (Creswell & Clark, 2013), visto ter sido delimitada por dois fatores restritivos: primeiro, o acesso à *internet*, já que o convite a possíveis participantes foi realizado eminentemente por meio virtual (*mailing* e *Facebook*); segundo, os limites do alcance possível da rede de contatos da autora e de sua orientadora. Não houve, portanto, qualquer pretensão à generalização dos resultados, possível apenas a partir de pesquisas com amostras aleatórias. Ao final, compuseram a amostra quantitativa 64

participantes, dos sexos masculino e feminino, e residentes nas regiões Sudeste e Nordeste do Brasil<sup>15</sup>;

2) *Procedimento*: a coleta de dados deu-se por meio de um questionário estruturado (Apêndice A) disponibilizado na *internet* e que contemplou aspectos sociocontextuais (idade, sexo, estado civil, existência de filhos, escolaridade, renda familiar<sup>16</sup>, residência); *status* em termos de trabalho, independência financeira e distância física em relação à família de origem; auto enquadramento no tocante à fase do ciclo vital individual (de acordo com a classificação proposta pela Cartilha de Políticas Públicas de Juventude); olhar da família em relação à fase do ciclo vital individual; e significados atribuídos à adultez. A ideia da pesquisa e o convite à participação foram publicados<sup>17</sup> na rede social (*Facebook*) da autora, bem como foram enviados para o *mailing* (rede de contatos pessoais) da autora e de sua orientadora. O questionário, hospedado em uma plataforma de dados criada no programa *Google docs*, permaneceu disponível ao longo de um período predefinido de três meses, sendo o acesso a ele realizado através de um *link* incluído no convite à participação. Ao acessar o *link*, era apresentado ao potencial participante um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (vide Apêndice A), adaptado ao caráter virtual do mecanismo de coleta de dados. Após a leitura do mesmo, era oferecida a possibilidade de se responder “sim” ou “não” à pergunta “aceita participar?”. Respondendo “sim”, dava-se continuidade ao procedimento, introduzindo-se o questionário; respondendo “não”, o procedimento era interrompido, descartando-se a participação.

As informações colhidas no questionário receberam tratamento estatístico com uso do programa SPSS (Statistical Package for the Social Sciences) versão 18.0<sup>18</sup>. Aqui, os principais objetivos e o caminho para atingi-los consistiram em, por meio da *estatística descritiva*:

---

<sup>15</sup> Em função da utilização da estatística descritiva como recurso metodológico, a apresentação pormenorizada dos participantes da fase quantitativa constituirá parte importante dos resultados, na medida em que será discutida à luz da literatura sobre a adultez e de dados coletados em nível nacional. Por ora, contentamo-nos com essa breve descrição, a fim de que a exposição dos dados não se torne repetitiva.

<sup>16</sup> O critério para a definição do nível de renda consistiu na distribuição da população brasileira em classes sociais, segundo o Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (2011). Classe A: acima de R\$9745; classe B: de R\$7475 a R\$9745; classe C: de R\$1734 a R\$7475; classe D: de R\$1085 a R\$1734; classe E: de R\$0 a R\$1085. Informações disponíveis em <http://cps.fgv.br/node/3999>

<sup>17</sup> “Olá! Hoje dou início à primeira fase da minha pesquisa de Doutorado. Se você tem entre 25 e 34 anos e topa dedicar uns poucos minutinhos a responder a um breve questionário, é só clicar no link abaixo. Sua participação será muito bem-vinda e contribuirá para compreendermos melhor o que significa virar “gente grande” nos dias de hoje. Você pode também compartilhar o link com seus amigos e colegas do Face. Muito obrigada!”  
Link: [https://docs.google.com/forms/d/1zq0KxTaXSe9GEU\\_PBjPMYi1TPNMp0LgRudBIUsb8mAc/viewform](https://docs.google.com/forms/d/1zq0KxTaXSe9GEU_PBjPMYi1TPNMp0LgRudBIUsb8mAc/viewform)

<sup>18</sup> Nosso agradecimento à Profa. Yara Castro, pela condução da apuração estatística.

- traçar o *perfil geral* da amostra, aferindo porcentagens relacionadas aos dados sociocontextuais, aos significados atribuídos à adultez, ao olhar da família (medido pela pergunta “sua família o(a) considera uma pessoa adulta?”), à normatividade (“existe idade certa para que a pessoa possa ser considerada adulta?”), à autodenominação (“qual destes termos melhor o(a) define?”) e ao autoconceito (“você se considera uma pessoa adulta?”);
- identificar e interpretar possíveis associações entre o *critério etário*, utilizado como balizador das políticas públicas no Brasil e como referência para a demarcação das fases da vida no âmbito das Ciências Humanas, e o *autoconceito* e a *autodenominação* dos participantes. Para tanto, o tratamento estatístico consistiu no cruzamento de dados, com a utilização do Teste Qui-Quadrado, estabelecendo-se em  $p=0,05$  o nível de significância para identificar tais associações.

Quanto aos significados atribuídos à adultez, os termos apresentados no questionário foram, nesta ordem: *liberdade, responsabilidade, independência financeira, idade adequada, controle emocional, autonomia, casamento, maternidade/paternidade, estabilidade, trabalho, sair da casa dos pais, cobrança e conquista*. A escolha desses termos não foi aleatória, tendo sido consideradas expressões associadas à adultez verificadas na literatura acadêmica sobre a transição para a vida adulta e refletidas no senso comum, conforme observação da pesquisadora. “Casamento”, “maternidade/paternidade”, “independência financeira” e “sair da casa dos pais” configuram-se, de uma perspectiva intergeracional, como fontes tradicionais de legitimação da adultez (Szapiro & Resende, 2010; Jablonsky & Martino, 2013; Papalia, Olds & Martorell, 2013). “Liberdade”, “cobrança” e “conquista” são ideias trazidas por autores contemporâneos que trabalham com o conceito de *adultez emergente* (Arnett, 2005; Dutra-Thomé & Koller, 2014). “Idade adequada” reflete a visão de uma Psicologia normativa (Amaral et. al., 2013), também presente entre autores que concebem a idade adulta como fase da vida na qual se atinge “estabilidade”, seja em termos de “controle emocional”, seja no que diz respeito ao aspecto financeiro (Levinson, 1979; Erikson, 1987). “Responsabilidade” emergiu como qualidade atribuída aos filhos considerados adultos na perspectiva dos pais, segundo estudo anterior (Rodrigues, 2011), e também em outros estudos voltados para a compreensão do “ser adulto” (Sousa, 2010). Já o termo “trabalho” foi estimado por Sousa (idem) como “principal norma de integração dos indivíduos na sociedade, [e que] atribui significados e inscreve os adultos num meio físico e

social que permite a construção de uma estratégia identitária” (p.219). Finalmente, a noção de “autonomia” é referida por autores que abordam a construção da identidade de uma perspectiva complexa (Bowen, 1991; Borges & Magalhães, 2009; Morin, 2012; Ponciano & Féres-Carneiro, 2014).

3) *Análise e interpretação*: com base no tratamento estatístico dos dados, assumiram dois caminhos distintos, mas que podem ser analisados em conjunto. Em um primeiro momento, foi construído o *perfil geral* da amostra, reunindo, com base nas respostas ao questionário, informações que nos permitissem responder à pergunta: “quem são os participantes da pesquisa?”. A interpretação, por sua vez, fundamentou-se na articulação entre os números obtidos a partir de tais respostas e publicações acerca dos processos de transição para a adultez e da construção da identidade adulta apresentadas nos capítulos anteriores deste escrito. Em um segundo momento, tendo como ponto de partida a variável *faixa etária*, buscamos dimensionar possíveis associações entre esta e as variáveis *autodenominação* e *autoconceito*, a fim de compreender de que forma a ideia de adultez pode achar-se, ou não, relacionada a esse critério normativo (faixa etária) tradicionalmente utilizado para legitimá-la.

## FASE QUALITATIVA

1) *Grupo de colaboradores*: após uma avaliação preliminar do questionário, considerando as respostas à pergunta “você se considera uma pessoa adulta?”, julgamos adequado distribuir os participantes entre os grupos 1) dos que responderam “sim” (consideram-se adultos), 2) dos que responderam “não” (não se consideram adultos) e 3) dos que responderam “não sei” (não sabem reconhecer-se como adultos ou não adultos). Essa distribuição constituiu o critério central de escolha dos participantes da fase qualitativa<sup>19</sup>. Dentre aqueles que, ao final do questionário, disponibilizaram informações para contato, aceitando participar da segunda fase da pesquisa, foram escolhidos e convidados via *e-mail* dois representantes para cada um dos grupos acima referidos, sendo um do sexo feminino e

---

<sup>19</sup> Considerando que a pesquisa trata, em última instância, da construção de identidades na perspectiva daqueles que a vivenciam, julgamos que a adoção de um aspecto relacionado ao autoconceito dos colaboradores como critério central constituiria um caminho favorável para a construção de um novo olhar sobre a adultez na contemporaneidade.

um do sexo masculino. Desses, obtivemos 5 (cinco) respostas afirmativas<sup>20</sup>. Na ausência de um sexto participante que perfizesse o critério inicialmente adotado, e havendo percebido a ausência de colaboradores casados ou em união estável dentre os cinco que já haviam sido confirmados, optamos por escolher para a sexta entrevista alguém que se encontrasse em tal situação conjugal, independente de seu autoconceito em relação a perceber-se ou não como adulto, a fim de respeitarmos o critério de variação máxima proposto por Creswell e Clark (2013). Assim, a sexta e última entrevista foi realizada com uma pessoa casada e pertencente à faixa etária 30 - 34 anos, contemplando um critério que ainda não havia sido preenchido (o casamento) e um outro que, até então, havia sido observado uma única vez (a faixa etária mais alta). Ao final, obtivemos a seguinte composição do grupo de colaboradores, identificados no quadro abaixo, no qual se apresentam suas principais respostas para o questionário:

(continua)

	<b>Fernanda</b>	<b>Pedro</b>	<b>Helena</b>	<b>João</b>	<b>Carol</b>	<b>Lia</b>
<b>Idade</b>	25	29	30	29	29	31
<b>Grau de Instrução</b>	Superior completo	Pós-graduação concluída	Superior completo	Pós-graduação concluída (Mestrado)	Pós-graduação concluída (Mestrado)	Superior completo
<b>Reside em</b>	São Carlos/SP	São Carlos/SP	São Paulo/SP	Rio de Janeiro/RJ	Natal/RN	Piracicaba/SP
<b>Reside com</b>	os pais	os pais (e a irmã)	a mãe (e os irmãos)	sozinho	a mãe (e o padrasto)	o cônjuge
<b>Estado civil</b>	Solteira	Solteiro	Solteira	Solteiro	Solteira	Casada
<b>Filhos</b>	Não	Não	Não	Não	Não	Não
<b>Ocupação</b>	Trabalha	Trabalha	Trabalha (e estuda para concurso)	Trabalha	Trabalha e estuda na pós-graduação	Trabalha
<b>Sustento financeiro</b>	Parcial	Parcial	Total	Total	Parcial	Divide com o cônjuge
<b>Você se considera uma pessoa adulta?</b>	Não	Sim	Sim	Não sei	Não sei	Sim
<b>Sua família o(a) considera uma pessoa adulta?</b>	Não	Nem todos	Sim	Sim	Sim	Sim
<b>Termo que melhor o(a) define</b>	Jovem-adulto	Jovem	Jovem-adulto	Jovem	Jovem-adulto	Jovem-adulto

<sup>20</sup> Dentre os participantes da fase quantitativa que não se consideram adultos, buscamos contato com todos aqueles que haviam disponibilizado seus dados, porém não obtivemos pleno sucesso. Assim, para a fase qualitativa, pudemos contar com apenas 1 (um) representante do grupo “não”.

<b>Idade certa para tornar-se adulto</b>	Não	Não	Não	Não	Não	Não
<b>Termos associados à condição adulta</b>	Responsabilidade Controle emocional Autonomia Estabilidade Trabalho Conquista	Responsabilidade Independência financeira Controle emocional Estabilidade Trabalho Conquista	Responsabilidade Independência financeira Controle emocional Idade adequada Trabalho	Responsabilidade Liberdade Independência financeira Autonomia Sair da casa dos pais	Responsabilidade Liberdade Trabalho Cobrança Conquista	Responsabilidade Liberdade Idade adequada

**Quadro 3: Identificação dos participantes da fase qualitativa**

2) *Procedimento*: nesta segunda fase, optamos pela adoção metodológica da *abordagem narrativa* ou *pesquisa narrativa* (Creswell, 2014), na qual “experiências expressas nas histórias vividas e contadas pelos indivíduos” são analisadas e interpretadas à luz da perspectiva teórica e epistemológica do pesquisador. Para o autor, em um projeto de pesquisa explanatório, a fase qualitativa deve ser descrita como acompanhamento e tentativa, observando-se os resultados quantitativos a serem acompanhados (segundo os objetivos do estudo) e estimando-se um caminho a seguir. Nesta fase da pesquisa, a condução do procedimento de coleta de informações ocorreu da seguinte forma:

- a cada colaborador foi proposta uma *entrevista semiestruturada*, organizada de modo a acompanhar as respostas do questionário. Estas foram revistas, uma a uma, ao longo da conversação, mantendo-se aberto o espaço para revisões, ressignificações e mudanças de opinião. É importante mencionar que, de uma perspectiva sistêmica, a entrevista semiestruturada não se caracteriza como um simples instrumento de coleta de dados, mas sim como um espaço de cocostrução de realidades. A esse propósito, Kvale (2012) afirma que, em entrevistas narrativas, “por meio de perguntas, acenos e silêncios, o entrevistador é um coprodutor da narrativa<sup>21</sup> (p.180)”, o que acaba por conferir ao próprio procedimento de pesquisa a qualidade de intervenção social;
- duas entrevistas foram realizadas presencialmente e quatro entrevistas foram conduzidas via *Skype*, dada a distância física da pesquisadora em relação aos participantes, que optaram pelo encontro virtual, pela maior comodidade, ou

<sup>21</sup> Tradução livre da autora para o excerto “through questions, nods, and silences, the interviewer is a coproducer of the narrative”.

mesmo pela viabilidade. Vale ressaltar que não percebemos diferenças significativas entre a realização de entrevistas presenciais e por videoconferência, o que nos permitiu avançar para o processo de análise e interpretação sem qualquer perspectiva de comprometimento dos resultados;

- todas as entrevistas foram precedidas da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido<sup>22</sup> (Apêndice B), por meio do qual a gravação das conversações foi autorizada pelos participantes. Além disso, embora tenham sido transcritas na íntegra a fim de viabilizar o trabalho de análise, para fins de publicação foram extraídos apenas excertos dessas transcrições, apresentados no quadro “Representação das categorias de significado em trechos da narrativa dos participantes” (Apêndice C);
- no intuito de atender aos objetivos específicos do estudo - identificar aspectos socioculturais e psicossociais presentes na construção da identidade adulta; identificar e compreender os significados atribuídos à adultez pelos participantes e; identificar possíveis novas fontes de legitimação da condição adulta, compreendendo seu funcionamento nos processos de construção da identidade -, as entrevistas foram conduzidas no sentido de criar condições para que os colaboradores, de uma perspectiva de suas vivências individuais, discorressem sobre os temas *estudo/trabalho, família de origem/família atual, independência/autonomia*, bem como outras questões emergentes relativas ao “ser adulto”. Além disso, buscou-se abrir espaço para que identificassem a(s) fonte(s) de legitimação da própria condição adulta ou, caso não se considerassem adultos, o que lhes faltaria para que isto se tornasse possível. Ao longo da revisão conjunta das respostas do questionário, a fim de compreender aspectos relativos à autodenominação, ao autoconceito e aos significados atribuídos à adultez, foram utilizadas as seguintes questões norteadoras: a) *no questionário, você afirmou ( ) considerar-se adulto ( ) não se considerar adulto ( ) não saber se é ou não adulto. Conte-me um pouco mais sobre isto;* b) *No questionário, você optou pela auto nomeação<sup>23</sup> ( ) adolescente ( ) jovem ( ) jovem-adulto ( ) adulto. Quais critérios você usou para fazer essa escolha?;* c) *No questionário, você escolheu as*

<sup>22</sup> No caso das entrevistas realizadas por Skype, uma cópia do TCLE assinada e digitalizada pela pesquisadora foi previamente enviada por e-mail a cada colaborador, sendo devolvida pelo mesmo nas mesmas condições.

<sup>23</sup> Com base na Cartilha de Políticas Públicas de Juventude (2013), apresentada na Introdução deste estudo.

*palavras*<sup>24</sup>... como ideias ligadas ao ‘ser adulto’. Poderia me contar um pouco como foi essa escolha?

3) *Análise e interpretação*: na fase qualitativa, os procedimentos de análise e interpretação foram guiados pela *abordagem narrativa* (Creswell, 2014), de uma perspectiva sistêmica (Vasconcellos, 2011) e complexa (Morin, 2011a e 2011b). A aproximação de Creswell (idem) em relação à perspectiva sistêmica e complexa pode ser identificada nos quatro elementos que, segundo o autor, constituem a abordagem narrativa:

- a) seu caráter colaborativo, emergente da interação entre pesquisador e participantes, tornando presente a intersubjetividade - compreendida como um dos pilares do paradigma sistêmico - e conferindo à pesquisa a qualidade de coconstrução;
- b) a centralidade do significado, para cuja definição este estudo recorre a Bruner (2008), tal como exposto no delineamento teórico da pesquisa;
- c) a importância dos diferentes contextos nos quais se inscrevem as diversas narrativas, elemento imprescindível à construção de um olhar sistêmico sobre os fenômenos;
- d) o uso de estratégias de desconstrução e reconstrução, visando o pesquisador “expor dicotomias, examinar os silêncios e atentar às interrupções e contradições” (p.71).

Sobre estudos guiados pela abordagem narrativa, também Macedo, Kublikowski e Santos (2004) apreendem um projeto de pesquisa como “uma proposta de compreensão do mundo dos participantes e do significado de experiências coconstruídas em um dado contexto social” (p.8). No objetivo de construir categorias de significado emergentes do mundo que se abre a partir do encontro entre pesquisado e pesquisador, a análise e a interpretação pressupõem, segundo as autoras, um encontro deste último com as narrativas dos participantes, as quais expressam interpretações do vivido. O percurso de construções interpretativas se inicia com um movimento entre o todo e as partes das narrativas, na busca de unidades de análise capazes de refletir pontos de vista que possam ser condensados e inter-relacionados. É a partir dessas inter-relações que se constroem, ao final, categorias de

---

<sup>24</sup> “Liberdade”, “responsabilidade”, independência financeira”, “idade adequada”, “controle emocional”, “autonomia”, “casamento”, “maternidade/paternidade”, “estabilidade”, “trabalho”, “sair da casa dos pais”, “cobrança”, “conquista”.

significado, sustentadas por argumentações fundamentadas em teorias. Também Kvale (2012) compreende a análise narrativa como aquela que privilegia o significado, além da estrutura linguística. Para o autor, “a análise deve ser, também, a reconstrução dos vários relatos oferecidos pelos diferentes sujeitos, chegando-se a uma narrativa ‘comum’”<sup>25</sup> (p.254) capaz de refletir as diversas experiências coconstruídas.

### ***Cuidados éticos***

Em ambas as fases, seguindo as determinações da Resolução 466/2012 da CONEP (Comissão Nacional de Ética em Pesquisa), a coleta de dados foi precedida da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que garantiu aos participantes a preservação das respectivas identidades, explicitou quanto à existência mínima de riscos, assegurou a oferta de suporte profissional em caso de desconforto oriundo da pesquisa e deixou clara a possibilidade de desistência, em qualquer tempo, de participar do estudo. Na primeira fase (quantitativa), dada a especificidade do uso do questionário *online*, a assinatura do TCLE foi realizada de forma eletrônica, através da opção pela resposta “sim” ao texto introdutório do questionário (Apêndice A). Na segunda fase (qualitativa), o modo de leitura e assinatura do documento variou em função do caráter presencial ou virtual do encontro: nas entrevistas presenciais, o Termo (Apêndice B), já assinado pela pesquisadora, foi entregue às participantes, que o leram, assinaram e retiveram uma cópia do documento; nas entrevistas virtuais, a leitura foi realizada pela própria entrevistadora, sendo o consentimento verbal dos participantes registrado em gravação. Posteriormente, o documento foi enviado aos mesmos em versão assinada e digitalizada, e a eles foi solicitado que o imprimissem e assinassem, devolvendo à pesquisadora em versão igualmente digitalizada.

Além disso, foram apreciadas as recomendações éticas da Association of Internet Researchers (AoIR), que oferece os parâmetros para pesquisas envolvendo a *internet*, seja ela caracterizada como o próprio objeto de pesquisa, como ambiente no qual o objeto em estudo se manifesta ou como instrumento de pesquisa (Fragoso, Recuero & Amaral, 2012). Este estudo se encaixa no último caso, já que a *web* foi usada como instrumento de acesso a participantes em potencial e como procedimento de pesquisa, via questionário.

---

<sup>25</sup> Tradução livre da autora para o trecho “the analysis may also be a reconstruction of the many tales told by the different subjects into a ‘typical’ narrative”.

Para o estudo em questão, que aborda um fenômeno relativo ao ciclo vital humano, consideramos que o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, requisito em ambas as fases da pesquisa e adaptado a cada uma delas, revelou-se suficiente para garantir o respeito à integridade dos participantes, refletindo a atenção aos referenciais de autonomia, não maleficência, beneficência, justiça e equidade, dispostos na Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. Além disso, em conformidade com exigências institucionais relativas a pesquisas com seres humanos, o projeto deste estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da PUC-SP, sob o Parecer nº 1.287.096, de 20 de outubro de 2015 (vide Anexo).

**Capítulo 6**

**FASE QUANTITATIVA: RESULTADOS E DISCUSSÃO**

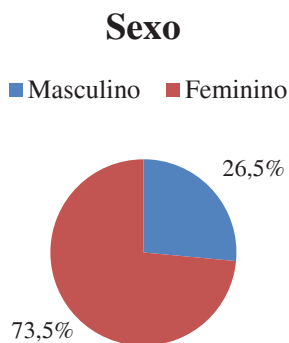
Após colhidas as respostas via questionário, os resultados foram entregues a uma profissional qualificada na área da Estatística, a fim de obtermos os dados necessários para a análise e interpretação. De imediato, foram excluídas as respostas dos participantes que fugiam aos critérios de inclusão, ora por não possuírem Ensino Médio completo, ora por apresentarem idades inferiores a 25 anos ou superiores a 34 anos, ora por não residirem no Brasil. Assim, de um total inicial de 78 respostas, obtivemos 64 respostas válidas. De posse dos dados obtidos via tratamento estatístico, procedemos às etapas da fase quantitativa previstas no método da pesquisa e que apresentamos a seguir:

**Etapa 1** - Construção do *perfil geral* da amostra: o objetivo consistiu, aqui, em responder à pergunta “quem são os participantes da pesquisa?”. Por meio da estatística descritiva, e tendo como base os percentuais relativos aos aspectos sociocontextuais, aos significados atribuídos à adultez, ao olhar da família (segundo os participantes), ao autoconceito e à autodenominação, esse perfil nos permitiu realizar uma leitura referenciada no diálogo com dados relativos à população brasileira (PNAD 2012), bem como com a literatura utilizada ao longo de todo este estudo. Assim, pudemos introduzir apontamentos considerados relevantes para a pesquisa, criando solo fértil para uma possível compreensão dos processos de construção de identidades adultas, à luz do paradigma sistêmico. O procedimento estatístico contemplou a aferição, via teste Qui-quadrado, da margem de erro das medições, baixíssima para as variáveis envolvidas nesta primeira etapa da fase quantitativa, com o valor  $p < 0,001$ . Os cálculos podem ser encontrados na íntegra no Apêndice D deste volume.

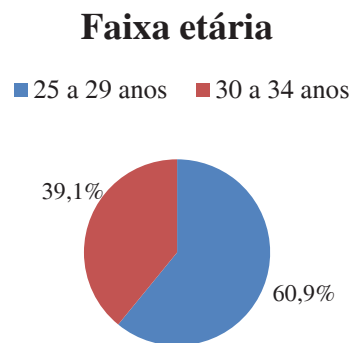
Reafirmamos, aqui, que a utilização de um método não aleatório para a composição da amostra quantitativa inviabiliza a generalização dos resultados obtidos. Isto, contudo, não compromete a relevância social da pesquisa, tendo em vista que seus resultados, tal como um esboço, podem orientar a condução do olhar sobre a adultez na contemporaneidade à luz de novas perspectivas. Isto posto, observemos inicialmente os resultados sociocontextuais<sup>26</sup> referentes a sexo, faixa etária, existência de filhos e escolaridade, expressos nas **figuras 1, 2, 3 e 4**:

---

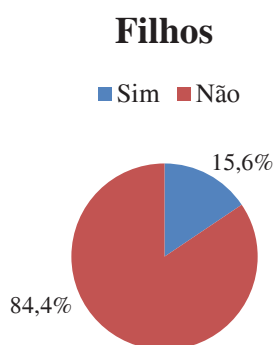
<sup>26</sup> A **Tabela 1: Aspectos sociocontextuais** encontra-se no Apêndice D e exibe os resultados absolutos e percentuais para as variáveis contempladas no questionário respondido pelos participantes da fase quantitativa deste estudo.



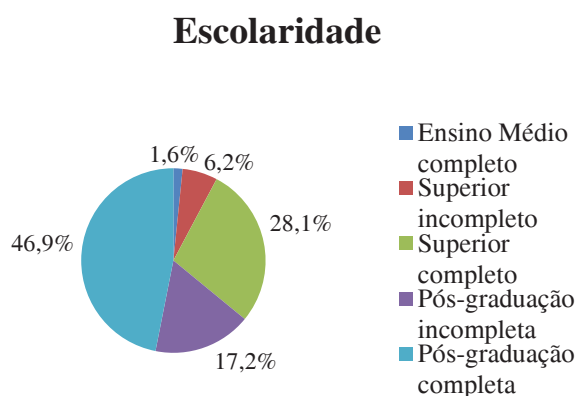
**Figura 1: participação segundo sexo**



**Figura 2: participação segundo faixa etária**



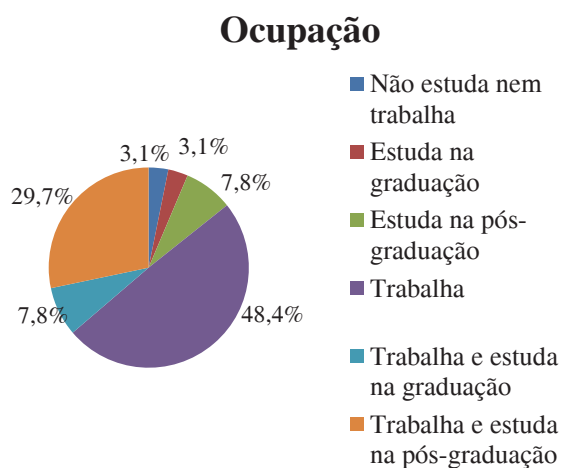
**Figura 3: participação segundo existência de filhos**



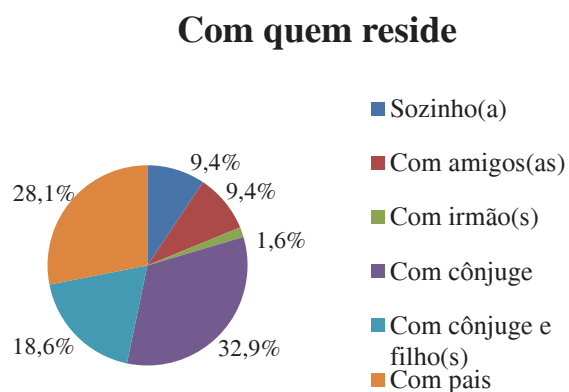
**Figura 4: participação segundo escolaridade**

Como *perfil geral*, podemos afirmar que a amostra da fase quantitativa deste estudo revela-se majoritariamente feminina, sem filhos e com alto nível de escolaridade. Tais dados constituíram-se como aqueles nos quais houve maior concentração de escolhas (acima de 70%) para uma das opções disponíveis nas respectivas categorias, ou para opções que poderiam ser agrupadas, como no caso da pós-graduação concluída ou em curso. A faixa etária dos participantes, por sua vez, revelou-se mais representativa entre os 25 e os 29 anos de idade, embora a participação de indivíduos de 30 a 34 anos tenha sido também expressiva.

Dando continuidade à descrição da amostra em sua dimensão sociocontextual, observemos as **figuras 5 e 6**, que apresentam as porcentagens referentes à ocupação e à condição de moradia:



**Figura 5: participação segundo ocupação**

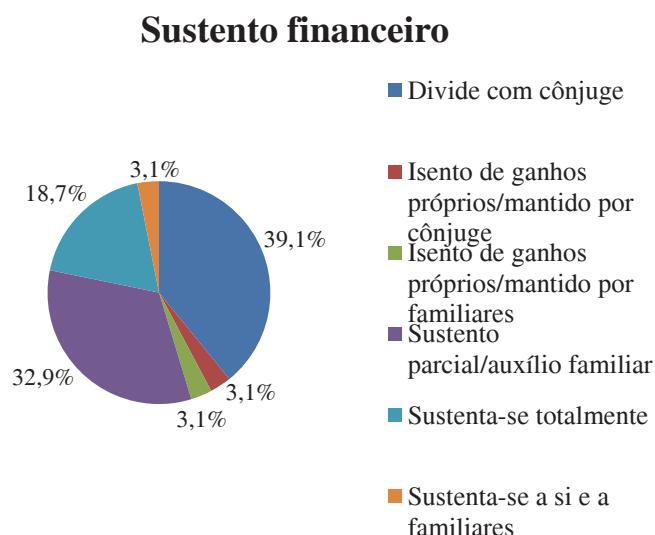


**Figura 6: participação segundo ‘com quem reside’**

Chamou atenção o alto envolvimento dos participantes em atividades profissionais (85,9%, considerando aqueles que trabalham, seja em paralelo ou não aos estudos), o que, confrontado com a porcentagem de indivíduos residentes com os pais (28,1%), remete-nos aos dados do PNAD 2012 apresentados na introdução deste trabalho. Ali, verificamos que 91,4% dos filhos entre 25 e 34 anos que moram na casa dos pais encontram-se inseridos no mercado de trabalho, e que as famílias-canguru abrangem 24,3% dos filhos em tal faixa etária. Percebemos aí uma aproximação entre os números obtidos neste estudo e os resultados da pesquisa em nível nacional. Além disso, verificamos a pouca expressividade dos assim chamados “nem-nem” (aqueles que não trabalham nem estudam) e, ainda assim, devemos considerar a possibilidade de, entre estes, existirem “donas(os) de casa”, cuja resposta “não trabalho nem estudo” pode dever-se à ausência de reconhecimento social do trabalho de manutenção do lar e de cuidado com os filhos.

Merecem destaque, também, os dados relativos ao sustento financeiro, uma vez que os mesmos invocam um aspecto recorrentemente assinalado como importante para a legitimação da condição adulta: a independência financeira. Neste estudo, revela-se baixa a porcentagem de participantes isentos de ganhos ou rendimentos próprios (6,2%), dado que se mostra coerente com a alta inserção profissional da amostra (85,4%). Concomitantemente, a condição

de parceria com cônjuges revela-se ainda mais incidente do que a parceria financeira com familiares (39,1% e 32,9%, respectivamente), o que, novamente considerada a significativa inserção dos participantes no mercado de trabalho, põe-nos a pensar sobre o real sentido da dependência econômica dos filhos em relação a seus pais. Observe-se abaixo a **figura 7**, referente ao sustento financeiro:

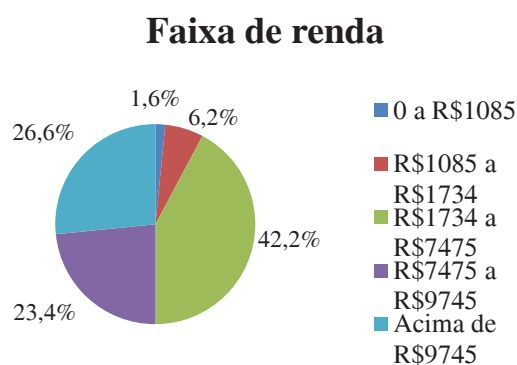


**Figura 7: participação segundo sustento financeiro**

Tratar-se-ia de uma real dependência? Com base no que pudemos verificar em estudo anterior (Rodrigues, 2011), compreendemos que, em famílias-canguru, alguns filhos, até mesmo por estarem inseridos no mercado de trabalho, revelam condições financeiras suficientes para o autossustento, porém optam por receber de seus pais o auxílio necessário para a construção de uma carreira ou patrimônio, ou ainda, permanecem no lar parental por não encontrarem motivos que lhes justifiquem viver sozinhos em outro domicílio. Uma vez que tal situação é abraçada pelos progenitores, podemos compreender esse arranjo como representante das dinâmicas familiares regidas pela relação de solidariedade e parceria entre pais e filhos (Borges & Magalhães, 2009; Sousa, 2010), no contexto da democratização das relações de intimidade (Giddens, 1993). A parceria econômica com os pais seria, nesse sentido, correlata à parceria econômica com um cônjuge, mantendo-se, em ambos os casos, relações horizontalizadas. Em outras palavras, sem ignorar a possibilidade de arranjos

familiares disfuncionais, nos quais a participação financeira dos pais na vida dos filhos adultos sinaliza problemas em relação à autonomia dos descendentes, acreditamos na possibilidade de acordos tácitos que viabilizem aos membros do sistema familiar experiências individualizadas e autônomas.

No que concerne às faixas de renda, deparamo-nos com o obstáculo da ampla variação de renda atribuída a uma mesma classe social no Brasil: a classe C, cujos ganhos variam entre R\$1734 e R\$7475, segundo dados oficiais<sup>27</sup>. À parte qualquer consideração sobre a qualidade da educação formal no Brasil, é certo que o acesso ao Ensino Superior viu-se facilitado nos últimos anos por programas de incentivo direcionados à juventude, como o ProUni e o Fies, bem como pela proliferação de instituições privadas de ensino superior a preços mais modestos. Em 2009, dos 5,9 milhões de estudantes de graduação no país, 31,4% dispunham de renda familiar de um a cinco salários mínimos.<sup>28</sup> Esclarecido o obstáculo e respeitada a variação de renda referida, podemos afirmar que os participantes da pesquisa distribuem-se, majoritariamente, entre as classes A, B e C, e isto não se mostra incompatível com a alta porcentagem de participantes com níveis de instrução formal mais elevados. A **figura 8** representa a distribuição da amostra quantitativa, segundo a faixa de renda:

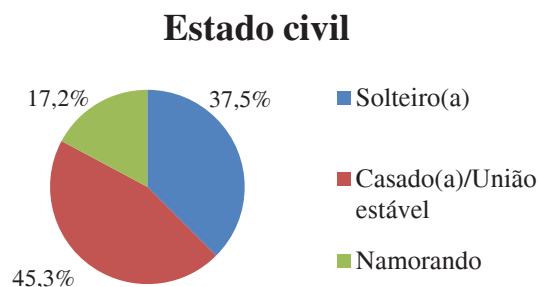


**Figura 8: participação segundo faixa de renda**

<sup>27</sup> <http://cps.fgv.br/node/3999>

<sup>28</sup> <http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral.a-classe-c-com-diploma,470963>. A referência ao ensino superior se explica pela ideia, difundida na literatura sobre a transição para a vida adulta, de que o prolongamento dos estudos, a serviço da formação de cidadãos capazes de produzir e consumir, teria participação na construção da categoria social “juventude” e, assim, estaria na origem dos abalos sofridos pela caracterização, e possível realocação etária, da fase adulta na contemporaneidade.

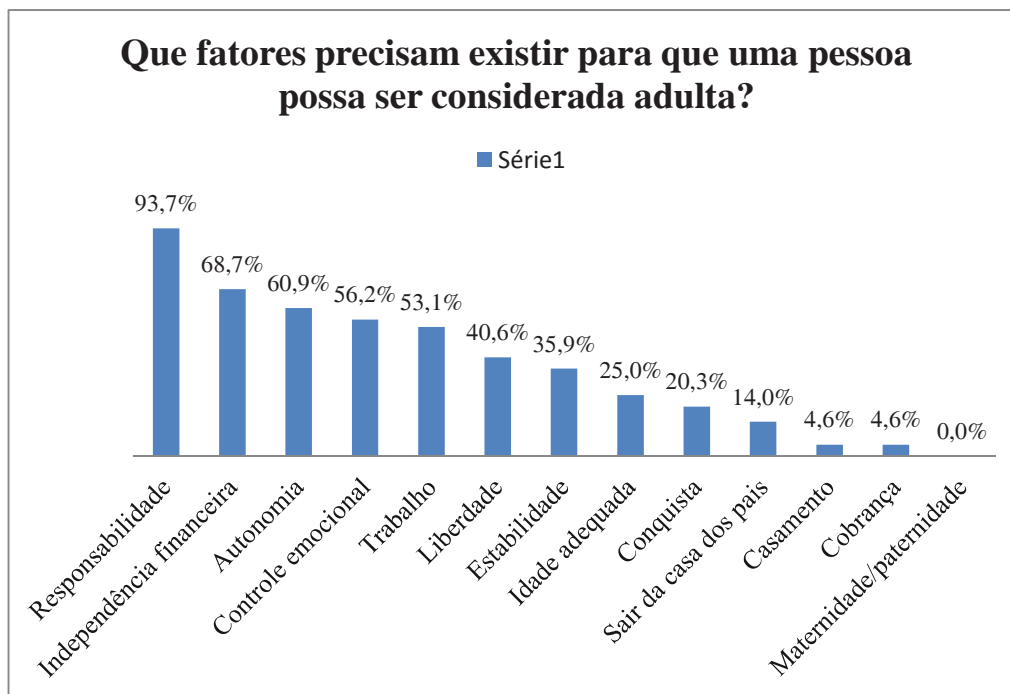
Quanto ao estado civil, 45,3% dos participantes encontram-se envolvidos em relações conjugais que pressupõem coabitação e compartilhamento de renda familiar (embora não ignoremos a diversidade de arranjos familiares possíveis na contemporaneidade), ao passo que 54,7% da amostra referem-se a indivíduos solteiros ou namorando, sugerindo situações de moradia que não envolvem parceiros amorosos ou compartilhamento de ganhos financeiros com cônjuges. Com efeito, tais dados se mostram compatíveis com as informações relativas ao sustento financeiro: 45,3% dos participantes dividem despesas com cônjuges, são por eles sustentados ou são responsáveis pelo sustento integral de familiares; 54,7% sustentam-se total ou parcialmente com os próprios ganhos financeiros, neste último caso recebendo auxílio de familiares, ou revelam-se integralmente mantidos pelos mesmos. Interessante notar, ainda, a expressiva incidência de participantes não envolvidos em vínculos amorosos. Considerando que, no questionário, além da opção “solteiro(a)”, havia a opção “namorando, mesmo que divorciado(a)”, os 37,5% de indivíduos solteiros reafirmam a ideia de que os relacionamentos amorosos configuram-se, na contemporaneidade, como escolhas vinculadas a trajetórias de vida autônomas e singulares, que se afastam de marcos normativos tradicionais para a construção da identidade adulta. A **figura 9** apresenta a distribuição dos participantes segundo o estado civil:



**Figura 9: participação segundo estado civil**

Ainda no que contempla a construção do *perfil geral* da amostra quantitativa, consideramos de suma importância apresentar e discutir os significados atribuídos ao “ser adulto” pelos participantes, significados estes representados por termos extraídos da literatura acadêmica sobre o tema e refletidos no senso comum. A **figura 10** apresenta os percentuais

referentes aos termos presentes no questionário e oferece-nos a perspectiva visual das escolhas realizadas pela amostra<sup>29</sup>:



**Figura 10: significados atribuídos à adulez**

Coerentemente com os resultados obtidos em estudo anterior (Rodrigues, 2011), realizado com pais e mães de indivíduos entre os 25 e os 29 anos de idade, a responsabilidade revelou-se como principal termo associado à ideia de “ser adulto”. Se considerarmos que, tal como apresentam alguns estudos contemporâneos (Borges & Magalhães, 2009; Sousa, 2010; Rodrigues, 2011; Pais, 2012; Ponciano & Féres-Carneiro, 2014), a transição para a vida adulta caracteriza um processo, e não um acontecimento, compreenderemos a prevalência de uma qualidade de ser, e não de um evento específico, como fonte primeira de legitimação da condição adulta. Em estudo cujo objetivo consistiu na construção de uma definição para a adulez no âmbito da Sociologia, Sousa (2010) confirma a responsabilidade como valor mais importante associado ao “ser adulto”, mas alerta para a necessidade de se compreender o que é “ser responsável”. Para a autora, assumir responsabilidades não significa, necessariamente, ser responsável. Concordamos com tal perspectiva, considerando que a responsabilidade

<sup>29</sup> A **Tabela 2: Fatores associados à adulez** encontra-se no Apêndice D e exibe os resultados absolutos e percentuais para tais variáveis contempladas no questionário respondido pelos participantes da fase quantitativa deste estudo.

pode assumir diferentes contornos e conteúdos, podendo ser atribuída até mesmo a uma criança, dentro de seus limites e de suas possibilidades. À adulez, contudo, relacionamos uma noção de responsabilidade em sua *dimensão ética*, o que implica o comprometimento do indivíduo desde o princípio até as consequências de suas expressões e atitudes. Trata-se daquilo a que, no senso comum, chamamos “responder por si mesmo frente aos outros”.

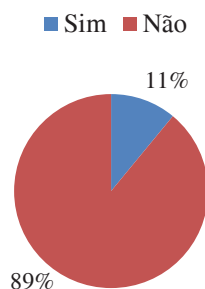
Ainda no que concerne aos significados atribuídos à adulez, tomando em perspectiva os 5 (cinco) primeiros termos mais escolhidos pelos participantes, teremos a oportunidade de verificar o entrelaçamento de dois aspectos significativos: de um lado, noções ligadas ao desenvolvimento psicossocial dos indivíduos: *responsabilidade, autonomia e controle emocional*; de outro, elementos representativos de um regime econômico baseado no duo produção-consumo: *trabalho e independência financeira*. Entendemos que essa dualidade deve ser observada em termos da inscrição contextual do fenômeno da construção da identidade adulta nos dias de hoje. Afinal, se evoluímos em compreender que a multiplicidade de caminhos a seguir acabou por redimensionar a importância de acontecimentos específicos como inauguradores da adulez, igualmente acompanhamos o fortalecimento de um modo de produção que estrutura as instituições sociais, sobretudo a escola e a família, para que garantam a formação de trabalhadores produtivos e com alto potencial de consumo.

A importância conferida pelos participantes à independência financeira pode ser lida, ainda, à luz da individualização dos projetos de vida na contemporaneidade que, conforme reconhecida por Borges e Magalhães (2009), ancora-se no espírito competitivo das sociedades de mercado e, em contrapartida, encontra respaldo na relação de parceria e apoio presente nas famílias-canguru. Isto nos permite compreender o fato de o item “sair da casa dos pais” ter sido escolhido por apenas 14% dos participantes. Pensamos que a posição pouco expressiva assumida pelo item em questão indica uma possível dissociação entre as ideias de deixar o lar parental e tornar-se independente, o que se revela condizente com o que apresentam alguns estudos contemporâneos sobre o tema da transição para a adulez em tempos atuais (Borges & Magalhães, 2009; Rodrigues, 2011; Ponciano & Féres-Carneiro, 2014). A singularização dos projetos de vida pode explicar, também, a pouca (4,6%) e a nula importância conferidas, respectivamente, ao casamento e à parentalidade na atribuição de sentido à identidade adulta, em contraposição a uma associação mais expressiva de habilidades psicossociais (responsabilidade, autonomia, controle emocional) à adulez. Não se trata, contudo, de inferir que realizações de cunho socializante encontram-se ausentes dos projetos de vida na

atualidade, mas sim de isentá-las de uma necessária participação na formação da identidade adulta.

Podemos afirmar, assim, que os significados atribuídos ao “ser adulto” apresentam-se coerentes com a revisão do caráter normativo tradicionalmente presente na Psicologia do Desenvolvimento, especialmente no que diz respeito à fase adulta do ciclo vital. A crença na não-existência de uma idade certa para inaugurar a adultez, revelada por 89% dos participantes da fase quantitativa, reafirma essa revisão, o que nos permite problematizar o uso do critério etário como balizador de políticas públicas no Brasil. A **figura 11** ilustra a distribuição das respostas à pergunta “você acredita que exista uma idade definida para a pessoa se tornar adulta<sup>30</sup>?”:

### Você acredita que exista uma idade definida para a pessoa se tornar adulta?

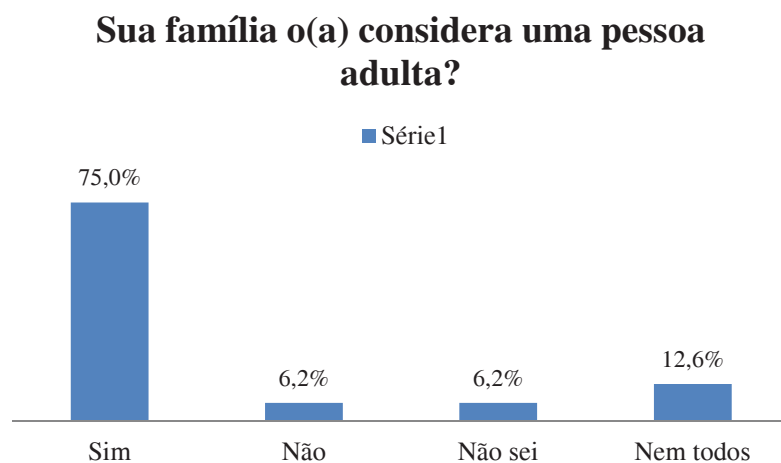


**Figura 11: normatividade etária**

Em consonância com autores contemporâneos, a exemplo de Arnett (2005), que apresenta a fase adulta do ciclo vital como um período da trajetória humana que se viu adiado em função das múltiplas possibilidades de experimentação que se colocam aos jovens na contemporaneidade, a Cartilha Políticas Públicas de Juventude (2013) estabelece a juventude como uma etapa do ciclo de vida, localizada entre os 18 e os 24 anos, período ao longo do qual o indivíduo recebe, nesse documento, a nomeação *jovem-jovem*. Embora reconheçamos que o critério etário se apresente como um facilitador para a definição e o estabelecimento de políticas sociais, pensamos que, no que diz respeito às noções de juventude e adultez, tal

<sup>30</sup> A **Tabela 3: Normatividade etária** encontra-se no Apêndice D e exibe os resultados absolutos e percentuais para tal variável contemplada no questionário respondido pelos participantes da fase quantitativa deste estudo.

demarcação não parece refletir o que se desenha na realidade compartilhada. Esse desajuste, que, a nosso ver, contribui para a emergência de dificuldades em se compreender o que é “ser adulto” nos dias de hoje, vê-se confirmado, de um lado, pela verificação, em nosso estudo, de que não há, estritamente, uma idade definida para o início da adultez e, de outro, pela própria extensão do uso do termo “jovem” a fases anteriores (*jovem-adolescente*, dos 15 aos 17 anos) e posteriores (*jovem-adulto*, dos 25 aos 29 anos) do ciclo vital humano pela própria Cartilha. Além disso, tendo em vista a crença dos participantes quanto ao olhar da família sobre sua condição adulta, verificaremos que tal percepção é majoritariamente positiva. Vejamos a **figura 12**<sup>31</sup>:

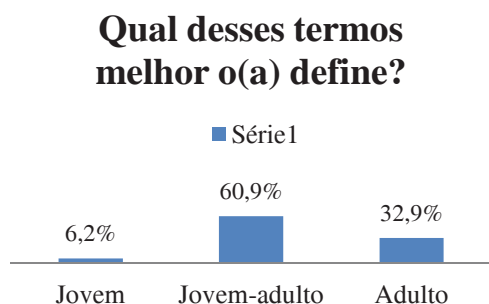


**Figura 12: olhar da família segundo os participantes**

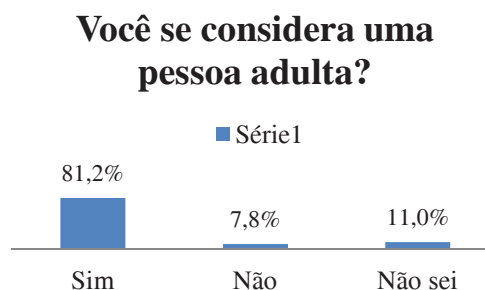
Com referência nos dados sociocontextuais apresentados até o momento, é possível afirmar que o *perfil geral* dos participantes inclui realidades que os distanciam dos modelos tradicionais de transição para a adultez. Na amostra, é considerável a existência de indivíduos solteiros ou que apenas namoram (54,6%), assim como não se faz desprezível a porcentagem de participantes que residem na casa dos pais (28,1%). Por sua vez, a inexistência de filhos é válida para 84,6% dos que responderam ao questionário. Em contrapartida, a ideia de adultez, seja ela representada em termos de autodenominação ou de autoconceito, encontra-se presente

<sup>31</sup> A **Tabela 4: olhar da família segundo os participantes** encontra-se no Apêndice D e exibe os resultados absolutos e percentuais para as variáveis contempladas no questionário respondido pelos participantes da fase quantitativa deste estudo.

como localizadora dos participantes em seus respectivos ciclos vitais na grande maioria dos casos<sup>32</sup>. Observem-se as **figuras 13 e 14**:



**Figura 13: autodenominação**



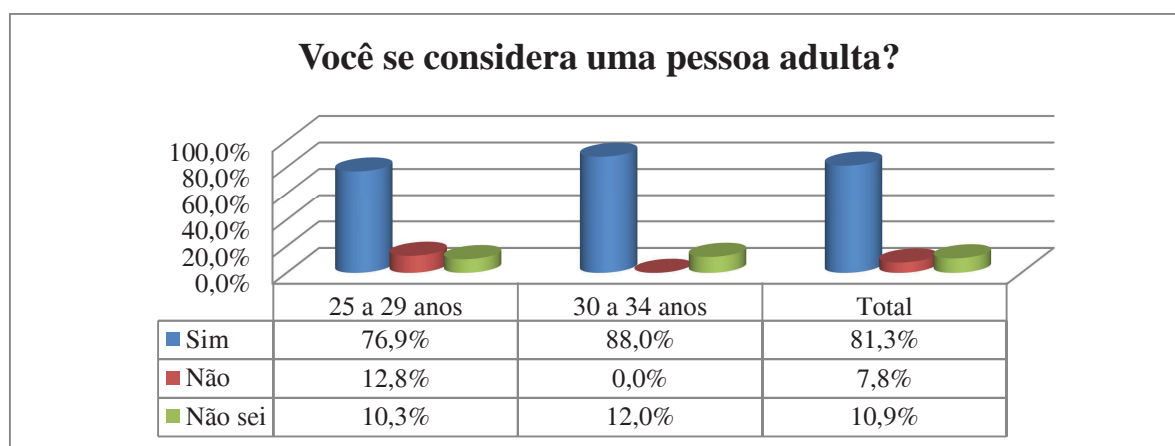
**Figura 14: autoconceito**

Do total da amostra, 60,9% nominaram-se como “jovem-adulto” e 32,9% optaram pelo termo “adulto” para uma autodenominação, apontando para um distanciamento entre as tradicionais tarefas normativas legitimadoras da condição adulta e a caracterização da ideia de adulez propriamente dita. Além disso, em termos de autoconceito, nada menos que 81,2% dos participantes afirmaram considerar-se adultos, o que nutre e reafirma as diferentes possibilidades de caminhos para a legitimação da adulez na contemporaneidade.

Devemos notar, contudo, que embora a ideia de adulez se revele presente em quase todas as autodenominações, em grande parte delas aparece de mãos dadas com a noção de juventude. Como já afirmado, o termo “jovem-adulto” foi escolhido por 60,9% dos participantes, estimulando a reflexão acerca da compreensão da juventude como uma etapa da vida ou como um estilo de vida ou, ainda, a suposição de que o termo “jovem”, sozinho, se encontre mais associado ao período “pós-adolescência”, tal como propõe a Cartilha Políticas Públicas de Juventude (2013). Ainda assim, permanece a questão: por que a associação do termo “jovem” à autodenominação “adulto”? Trata-se de um aspecto a ser acompanhado na fase qualitativa do estudo, ao longo da qual as entrevistas semiestruturadas visam criar condições para uma reflexão que nos permita compreender melhor os resultados estatísticos. A próxima etapa, contudo, nos permitirá avançar um pouco mais nessa compreensão.

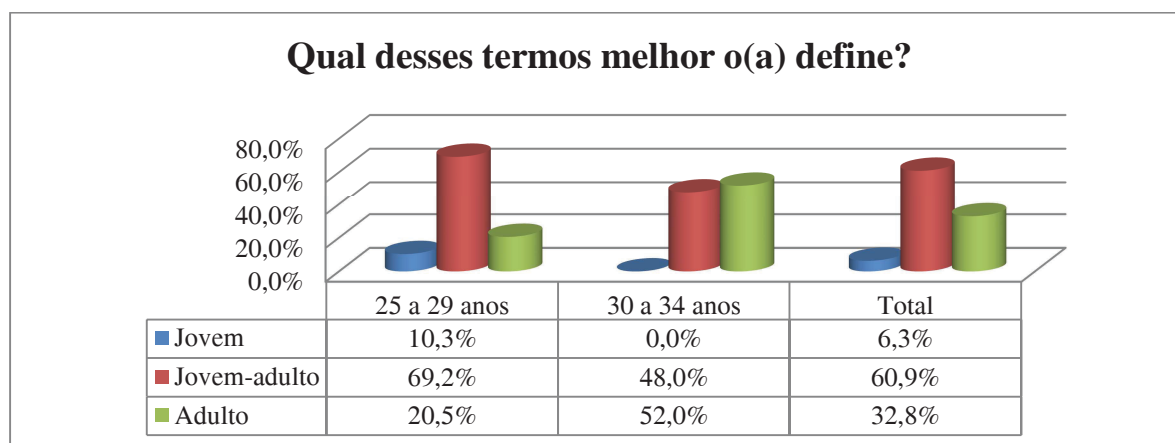
<sup>32</sup> A **Tabela 5: Autodenominação** e a **Tabela 6: Autoconceito** encontram-se no Apêndice D e exibem os resultados absolutos e percentuais para as variáveis contempladas no questionário respondido pelos participantes da fase quantitativa deste estudo.

**Etapa 2** – Identificação e leitura de possíveis associações entre a *faixa etária* dos participantes e as variáveis *autodenominação* e *autoconceito*: esse cruzamento de dados assume, a nosso ver, fundamental importância, visto que a totalidade dos estudos concernentes à adultez utiliza-se do critério etário, ou ao menos o tangencia, na explanação de conceitos, leituras e análises. Além disso, tendo em perspectiva a realidade social brasileira, esse mesmo critério é referenciado como balizador de políticas públicas direcionadas às diferentes fases da vida, o que se apresenta consubstanciado nos três estatutos – da Criança e do Adolescente (ECA), da Juventude (EJU) e do Idoso, que circunscrevem os períodos desenvolvimentais a idades específicas. Consideremos, então, as **figuras 15 e 16**, que apresentam as porcentagens<sup>33</sup> resultantes do cruzamento entre as variáveis em questão. Importante afirmar, neste ponto, que o procedimento estatístico para os resultados que envolvem o cruzamento de variáveis (no caso, *faixa etária x autoconceito* e *faixa etária x autodenominação*) contempla, por meio do cálculo qui-quadrado, a aferição de diferenças significativas entre os grupos examinados (faixa etária de 25 a 29 anos/ faixa etária de 30 a 34 anos), o que se pode verificar detalhadamente nas tabelas apresentadas no Apêndice D deste volume. Nos cálculos envolvendo o autoconceito, o resultado ( $p > 0,05$ ) indicou a inexistência de diferenças significativas entre os dois grupos etários, o que se mostra coerente com os resultados percentuais, que se revelam, em geral, equitativos para ambas as faixas de idade. No que tange a autodenominação, o resultado ( $p < 0,02$ ) indicou diferenças consideráveis entre os grupos etários, sugerindo que diferenças de idade resultam em mudanças significativas de percepção do si mesmo.



**Figura 15: autoconceito segundo as faixas etárias**

<sup>33</sup> A **Tabela 7: Intervalos etários e autoconceito** e a **Tabela 8: Intervalos etários e autodenominação** encontram-se no Apêndice D e exibem os resultados absolutos e percentuais para as variáveis em questão contempladas no questionário respondido pelos participantes da fase quantitativa deste estudo.



**Figura 16: autodenominação segundo as faixas etárias**

Se tomarmos em perspectiva as perguntas do questionário relativas ao autoconceito e à autodenominação, perceberemos que as idades acabam por produzir diferenças consideráveis, que nos levam a refletir sobre continuidades e mudanças presentes na percepção dos participantes acerca dos processos de transição para a vida adulta. Em termos de autoconceito, a alta porcentagem de indivíduos em ambos os intervalos etários que se consideram adultos (76,9% entre os que têm de 25 a 29 anos e 88% entre os que têm entre 30 e 34 anos) nos leva a pensar que, a considerar a heterogeneidade da amostra quanto aos aspectos sociocontextuais, a adultez parece estar sendo avaliada, sobretudo, em função de critérios psicossociais, visto não ser possível estabelecer uma relação direta e positiva entre tais aspectos e o autoconceito “adulto”. Essa ideia é reforçada pela expressiva participação dos termos “responsabilidade”, “autonomia” e “controle emocional” entre os significados atribuídos à adultez pela totalidade da amostra (figura 10). Ainda assim, não podemos ignorar que apenas entre os 25 e os 29 anos de idade temos indivíduos que não se consideram adultos. Por outro lado, a dúvida quanto a considerar-se ou não como adulto recai em níveis próximos, e relativamente baixos, sobre ambas as faixas etárias, de modo que a opção “não sei” foi escolhida por 10,3% dos participantes entre 25 e 29 anos e por 12% daqueles que têm entre 30 e 34 anos.

A interpretação assume um novo sentido quando se considera a relação entre as idades e as possibilidades de autodenominação. Embora a faixa etária mais alta (30 a 34 anos) não contenha participantes optantes pelo termo “jovem” e, por outro lado, revele expressiva presença daqueles que se denominam adultos (52%), a associação entre as ideias de juventude

e adultez produz efeitos que não podem ser desprezados. Na **figura 16**, acima apresentada, podemos observar o quanto a ideia de ser adulto *e também* jovem ocupa o imaginário dos participantes.

É importante notar que a escolha do termo “jovem-adulto” para a autodenominação não pode ser interpretada em termos de uma incerteza quanto a localizar-se ou não na fase adulta do ciclo vital, já que a opção “não sei”, referente ao enquadramento desses indivíduos em tal fase, não se mostrou compatível, em termos de expressividade percentual, com a autodenominação em questão. Assim, não se pode afirmar que os “jovens adultos” se localizem em uma “zona intermediária” entre a juventude e a adultez propriamente ditas, enquanto fases distintas do ciclo vital humano. Isso reforça a concepção da noção de juventude como um *valor* desassociado de uma faixa etária específica, até mesmo porque o termo jovem mostrou-se vinculado à adultez por 60,9% de uma amostra total que abriga um intervalo etário de nada menos que 10 (dez) anos. Além disso, devemos tomar em conta que o termo “jovem”, no Brasil, encontra-se oficialmente atrelado também à adolescência, tal como nos mostra a Cartilha Políticas Públicas de Juventude. De qualquer modo, julgamos necessário ampliar as oportunidades de se compreender tal questão, de modo que a colocamos como resultado a ser acompanhado na fase qualitativa do estudo, por meio das entrevistas.

Encerramos a apresentação dos resultados da fase quantitativa desta pesquisa pontuando algumas percepções importantes, capazes de encaminhar a continuidade do exercício de análise e interpretação na fase qualitativa do estudo, que será apresentada a seguir. A primeira delas refere-se aos aspectos sociocontextuais, que se revelaram plurais, inviabilizando o estabelecimento de uma relação direta entre o preenchimento dos critérios tradicionais de legitimação da adultez e os resultados referentes ao autoconceito e à autodenominação. Por sua vez, habilidades psicossociais como a responsabilidade, a autonomia e o controle emocional revelaram-se fortemente associadas à condição adulta, confirmando a ideia do “tornar-se adulto” como um processo, em lugar de uma passagem ritualizada por acontecimentos específicos. Observamos, ainda, que o critério etário, embora amplamente refutado, reflete-se significativamente sobre a autodenominação, demandando-nos compreender melhor essa relação. Finalmente, a associação entre as noções de juventude e adultez, consubstanciadas no expressivo uso do termo “jovem-adulto”, também sugere a necessidade de reflexão. Consideramos que o questionário como procedimento de coleta de dados permitiu-nos atingir os objetivos de identificar aspectos sociocontextuais e psicossociais que hoje ambientam e refletem a transição para a vida adulta, assim como os

significados atribuídos à adulez pelos participantes. Contudo, resta-nos compreender de que forma esses aspectos se organizam de forma a alinhavar os processos de construção da identidade adulta, conjugando-se a isso o preenchimento das lacunas geradas quanto ao critério etário e à ideia de juventude.

**Capítulo 7**

**FASE QUALITATIVA: DAS NARRATIVAS ÀS CATEGORIAS DE SIGNIFICADO**

Concluída a primeira fase da pesquisa, e tendo em vista a análise dos dados nela produzidos, partimos então para a etapa qualitativa, cujo procedimento constituiu-se de seis entrevistas semiestruturadas, realizadas com participantes da fase quantitativa que se colocaram disponíveis para contar um pouco de suas respectivas experiências de tornar-se e/ou de ser adulto. Em termos metodológicos, tal como anteriormente exposto, a obtenção de informações para a produção de dados qualitativos viabilizou-se pela *abordagem narrativa* (Creswell, 2014), que privilegia a coconstrução de olhares de uma perspectiva intersubjetiva, e na qual a atribuição de significados aos fenômenos humanos assume grande importância. Vale lembrar que o critério central de escolha dos participantes desta segunda fase refere-se ao autoconceito dos mesmos em relação a considerar-se ou não como adultos. A seguir, introduzimos os colaboradores, apresentando aspectos de suas narrativas que julgamos essenciais para a compreensão das categorias de significados construídas.

## APRESENTAÇÃO DOS COLABORADORES

### *Fernanda*

Aos 25 anos, solteira e sem filhos, Fernanda graduou-se em Publicidade e Propaganda na cidade de São Carlos/SP, sua terra natal e onde vive com os pais. Namorando há dez anos, não esboça planos de ingressar em uma relação conjugal, ou mesmo de viver com o namorado que, segundo ela, não tem a intenção de deixar o lar parental. Filha única, trabalha com o pai, tendo sido por ele convidada para uma sociedade no ramo de montagem industrial. Afirma retirar da empresa um salário fixo, que utiliza em gastos e despesas individuais (ocasionalmente, de acordo com os lucros do negócio, pode retirar um valor pouco maior). Seu autossustento é, portanto, parcial, já que as despesas gerais da casa concentram-se nas mãos do progenitor. Por vezes, recebe “ajudas extras” do mesmo, o que ocorre na medida de sua necessidade.

Quanto aos significados atribuídos por Fernanda à adulez encontram-se **responsabilidade, controle emocional, autonomia, estabilidade, trabalho e conquista**. Todos eles são, ao longo da entrevista, associados a duas questões fundamentais: o despertar para o trabalho e as dificuldades com a própria imagem corporal. No primeiro caso, a

colaboradora afirma que, sempre muito “dorminhoca”, vem conseguindo dar conta da responsabilidade de acordar sozinha para ir trabalhar, percebendo que a empresa, da qual é sócia, depende de suas atitudes para prosperar. Além disso, refere-se à responsabilidade quanto ao controle financeiro, algo que já foi um grande problema em sua vida, mas que agora está sendo superado. Para Fernanda, a responsabilidade é o fator principal para que alguém possa ser considerado adulto, não se podendo, contudo, descartar a importância da autonomia, referida pela colaboradora pela ideia de “se virar sozinha”.

As dificuldades com o próprio corpo são trazidas por Fernanda em diversos momentos da entrevista, especialmente ao falar do controle emocional e da conquista. Esta, aliás, estaria fortemente atrelada ao primeiro, com a colaboradora referindo-se a uma progressiva conquista da capacidade de lidar com a obesidade e com as ideias persecutórias que sempre a atormentaram em função disso: se antes imaginava que as pessoas estariam, invariavelmente, pensando ou falando mal dela e de seu corpo, e que todas as reprovações adviriam de sua condição corporal, hoje Fernanda consegue distinguir críticas relacionadas exclusivamente ao trabalho. Quanto à estabilidade, embora chegue a mencionar o aspecto financeiro, Fernanda atribui, sobretudo, a um equilíbrio dinâmico, com a manutenção de um ritmo de construção e conquista.

Em termos de autoconceito, olhar da família e autodenominação, a participante afirma **não** se considerar adulta, ideia que se repete quanto ao modo como acredita ser vista pela família. Relata uma história de vida em que o fato de ser filha única e ter o pai ausente, trabalhando em outra cidade, contribuiu para o estabelecimento de sentimentos de dependência, inclusive física, e de uma necessidade constante de perceber-se amada e aprovada. Antes agindo sempre na expectativa de obter aprovação, Fernanda percebe-se, hoje, na conquista progressiva de um conforto com o que é e para falar de si. Esse caráter progressivo, caracterizando uma transição, é o que justifica à colaboradora nomear-se **jovem-adulta**: ainda tratada como criança, sobretudo pela mãe, afirma estar no caminho para tornar-se adulta. Embora não tenha escolhido, entre os termos apresentados no questionário, o item “sair da casa dos pais”, Fernanda confere a ele uma importância simbólica, afirmando ser esta uma intenção e estar guardando dinheiro para tanto, mas que, ao mesmo tempo, vê-se “chantageada” pela mãe - “vai, né, vai me largar sozinha aqui”-, o que aumenta o receio de deixar o lar parental. A relação conflituosa com a mãe é referida pela colaboradora como obstáculo à construção de uma identidade verdadeiramente adulta também no que diz respeito à obesidade, uma vez que, alega Fernanda, sua mãe não aceita seu problema com o peso,

pressionando-a para emagrecer, mas, ao mesmo tempo, não lhe permitindo decidir sobre a própria comida e, assim, cuidar da própria alimentação.

### *Pedro*

Publicitário, 29 anos, Pedro nasceu e cresceu em São Carlos/SP, onde hoje mora com os pais e a irmã mais nova. Funcionário de uma emissora de televisão desde 2008, quando cursava o segundo ano de faculdade, está finalizando sua pós-graduação em Comunicação Contemporânea e Relações Públicas. Solteiro e sem filhos, namora há dois anos e pretende ser pai “um dia”. Sustenta-se parcialmente com os próprios ganhos, que distribui entre gastos particulares e poupança, sendo as despesas com moradia e estudo assumidas pelo pai, comerciante no ramo de marmoraria e que, segundo Pedro, não aceita qualquer tipo de ajuda. Ocasionalmente, o filho recebe ajuda do pai para “coisas mais caras”, a exemplo da manutenção do carro.

Pedro considera-se **adulto**, atribuindo seu autoconceito à responsabilidade com gastos financeiros e compromissos, bem como à liberdade para tomar decisões. Afirma estar guardando dinheiro para comprar um imóvel, embora não veja, no momento, um motivo que lhe justifique deixar o lar parental - visão compartilhada pela mãe, dona de casa e que, segundo o participante, diz que ele “não precisa” ir embora. A resposta “nem todos” à pergunta “sua família o considera uma pessoa adulta?” deve-se, aliás, aos progenitores, pois eles, segundo Pedro, não aceitam do filho qualquer contribuição financeira para as despesas da casa e, além disso, às vezes o tratam “como criança”, lembrando-o, por exemplo, de que precisa acordar cedo para trabalhar no dia seguinte, quando sai à noite para uma festa. Quanto à autodenominação, a opção pelo termo “**jovem**” deve-se a uma característica de tranquilidade, de autocontrole, que não faz tempestade em copo d’água ou, nas palavras do colaborador, a “um jeito de ser ‘jovenção’”.

Pedro acredita não haver, na prática, uma idade certa para a pessoa tornar-se adulta. Não vê problemas em alguém de 30 ou 40 anos que, diante de dificuldades financeiras, recorre ao “paitrocínio”, “mãetrocínio” ou “trotrocínio”, desde que tais dificuldades não se devam a atitudes irresponsáveis. Como termos escolhidos no questionário para associar à ideia de adulez encontram-se **responsabilidade, independência financeira, controle emocional, estabilidade, trabalho e conquista**, e o aspecto financeiro é correntemente invocado ao longo das considerações que o colaborador faz a respeito de suas escolhas.

Confere extrema importância à responsabilidade com os próprios gastos, relacionando a isto o trabalho que, à medida que permite às pessoas ter o próprio dinheiro, exige delas pensar no que vale à pena gastar.

Apesar de reconhecer a própria condição de parcial dependência financeira, Pedro considera que, mesmo diante da necessidade de abrir mão de certas coisas, seria capaz de assumir a própria moradia. Contudo, acredita “ser mais inteligente”, como alternativa ao pagamento imediato de um aluguel, permanecer no lar parental enquanto faz uma reserva para, futuramente, adquirir o próprio imóvel. Referindo-se à conquista, inclui também nela o aspecto financeiro, mas a estende àquilo “que a pessoa desejar”, seja uma posição acadêmica, uma conquista amorosa ou o nascimento de filhos. A estabilidade, por sua vez, é associada pelo participante ao aspecto emocional, mas principalmente à capacidade de gerir as próprias finanças. Neste ponto, Pedro afirma ter pensado na condição em que se encontram alguns amigos, que não conseguem administrar receitas e despesas de forma equilibrada.

Finalmente, o controle emocional consistiu no único termo escolhido pelo publicitário que se revelou isento de uma associação à esfera das finanças. Para Pedro, ter controle sobre as emoções significa distinguir entre aquilo que se deve aceitar e aquilo pelo que se pode lutar, lidar com as cobranças que surgem na vida adulta, ser capaz de conter a própria agressividade tendo em vista suas consequências, saber o momento certo e aceitar aquilo que não pode ser. Afirma encontrar-se no nível oito em uma escala de zero a dez, avaliando que ainda precisa aprender a dizer “não”.

### ***Helena***

Natural de Remanso/BA, Helena tem 30 anos e vive com a mãe e os dois irmãos, de 29 e 26 anos, em São Paulo/SP. Recém-graduada em Direito, trabalha em um escritório de advocacia, onde ingressou como estagiária, evoluindo para assistente e, após a conclusão do curso de graduação, para advogada na área de execuções trabalhistas. Além disso, estuda para concurso para a procuradoria, da qual afirma gostar muito. Solteira e sem filhos, Helena namora há dois anos, atualmente à distância, já que o namorado, Mário, vive no Rio de Janeiro/RJ, onde trabalha como engenheiro. O casal alimenta planos para o casamento e a formação de uma família, embora ainda não trate tais questões de forma substancial. Em relação ao sustento financeiro, Helena revela mudanças desde o preenchimento do questionário (fase quantitativa): neste, optara pelo “sustento parcial com ajuda de familiares

sempre que necessário”, condição que, segundo a participante, mudou para “sustento total” após a conclusão da graduação e a efetivação como advogada. Ainda assim, mesmo afirmando sustentar-se totalmente no momento, Helena revela que as despesas da casa continuam sendo oficialmente assumidas pela mãe, com quem a filha busca contribuir mensalmente, sem, contudo, qualquer obrigatoriedade.

Os termos **responsabilidade, independência financeira, idade adequada, controle emocional e trabalho** foram, dentre as opções presentes no questionário, os escolhidos pela advogada para significar a vida adulta. Segundo Helena, a responsabilidade obriga a pessoa a amadurecer, em função dos desafios trazidos pela vida adulta, sobretudo no que tange ao trabalho. Em sua vida, a colaboradora afirma ter sentido “um baque” quando saiu da condição de estagiária e passou a trabalhar oito horas por dia, mas que hoje, com o volume de responsabilidades, precisaria que seus dias durassem 52 horas para poder dar conta de tudo.

Quanto à independência financeira, Helena acredita ser ela fundamental, na medida em que, com ela, a pessoa se vê obrigada a dar conta dos próprios gastos e despesas, o que faz parte do amadurecimento. Além disso, a advogada considera a dependência financeira, sobretudo em relação a um marido, algo “muito cruel”, dado o constrangimento de ter que pedir dinheiro para fazer as coisas.

A idade adequada constituiu-se no significado mais confuso em termos de justificativa. Embora tenha, de início, optado pelo critério etário para dar sentido à vida adulta, Helena responde “não” à pergunta “existe uma idade certa para que a pessoa possa ser considerada adulta?”. Afirma que, hoje em dia, as pessoas estão se casando e tendo filhos mais tarde, e que talvez a maternidade venha a permitir-lhe denominar-se plenamente adulta, mesmo a parentalidade não se apresentando como condição *sine qua non* para legitimar a adulez. Neste ponto, é necessário registrar uma outra mudança de opinião: se, no questionário (fase quantitativa), a colaboradora nomeara-se como adulta, na entrevista prefere optar pelo termo **jovem-adulto** para uma autodenominação. O autoconceito, por sua vez, manteve-se no **sim**, e o que a leva a incluir o termo “jovem” em sua autodenominação é o fato de ter na mãe um porto-seguro e no lar um local de conforto, além de ainda não haver tido filhos. Sobre o controle emocional, a advogada o percebe como algo difícil, mas fundamental: comparando-se a cinco ou sete anos antes, afirma sentir-se mais madura quanto à administração dos próprios sentimentos, afirmando poder contar muito mais com os próprios recursos para enfrentar os problemas.

## *João*

Natural de Fortaleza/CE, João reside hoje no Rio de Janeiro/RJ, para onde se mudou após ser aprovado em um concurso em uma empresa estatal. Passados alguns meses, foi igualmente aprovado em um banco também estatal e, em virtude de uma melhor oferta de salário, optou pela instituição financeira, onde trabalha com desenvolvimento de sistemas. Hoje com 29 anos, João graduou-se em Ciências da Computação, área na qual também realizou Mestrado. Segundo o jovem, a escolha da profissão não foi, ao menos em princípio, apoiada pela família, formada apenas por médicos. Pai, mãe e irmã (um ano mais nova) que, junto com ele, compõem sua família nuclear, seguiram a área da Medicina, assim como fizeram outros membros da família extensa. O entrevistado revela ter sofrido certa pressão do pai para formar-se médico, e o contrabalanço para que viesse a optar pelo que realmente gostava é atribuído ao intercâmbio de um ano nos Estados Unidos, onde, aos 16 anos, pôde conhecer uma cultura que valoriza a liberdade para fazer o que se gosta e, assim, ser feliz. João afirma acreditar, contudo, que a carreira escolhida jamais o tornará tão bem sucedido quanto a Medicina lhe permitiria ser.

Iniciando um relacionamento amoroso, porém solteiro e sem filhos, João mora sozinho e sustenta-se totalmente com seus ganhos financeiros. Afirma que, embora o pai nunca tenha lhe cobrado ter o próprio dinheiro, contava recorrentemente aos filhos de sua trajetória de trabalho remunerado, iniciada aos 16 anos. Para o colaborador, a mensagem recebida era a de que, se não trabalhasse, seria considerado um “vagabundo”.

Segundo o participante, morar sozinho foi um divisor de águas em sua vida, e a experiência de passar a gozar de independência financeira foi libertadora, pois lhe permitiu sentir-se desbloqueado e falar o que pensa. De uma perspectiva autorreferente, tais afirmações explicam os termos escolhidos por João para significar o “ser adulto”: **responsabilidade, liberdade, independência financeira, autonomia e sair da casa dos pais**. Em relação a este último, acredita ser essencial para a construção da adultez: “tem que ter esse marco, tem que sair da casa dos pais”.

Nas respostas ao questionário, no que diz respeito ao olhar da família, o participante diz acreditar que todos o veem como adulto. Seu autoconceito, no entanto, revela dúvidas quanto à própria adultez, dada a resposta “**não sei**” à pergunta “você se considera uma pessoa adulta?”. Quanto à autodenominação, João optou pelo termo “**jovem**”, e ambas as escolhas se devem à espera de um acontecimento que lhe permita sentir-se menos inseguro. Além disso,

ainda em relação a entender-se como jovem, o colaborador acaba por invocar o critério etário, afirmando que talvez venha a sentir-se adulto a partir dos 30 e até os 40 anos. O participante também se refere, embora com menor assertividade, à existência de filhos como algo que o leva a considerar alguém como adulto, dada a responsabilidade que se coloca sobre a parentalidade.

### *Carol*

Dentre as histórias pessoais ouvidas na fase qualitativa, o relato da fisioterapeuta Carol merece atenção especial em função das grandes mudanças ocorridas em sua trajetória de vida, após a participação na primeira fase da pesquisa. Quando do preenchimento do questionário, Carol era estudante de pós-graduação em Campinas/SP, morava sozinha em um apartamento pertencente a uma tia e não dispunha de fonte de renda própria, sendo então sustentada pelo pai. No intervalo entre questionário e entrevista, este veio a falecer, o que resultou em alterações substanciais na vida da participante. Retornando à sua cidade de origem, Natal/RN, Carol voltou a residir com a mãe e o padrasto e, além de abrir consultório para atendimentos clínicos, assumiu a gerência da loja de autopeças do pai falecido, a fim de manter a principal fonte de renda, da qual, atualmente, extrai grande parte de seu sustento. Assim, afirma manter-se parcialmente com os próprios rendimentos, já que, vivendo com a mãe, não destina os próprios ganhos para o sustento de uma casa. Contudo, juntamente com o noivo, José, investe atualmente na reforma do apartamento, cedido pela mãe, para onde o casal se mudará em breve.

Os termos escolhidos pela colaboradora para significar a adulez foram **responsabilidade, liberdade, trabalho, cobrança e conquista**. Carol refere-se, hoje, a uma responsabilidade profissional; quando do preenchimento do questionário, tratava-se mais da responsabilidade nos cuidados com a casa. Liberdade e trabalho, por sua vez, são abordados em conjunto, no sentido de se poder fazer as próprias coisas e tomar as próprias decisões a partir da independência financeira possibilitada pela geração dos próprios ganhos e rendimentos. Contudo, embora assumindo a gerência da loja de autopeças e, portanto, viabilizando uma independência financeira, Carol afirma que o fato de estar trabalhando e morando com a mãe, e portanto na presença constante da mesma, a faz sentir-se menos livre, dada a necessidade de, a todo momento, “dar satisfação.

O trabalho também é abordado por Carol quando se refere às noções de cobrança e conquista. Ser capaz de fazer o que se pode com o que se tem é algo que a participante admira no noivo, José, cujas conquistas materiais, segundo ela, se devem aos próprios méritos. Carol, em comparação, sente-se “menos valorosa”, uma vez que os atuais investimentos que vem fazendo no apartamento somente se tornaram possíveis em função da herança recebida do pai. A cobrança seria, assim, no sentido de conquistar uma condição financeira, com base no trabalho, suficiente para poder tomar as próprias decisões, sem a necessidade de pedir autorização. Como exemplo de avanços no sentido dessa conquista, a fisioterapeuta fala de uma viagem para o exterior que faria em breve com a família e que somente havia se tornado possível em virtude de, agora, com o gerenciamento da loja, estar administrando os próprios ganhos.

Embora se perceba reconhecida como adulta pela família, e apesar das drásticas mudanças sofridas no intervalo entre a participação nas fases quantitativa e qualitativa da pesquisa, Carol mantém a resposta “**não sei**” referente ao autoconceito, ressaltando, contudo, que hoje está “mais para sim do que para não”, e isto em função do volume de responsabilidades que se viu obrigada a assumir após a morte do pai e, além disso, ao fato de não ter mais em quem “se esconder”. A falta do respaldo paterno, na medida em que a leva a sentir-se desprotegida e indefesa, é o que mantém a participante na condição de não se sentir totalmente adulta. Aí estaria, aliás, a justificativa para a autodenominação “**jovem-adulta**”, devida também ao critério etário e à ausência de filhos. Além disso, invocando o reconhecimento social, a colaboradora afirma que caminha no sentido de considerar-se mais adulta em razão do casamento, que a colocará “em uma outra classe de pessoas”. Vale mencionar, ainda, a ponderação da entrevistada com respeito à inclusão do termo “jovem” em sua autodenominação: chamar-se assim refletiria, segundo Carol, uma situação de transição, tendo em vista comportamentos pertinentes ao lazer e à diversão, que caracterizariam um estilo de vida pertinente à juventude.

### *Lia*

A educadora física e pedagoga Lia, 31 anos, é natural de Piracicaba-SP, onde reside com o marido, Fábio, com quem é casada há cinco anos. Instrutora de pilates nos períodos matutino e noturno, à tarde trabalha como professora de educação infantil em uma escola particular da cidade. A opção por uma segunda graduação, em Pedagogia, veio da percepção

da instabilidade no exercício de uma atividade liberal. Lia afirma ter a intenção de fazer uma pós-graduação, mas no momento se dedica a cursos de aperfeiçoamento e reciclagem de curta duração relacionados ao pilates.

A instabilidade à qual se refere a colaboradora é a financeira, motivo pelo qual, juntamente com o desejo de viajar, somente agora está considerando a possibilidade de ter filhos. Contudo, refletindo ao longo da entrevista, Lia considera que a instabilidade financeira será sempre algo latente. Quanto ao autossustento, a entrevistada revela dividir as despesas com o cônjuge, o que ocorre de maneira tranquila. Independente financeiramente, o casal pôde contar, no início do casamento, com a ajuda dos pais de Fábio, de quem ganhou um terreno e, além disso, um empréstimo para financiar a construção da casa própria. Tal empréstimo vem sendo pago pelo casal sem cobrança de juros ou qualquer compulsoriedade. Em um mês no qual as contas apertam, pagam um valor menor ou deixam para o mês seguinte.

**Liberdade, responsabilidade e idade adequada** foram os termos escolhidos por Lia para significar a vida adulta. A liberdade foi associada pela participante à ideia de “quebrar a cara sozinha”, chegando-se posteriormente ao significado da “autonomia”, por meio do diálogo reflexivo com a pesquisadora. Quanto à responsabilidade, esta foi abordada de forma mais difusa, com a colaboradora referindo-se a jovens adultos que, mesmo vivendo na casa dos pais, assumem a responsabilidade pela própria vida – o que afasta a permanência no lar parental da condição de critério para o reconhecimento da adultez, segundo Lia. Além disso, a ideia de responsabilidade foi invocada, também, para oferecer contraponto à escolha da idade adequada como critério de legitimação do “ser adulto”: embora o tenha, a princípio, escolhido, a participante reconsidera sua opção, afirmando que pessoas com menos idade podem revelar-se mais responsáveis que pessoas mais velhas, o que restringe o critério etário a um critério pertencente à esfera das leis.

Quanto ao autoconceito e à autodenominação, Lia considera-se **adulta** e denomina-se **jovem-adulta**. Atribui à adultez a ideia de “peso” e “vida séria”, além de referir-se ao fator etário. Por sua vez, a jovem-adultez é associada a um jeito “mais leve” de encarar a vida. Para a colaboradora, sua mãe, por ser mais séria, poderia ser chamada apenas “adulta”, ao passo que seu pai, “mais extrovertido” e menos sério, seria um jovem-adulto. Lia acaba por tangenciar ritos tradicionais de transição para a adultez quando se refere ao irmão mais novo, de 27 anos, que ainda não teve o “*click*” de desejar conquistar as próprias coisas, sair de casa e tornar-se financeiramente independente.

## CATEGORIAS DE SIGNIFICADO

A construção de possibilidades interpretativas exige um olhar atento sobre o objeto de estudo, na busca por elementos recorrentes e/ou discrepantes que possam ser condensados e lidos à luz de uma determinada perspectiva teórica. Nesta pesquisa, dado o caráter reflexivo e coconstrutivo da entrevista semiestruturada como procedimento de coleta, o caminho para um novo olhar sobre a adultez constituiu-se em um trabalho dialógico, no qual as percepções da pesquisadora emergiam ao longo de cada entrevista, criando condições para questionamentos que acabavam por promover novas reflexões entre os próprios colaboradores. A primeira categoria de significado, como se verá a seguir, pode ser apreendida como uma fiel representante da construção do conhecimento em sua dimensão recursiva e dialógica, capaz de abrigar ambivalências, contradições e paradoxos na unidade de um mesmo fenômeno.

### *Narrativas ambivalentes: entre a tradição e a novidade*

Ao abordarmos as narrativas da fase qualitativa, e apoiando-nos, ademais, nos resultados quantitativos já apresentados e discutidos, podemos verificar que o autoconceito dos colaboradores (avaliado pela resposta à pergunta “você se considera uma pessoa adulta?”) não demonstra guardar relação com uma concepção de adultez pautada na normatividade, visto que, de um lado, o preenchimento dos tradicionais marcos de transição para a vida adulta não se mostrou, necessariamente, acompanhado de um autoconceito positivo quanto à condição adulta por parte dos entrevistados (João) e, de outro, houve autoconceitos positivos mesmo em casos nos quais não se havia transposto os marcos de transição (Pedro e Helena). Além disso, verificamos o uso do termo “jovem”, acompanhado ou não do termo “adulto”, na autodenominação de *todos* os colaboradores, propulsionando ainda mais a reflexão acerca da função que a ideia de juventude pode estar assumindo no atual contexto de construção de identidades adultas.

Com efeito, ao observarmos as respostas dos colaboradores quanto ao critério etário, percebemos a crença unânime em não haver uma idade definida para o início da vida adulta. Além disso, não houve a escolha da parentalidade como elemento de significação da adultez entre as possibilidades oferecidas no questionário. Por essa razão, chamou a atenção que, ao longo das entrevistas, a idade e/ou o tornar-se pai/mãe fossem invocados pelos colaboradores, o que se verificou especialmente em dois momentos: primeiro, entre aqueles que não se revelavam seguros quanto a serem ou não adultos (João e Carol), quando questionados sobre

o que lhes faltaria para que atingissem essa condição; segundo, entre todos os entrevistados, quando estimulada a reflexão acerca da presença do termo “jovem” nas autodenominações. Quando João, que não tem clareza quanto à própria adulez e autodenomina-se “jovem”, é questionado sobre quais pessoas ele consideraria adultas, temos a seguinte resposta:

Sei lá, eu acho que qualquer pessoa que tenha filho eu considero adulta, porque é um baita dum perrengue, uma baita responsabilidade. É isso, talvez quando eu tiver um filho eu sinta que... Isso talvez seja algo que divide.

O mesmo participante que, quando da realização da entrevista, tinha 29 anos, estabelece entre ser “jovem” e ser “jovem-adulto” a seguinte diferenciação:

É, eu considerarei que jovem-adulto seria alguém entre 30 e 40 [anos]. Se fosse usar um critério aleatório qualquer, eu consideraria jovem-adulto alguém de 30 a 40. Se for só pela idade, assim. Se fosse pela experiência, seria alguém que acabou de ter filho.

Em momento posterior, no diálogo reflexivo com a pesquisadora, João afirma:

Eu gostaria de me sentir adulto, não sei se ter filhos me traria isso, mas não sei o que mais precisa acontecer. Mas eu traduzo me sentir adulto como ter menos insegurança, menos ansiedade, menos incerteza, assim... sei lá.

Inicialmente, João demonstra considerar o “ser jovem” como um período do ciclo de vida que se antecipa à jovem-adulez, o que aparece associado a uma demarcação etária. Ao longo da entrevista, as perguntas reflexivas que se colocam ao colaborador (e que se estendem a outros entrevistados) abordam dois aspectos fundamentais: como faríamos para pensar a condição adulta de alguém que opta por não ter filhos? Se, no questionário, o critério etário fora refutado, o que estaria motivando seu aparecimento como recurso para circunscrever a adulez? Nesse diálogo, João passa a incluir, aos poucos, elementos não-normativos para

referir-se à condição adulta, abordando, então, elementos como insegurança, ansiedade e incerteza.

Percurso semelhante pode ser observado durante a entrevista com Carol que, assim como João, não tem certeza quanto a ser ou não adulta; e autodenominando-se “jovem-adulta”, revela:

Eu me considero, assim, talvez, no final do jovem-adulto, talvez entrando pra virar... Talvez eu só vá me sentir adulta quando eu tiver filho. Aí eu acho que aumenta a minha responsabilidade, porque aí, além de ser responsável por você, você é por outro. Mas ainda eu acho que eu me considero jovem-adulta. (...) Eu penso no jovem como uma coisa de começo. Então... nem tá verde nem tá maduro, tá amadurecendo, como se fosse uma transição, entendeu? Por exemplo, eu vejo algumas amigas minhas que falam assim “ai, tô casada, tô velha, não quero sair, não sei quê, não sei quê”. E eu ainda não tô nessa *vibe*, eu quero estar com pessoas, quero sair para dançar, então de certa forma eu acho que vou me considerar jovem por um bom tempo, e aí vou me considerar jovem-adulta até por uma questão de idade.

João e Carol não têm clareza quanto à própria condição adulta e, na busca por elementos que os inscrevam na adultez, recorrem à parentalidade e ao critério etário. Contudo, na coconstrução reflexiva possibilitada pela entrevista semiestruturada, acabam por afastar-se desses elementos normativos, ora invocando sentimentos de ansiedade e insegurança (João), ora evoluindo para considerações que associam a juventude a um estilo de vida (Carol). Se observarmos a narrativa de Lia, perceberemos que, assim como João e Carol, a colaboradora relaciona o critério etário às noções de adultez e juventude. E que, tal como Carol, atribui ao termo “jovem” uma percepção que o coloca como estilo de vida. Considerando-se “adulta” e autodenominando-se “jovem-adulta”, a educadora afirma:

Eu acho que também eu não me colocaria como adulta, eu acho que eu sou jovem-adulta, porque adulta parece que você... sei lá, adulto parece que tem um peso, parece que você leva uma vida séria, por isso depois eu coloquei “jovem-adulto”, também pela idade.

Embora aleguem não haver uma idade definida para o início da vida adulta, Carol e Lia acabam por incluir o critério etário em suas autodenominações. Em função da idade, não poderiam mais ser consideradas apenas “jovens”, motivo pelo qual se nomeiam *também* “adultas”. No entanto, no que tange ao estilo de vida, revelam uma percepção de adultez associada à seriedade, ao que contrapõem uma noção de juventude como algo mais leve e quiçá divertido, com o que se identificam, justificando-lhes a inclusão do termo “jovem” na autodenominação. O mesmo ocorre com Pedro que, embora se perceba como adulto, autodenomina-se jovem pelo “jeito de ser juvenzão” e, ainda assim, acaba por tangenciar o critério etário ao buscar localizar-se em sua trajetória de vida:

Eu acho que eu tô com o primeiro pé no adulto. Não cem por cento adulto, mas também não regressar à adolescência (*risadas*). 29 anos nas costas com o comportamento de 18... não dá não!

Posteriormente, assim como Lia e Carol, Pedro recorre a aspectos comportamentais para afastar-se do critério etário como legitimador da condição adulta, quando questionado sobre existir ou não uma idade certa para o início da adultez. Neste ponto, tal como Carol, tangencia outros elementos normativos, como o casamento e a parentalidade:

É, eu acho que não [existe uma idade certa para começar a vida adulta], porque eu acho que tem muita gente com comportamento diferente, assim, aquele pessoal que ainda tá assim “uhu!”, festa, e que tem a minha idade, e tem outros que não, que estão casados, com filho, então eu acho que não. Tem mas não tem. Tem no teórico, mas na prática eu acho que não.

Também a parentalidade e a idade são mencionadas por Helena, colaboradora que revela duas mudanças de respostas, tendo como referência o preenchimento do questionário. Neste, a advogada, que se considera “adulta”, afirmava ser, em termos financeiros, parcialmente dependente de familiares e, além disso, autodenominava-se apenas “adulta”. Quando da entrevista, Helena afirma sustentar-se totalmente com os próprios ganhos e rendimentos, agora se autodenominando “jovem-adulta”:

Eu acho que o fato de eu não ter filho, me vem essa característica de ser *jovem*-adulta. Eu tenho amigas que são cinco anos mais novas, sete anos mais novas, e que já tiveram filho, e parece que elas encaram o mundo com uma seriedade muito maior. E eu tenho amigas da mesma idade que eu, um mês mais velhas, um mês mais novas, mas que a gente tem uma visão muito parecida. E a gente ainda se sente muito jovem, mas tem toda a carga, toda a responsabilidade que um adulto tem nas costas. Por isso então eu entendo que eu sou jovem-adulta.

Podemos verificar, observando as narrativas, o quanto elementos tradicionais, relativos a uma Psicologia do Desenvolvimento normativa e prescritiva, encontram-se presentes, simultaneamente a concepções pautadas em critérios psicossociais quanto ao início da vida adulta. Se os participantes afirmam não haver uma idade definida para a inauguração da adultez, o que os leva a recorrer ao aspecto etário durante as entrevistas? Se, no questionário, a parentalidade não fora eleita como elemento que confere sentido à vida adulta, como compreender sua presença nas narrativas dos participantes?

Neste ponto, julgamos oportuno retomar a proposta metodológica adotada nesta pesquisa, e que prevê a fase qualitativa como um acompanhamento dos resultados quantitativos, a fim de, a respeito destes, viabilizar uma melhor compreensão. Ao realizarmos o tratamento estatístico de associação das variáveis “critério etário” e “autodenominação”, identificamos que, na faixa etária de 30 a 34 anos, mostrava-se expressiva a porcentagem de participantes que se denominam apenas “adultos” (52%) e, por outro lado, nula a autodenominação “jovem”. Nosso entendimento é o de que, embora refutem a ideia normativa de uma idade certa para o início da vida adulta, os colaboradores não ignoram que a condição humana não é apenas social, mas também cognitiva e biológica, motivo pelo qual as idades continuam a gozar de alguma importância, embora de forma menos precisa. Com base no que revelam os colaboradores, mantemos a problematização do critério etário, tendo em vista a rigidez com que as políticas públicas, assim como alguns nichos acadêmicos, utilizam as idades para circunscrever fases da vida, às quais, por sua vez, são associadas tarefas apropriadas a serem cumpridas. Acreditamos que, agindo dessa forma, ignora-se a multidimensionalidade de um fenômeno – o desenvolvimento humano – que não é apenas biológico ou cognitivo, mas também social e cultural.

Além disso, de uma perspectiva complexa, que apreende o ser humano como unidade plural, capaz de abrigar dualidades e paradoxos, não podemos reduzir ambivalências a um mero sentido de incoerência. Se vivemos um período histórico de mudança paradigmática, torna-se vital compreender a “desordem” como necessária à formação de uma nova “ordem” (Morin, 1977). Não se trata, contudo, da substituição de uma normatividade por outra, mas sim da abertura a experiências singulares e fluidas de construção da identidade. Em nossa leitura, no âmbito do imaginário, a adultez é assumida pelos entrevistados de uma perspectiva não-normativa, baseada, sobretudo, em elementos psicossociais e distante do critério etário, com base em um sentir-se, ou não, adulto. Realizadas as entrevistas, percebe-se, em todos os casos, uma coerência entre autoconceito e significados atribuídos à adultez. Contudo, quando convidados a refletir sobre as experiências individuais, o critério etário e a parentalidade passam a ser invocados, primeiro, entre os colaboradores que não têm clareza quanto a serem ou não adultos, como elementos que lhes trariam a certeza de estarem inscritos na adultez e, segundo, entre todos os colaboradores, para argumentar sobre o uso do termo “jovem” (acompanhado ou não do termo “adulto”) em suas autodenominações. Nesse sentido, uma idade adequada e/ou o nascimento de um filho lhes permitiria deixar de ser “jovens” ou “jovens-adultos” para tornarem-se “adultos”.

Acreditamos que a existência de manifestações que expressam pensamentos menos normativos e que, simultaneamente, recorrem à tradição para a localização do si mesmo no curso da vida, reflete a busca individual por uma organização interna e relacional capaz de conferir ao indivíduo o necessário equilíbrio entre individualidade e pertencimento (Kerr & Bowen, 1988). Nessa busca, alguns colaboradores, em suas experiências singulares, revelam autoconceitos positivos (individualidade), os quais, contudo, não são acompanhados dos legitimadores tradicionais da adultez (pertencimento). Sentem-se adultos, mesmo sem haver preenchido critérios tradicionais de transição. Em nosso entendimento, tal ambivalência se deve à ausência, nos dias de hoje, de fontes de reconhecimento da adultez capazes de refletir a experiência atual dos colaboradores. Assim, o “ser jovem” acaba por ser invocado para dar conta desse descompasso, configurando situações nas quais autodenominar-se “jovem” ou “jovem-adulto” parece cumprir a função de solucionar incoerências. Processo semelhante parece ocorrer entre aqueles que não têm clareza quanto à condição adulta, pois recorrem a autodenominações (“jovem” e “jovem-adulta”) que os colocam em uma zona de transição para a adultez. A juventude emerge, assim, como estilo de vida travestido de etapa ou fase do desenvolvimento, mas essa artificialidade se vê descortinada, ora pelo autoconceito positivo

de alguns participantes quanto a serem adultos, ora pelo caráter predominantemente psicossocial dos valores por eles atribuídos à adultez. Entendemos que os marcos normativos podem, sim, integrar o projeto de vida dos indivíduos, mas não obrigatoriamente *devem* fazê-lo. Nos movimentos de exclusão e inclusão que, segundo Morin (2012), caracterizam os processos de construção da identidade, o casamento, a parentalidade e a saída da casa dos pais podem ver-se excluídos ou incluídos como parte do “eu adulto”, e isto dependerá de cada projeto de vida individualmente. Contudo, fenômeno semelhante não parece ocorrer com a independência financeira, critério tradicional, mas que permanece atual, de legitimação da adultez. Disso tratará nossa segunda categoria de significado, apresentada a seguir.

### ***A resignificação da independência financeira na legitimação da adultez***

Em estudo realizado com pais e mães com filhos entre 25 e 29 anos (2011), apresentamos uma perspectiva intergeracional dos processos de transição para a vida adulta que apontava, dentre outras percepções, uma diferença substancial entre as experiências de ingresso na adultez vividas pelos pais e aquelas experimentadas pelos filhos. Tal diferença localizava-se no caráter processual imanente às vivências da nova geração, em oposição a passagens para a fase adulta ora legitimadas por acontecimentos, nomeadamente a independência financeira, a saída da casa dos pais e a instauração de um novo núcleo familiar via casamento e parentalidade. Na ocasião, observamos também importantes transformações contextuais, tendo em vista o cenário histórico, econômico e social ambientando a passagem para a adultez em uma e outra geração e conferindo-lhe, assim, contornos distintos.

Com efeito, as inseguranças e incertezas que hoje ameaçam a estabilidade e a previsibilidade na construção das trajetórias de vida somam-se à complexificação das condições que a viabilizam. Na contemporaneidade, os acontecimentos que legitimavam o início da vida adulta em gerações anteriores mostram-se reversíveis, haja vista a alta incidência de separações e divórcios, bem como do desemprego. Além disso, a vida tornou-se financeiramente onerosa, ora pela ineficiência do Estado, que coloca na conta de indivíduos e famílias planos de saúde, escolas/universidades particulares etc., ora em função de elementos de inserção social oriundos do desenvolvimento tecnológico, como a internet e a TV por assinatura, que constituem serviços pagos. O que percebemos, nesse contexto, é que os marcos normativos de legitimação da adultez acabaram por dividir-se entre dois destinos: o casamento, a parentalidade e a saída da casa dos pais, que agora podem ser adiados ou

excluídos dos projetos de vida, perderam a qualidade de eventos legitimadores da condição adulta; por sua vez, a independência financeira, agora construída paulatinamente e, ainda assim, reversível, inscreveu-se na nova dinâmica assumida pelas relações de intimidade, mantendo-se central para o reconhecimento do indivíduo em sua adultez, porém agora sob novas roupagens.

A fim de compreendermos o que isto quer dizer, tomemos os casos de Pedro e Helena: ele, que se sustenta parcialmente com os próprios ganhos, não concebe o auxílio financeiro familiar como impedimento para sentir-se adulto – e não atribui a autodenominação “jovem” à dependência econômica em relação aos pais; ela, que se percebe como totalmente independente, tem parte de sua vida financiada pela mãe, com quem reside, e que objetivamente assume as despesas da casa; isto, contudo, não põe ressalvas quanto a um autoconceito positivo (Helena sente-se adulta) e não é atrelado pela colaboradora à autodenominação “jovem-adulta”. Consideremos, ainda, o caso de Lia que, dividindo as despesas com o marido, ganhou dos sogros um terreno e um empréstimo para a construção da moradia do casal, que hoje restitui a família sem juros e na medida de suas possibilidades:

É, quando nós casamos, nós íamos financiar um apartamento. Mas daí o pai dele [marido de Lia] tinha um terreno, e a mãe dele falou “ao invés de vocês financiarem um apartamento, eu empresto o dinheiro para vocês construírem e vocês vão pagando pra mim”. Então ela emprestou o dinheiro e a gente vai pagando pra ela. A dívida ainda existe, tem mês que a gente paga e tem mês que a gente não paga, ou paga menos, aí no outro mês paga mais. O terreno eles deram.

Compreendemos que a democratização nas relações de intimidade (Giddens, 1993), traduzida nas famílias em termos de relações horizontalizadas entre pais e filhos adultos, propulsionou a construção de parcerias financeiras intergeracionais, em um contexto de maiores dificuldades para a conquista de independência financeira em sua “versão tradicional”, ou seja, sem qualquer participação dos pais na composição do orçamento de seus filhos. Trata-se da condição muito bem definida por Pais (1998) como “welfare family”, o que também é identificado por Borges e Magalhães (2009) como a construção de relações de solidariedade e parceria entre pais e filhos adultos. Nessas dinâmicas familiares, a tônica se encontra, a nosso ver, no respeito a projetos de vida autônomos, permanecendo aberto o

espaço relacional para o desenvolvimento e a expressão de habilidades psicossociais características da adultez. Ainda, e não menos importante, percebemos que a inserção dos filhos adultos no mercado de trabalho configura-se como elemento de relevância central na construção desses projetos autônomos. É o que indica Pedro, quando considera:

Que nem, eu moro com os meus pais. E eu trabalho na minha cidade. Aí eu penso: seria mais inteligente juntar dinheiro para comprar alguma coisa do que sair por algum capricho, querer ser totalmente independente e pagar aluguel. Então acho que é bem isso, é querer juntar dinheiro, pra poder ter alguma coisa que é minha. Então, querendo ou não, é muito mais fácil juntar dinheiro morando com os pais do que pagando aluguel. Então eu acho que é isso.

Relações de parceria acompanhadas de projetos autônomos que incluem o trabalho verificam-se também em Carol que, prestes a casar-se, irá viver com o futuro cônjuge em um apartamento cedido pela mãe. A colaboradora não tem clareza quando a ser ou não adulta, porém afirma estar construindo um autoconceito positivo, sentindo-se mais adulta do que não-adulta. Atualmente na gerência da loja de autopeças pertencente ao pai falecido, pode agora contar com uma renda fixa mensal que, segundo ela, tornou-lhe possível tomar decisões individualmente, sem a necessidade de pedir permissão. Todavia, antes da morte do pai, Carol era estudante de Mestrado e recebia da família valor equivalente ao que hoje extrai do próprio trabalho. Em outras palavras, na prática, sua condição financeira não sofreu mudanças significativas, porém a origem de seus recebimentos reside, hoje, no próprio trabalho, e isto lhe permite sentir-se livre para tomar decisões autônomas, ainda que com o auxílio financeiro da mãe:

E aí minha mãe falou “vamos?” [viajar]. E eu sei que eu posso ir, dizer “vamos”, porque eu tenho dinheiro suficiente na conta pra dizer “vamos”, que é uma coisa que antes eu não podia. (...) Lógico, assim, que minha mãe vai ajudar no hotel, mas eu sei que eu posso ter o dinheiro para o hotel também. Ela vai ajudar porque ela vai ajudar, mas sei que eu tenho condição financeira pra arcar com essa viagem sem estar prejudicando nada nem ninguém. Então que eu não preciso pedir permissão nem nada.

O dinheiro advindo do próprio trabalho possibilitou também a Helena sentir-se financeiramente independente da mãe. Percebemos na narrativa da advogada uma ideia de independência autorreferente, que considera a autossuficiência para bancar despesas individuais como sinônimo de total independência financeira. Entendemos esse olhar como resultante de um sentimento genuíno de parceria, análogo ao estabelecido entre membros de um par conjugal no qual aquele que recebe mais assume as despesas domésticas, sem que isto implique uma relação de dependência econômica que reflita alguma hierarquia. Helena contribui com o orçamento doméstico na medida de suas possibilidades, e isto não é traduzido pela colaboradora como dependência financeira em relação à mãe. Além disso, como já afirmado, a autodenominação “jovem-adulta” é devida à ausência de filhos, além de, como se verá adiante, ao fato de a colaboradora ter na mãe uma referência de força emocional capaz de ampará-la em momentos difíceis:

Mas [contribuir para as despesas da casa] não seria uma exigência. Se, em determinado mês, tem alguma outra exigência, alguma coisa que eu preciso pagar, ou eu tenho um determinado plano, esse mês eu vou precisar não dar dinheiro em casa, tudo bem. (...) Independência financeira eu acho que também é fundamental. Principalmente na transição para a vida adulta, porque você imagina a vida adulta, você já imagina suas responsabilidades, os seus ganhos, os seus gastos, você é dono deles. Você consome sem se preocupar em um terceiro pagar, que isso também faz parte do amadurecimento, e conseqüentemente da vida adulta também. Mas isso é uma obrigação sua, a questão financeira.

Valem algumas palavras, ainda, em relação a João que, embora experimente aquilo a que chamamos “versão tradicional” de independência financeira, não tem certeza quanto a ser ou não adulto. O participante reside sozinho, em um apartamento adquirido com o próprio dinheiro, fruto de seu trabalho como funcionário público. No questionário, optara também por esses dois fatores, “independência financeira” e “sair da casa dos pais”, como elementos que conferem sentido à adultez. Isto se confirma em sua narrativa, na qual João os resgata e os relaciona a um funcionamento mais autônomo:

Eles [os pais] não sabem, mas depois que eu vim morar no Rio, pagar as minhas contas, hoje eu falo muito mais o que eu penso, porque eu passei a não depender mais de ninguém. Eu me senti, assim, desbloqueado.

Contudo, João alega não se sentir seguro quanto à própria condição adulta, além de autodenominar-se “jovem”, o que nos leva a considerar outros aspectos que possam fazer-se presentes na percepção que o colaborador constrói sobre si mesmo. De uma perspectiva sistêmica, encontramos na intergeracionalidade elementos que parecem contribuir para essa percepção. Tal como afirmamos no início deste escrito, a família caracteriza-se como contexto primário de construção da identidade, e o ciclo de vida dos indivíduos desenvolve-se no seio das relações familiares. Em João, os exemplos parentais são fortemente pautados em valores tradicionais, o que, conjugado à profissão comum entre os membros do núcleo familiar de origem (todos são médicos), cria obstáculos à construção de um “ser diferente” e, ainda assim, “ser pertencente”. Ao contrário das demais famílias desta segunda fase da pesquisa, as quais se revelaram capazes de acompanhar as mudanças contextuais e, assim, desenvolveram relações complementares (de parceria) com filhos cuja construção da identidade adulta se dá nesse novo contexto, a família de João manteve rígidos alguns valores tradicionais, traduzidos em exemplos concretos dados ao filho pelo pai. A construção de uma trajetória autônoma pôde ocorrer apenas a partir do intercâmbio, que permitiu ao colaborador referenciar-se em outros modelos. Isto, contudo, não se mostrou capaz de tirar da família a função de referência maior, o que se percebe quando João afirma:

E ainda tem esse aspecto, assim, às vezes eu vejo, por exemplo, meus pais, e eu me comparo com eles e eu me sinto inferior, porque o destino deles eles traçam, abriram o consultório, têm os pacientes, eles *empreendem* na sociedade, eles geram, enquanto eu, assim, eu sou um *funcionário*... tá entendendo? (...) Como se eu fosse uma peça, eu não produzi nada, eu simplesmente fui lá, fiz uma provinha e passei. Entrei num cargo, tenho uma estabilidade, é como se eu estivesse protegido, não mais pelos meus pais, mas pelo governo federal. Enquanto que meus pais não, eles estão ali, na batalha todo dia. Se meu pai perder um dedo, aí acabou, aí ele não tem mais como operar... acabou. Então isso talvez me coloque um pouco distante disso. Que nem, a menina que eu tô saindo, ela tem uma empresa, uma assessoria, e eu considero ela mais adulta que eu

(*risos*), porque ela emprega gente, ela tem problemas, cobranças de todo tipo. E eu não, eu tô ali, tranquilo, seguro. Mas talvez pelas referências, porque meus pais fizeram de um jeito diferente. Eu tenho consciência, e tô tentando me livrar disso.

Embora estejamos discorrendo sobre uma categoria de significado concernente à independência financeira, não podemos ignorar a multidimensionalidade que, em nosso olhar, caracteriza os fenômenos humanos. Nesse sentido, desviamos brevemente da rota para abordar o elemento intergeracional na construção do autoconceito positivo, ou não, em relação à adultez. Feita a digressão a respeito de João, podemos retornar ao que nos é central neste momento. Tanto no questionário (fase quantitativa) quanto nas entrevistas semiestruturadas (fase qualitativa), a independência financeira revelou-se como importante fator de significação do “ser adulto”, o que se mostra compreensível em uma realidade compartilhada cuja dinâmica assenta-se sobre o duo produção-consumo. A alta inserção dos participantes no mercado de trabalho veio a reforçar a importância de tornar-se independente, com o exercício profissional integrando o cotidiano dos participantes da pesquisa de um modo geral. Curiosamente, ao buscarmos compreender melhor a inclusão da independência financeira nas trajetórias de vida rumo à adultez, identificamos, entre os colaboradores da etapa qualitativa, nuances que apontavam para uma ressignificação da ideia de tornar-se financeiramente independente. Em um contexto de muitas exigências e poucas garantias na organização de projetos de vida, a horizontalização das relações entre pais e filhos viabilizou a construção de parcerias, e os auxílios financeiros parentais tiveram revisada a conotação de obstáculos à construção de trajetórias autônomas e ao desenvolvimento de habilidades psicossociais adultas. Tornou-se possível, assim, conceber a adultez em situações de dependência financeira dos filhos em relação aos pais, com a ressalva de que esta seja parcial e conjugada ao exercício de atividades laborativas. Podemos afirmar, portanto, que a compreensão da independência financeira como critério de legitimação da condição adulta desinvestiu-se da ideia de autossuficiência, assumindo características que conjugam autonomia e relações horizontais.

### ***Em pauta: a responsabilidade autônoma***

Até o momento, ocupamo-nos em apresentar elementos que podem ou não participar da construção da identidade adulta na contemporaneidade, dialogando com aspectos

normativos que, ora não mais se mostram suficientes para legitimar a adultez (casamento, parentalidade, sair da casa dos pais), ora reconfiguraram-se, a fim de integrar-se a uma realidade compartilhada regida pela economia de mercado e pela democratização nas relações de intimidade (independência financeira). Acabamos por “desnudar” a adultez em sua versão tradicional, o que nos deixa carentes de referências que nos permitam reconhecer uma pessoa como adulta nos dias de hoje. Considerando os significados atribuídos pelos participantes da etapa quantitativa da pesquisa, da qual também fazem parte os colaboradores da fase qualitativa, esboçamos uma nova compreensão de adultez pautada no desenvolvimento de habilidades psicossociais. Cabe-nos, agora, compreender a participação dessas habilidades na construção da identidade adulta, incluindo-as em um conceito de identidade que se apresenta dinâmico, pois que reflexivo e encaminhado por movimentos contínuos de auto-organização.

Assim como na pesquisa anterior já referida (Rodrigues, 2011), entre os colaboradores deste novo estudo a responsabilidade posicionou-se como valor primordial atribuído à adultez. Isto se verifica em diversos momentos das narrativas, a exemplo dos trechos que apresentamos a seguir:

Eu acho que quanto mais adulto, mais responsabilidade você vai ganhando. Tem hora que você fala assim “quero voltar a ser criança, cansei de brincar de ser adulto” (*risadas*). Que a única responsabilidade era assistir TV, fazer tarefinha. (...) Eu acho que o “meu adulto” é mais a responsabilidade, eu acho... eu acho que eu sou uma pessoa responsável, não sou de gastar com bobeira. (Pedro)

A responsabilidade, acho que, de certa forma, quando você tem responsabilidade, você amadurece. Mesmo que você não queira. Então eu acho que ela te obriga a amadurecer. Porque de certa forma você tem que encarar os desafios que vêm com a vida, a dinâmica que vem com a maturidade. (Helena)

É, e eu realmente acho que não [existe uma idade certa para começar a vida adulta], porque por exemplo, têm pessoas que têm que assumir responsabilidades mais cedo, então ficam adultas mais cedo. (Carol)

Então é nesse sentido que eu acho que ele [o irmão] não tem a responsabilidade, a maturidade. Ele é muito tranquiilo, o mundo pode estar caindo, e ele ‘ta’ ali. O mercado pede mais agilidade, mais autonomia, mas ele ‘ta’ ali, sossegado, acomodado. (Lia)

Além da responsabilidade, em concordância com as respostas verificadas no questionário, a independência financeira, o trabalho e o controle emocional garantiram expressividade nesta segunda fase da pesquisa. Dentre os cinco elementos que haviam predominado na primeira fase, chamou-nos a atenção o lugar ocupado pela autonomia, que no questionário havia sido eleita como importante para a vida adulta por 60,9% dos participantes. Contudo, analisando as narrativas, verificamos pontos de vista fortemente permeados por uma noção de adulez atrelada ao comportamento autônomo, o que nos conduziu à percepção do duo responsabilidade-autonomia como valor que circunscreve, significa e legitima a adulez na contemporaneidade. Mesmo ao abordar outros elementos psicossociais relevantes para a condição adulta, como o controle emocional, a liberdade e a conquista, os colaboradores revelaram percepções que convergem para uma noção de *responsabilidade autônoma*.

Nossa compreensão acerca da ideia de responsabilidade merece, antes, algumas considerações. Trata-se de um construto um tanto quanto difuso, passível de assumir nuances distintas conforme sua aplicabilidade. Uma criança, por exemplo, pode ser vista como responsável caso se revele capaz de dar conta das tarefas escolares, guardar os próprios brinquedos e organizar o material para a aula do dia seguinte. Falamos, aqui, em um tipo de responsabilidade *autorreferente*, voltada para o autocuidado. Na adulez, entendemos que a ampliação dos espaços de socialização, na medida em que exige o desenvolvimento de habilidades de convivência, pressupõe comportamentos responsáveis também em sua *dimensão ética*, que leva em conta consequências que recaem não somente sobre o si mesmo, mas também sobre o ambiente e sobre outros indivíduos.

A autonomia, por sua vez, constitui uma habilidade desenvolvida com base na relação com o outro, o que igualmente lhe confere um caráter ético, ou seja, que concebe o indivíduo como parte de um todo social. Na construção da identidade adulta, podemos pensar o funcionamento autônomo como aquele que bem administra nossas relações de dependência, de forma a nos tornarmos capazes de protagonizar a própria vida. Em Bowen (1991), por exemplo, o conceito de diferenciação do indivíduo contempla um processo de autonomização que tem como base a família e se constrói por meio do controle sobre as emoções, viabilizando uma apropriação consciente do si mesmo. É disso que parece tratar a colaboradora Fernanda, que afirma não se sentir adulta por não haver conquistado uma segurança para falar de si, mantendo-se dependente do olhar dos pais:

É aquela necessidade de “por favor, diga que eu sou boa; por favor, diga que eu cresci”. Então eu acho que é mais por essa questão que eu não me considero adulta...

Fernanda encontra-se nessa busca e, refletindo, ressalva:

Só que eu ainda não sou 100% segura de que “ah, eu sou isso. Ponto”. Não que a pessoa tenha que ser só isso, ficar só naquilo. Só que, assim, hoje eu tenho mais segurança daquilo que eu quero, daquilo que eu gosto, então... hoje em dia eu não faço as coisas tão, assim, para agradar.

É importante atentar para o caráter dinâmico da noção de adulez apresentada por Fernanda. Conquistar a segurança para falar de si mesma não implica, de modo algum, atingir um ponto estático de chegada. Ao discorrer sobre a estabilidade, a colaboradora reafirma essa perspectiva dinâmica - “eu acho que você ir construindo ali os degraus, e você sendo estável dessa maneira” - atribuindo ao próprio indivíduo a responsabilidade autônoma por essa construção. A publicitária, aliás, invoca conjuntamente as noções de responsabilidade e autonomia como significados para o “ser adulto”:

Eu acredito que a partir do momento em que você se torna responsável e tem autonomia... não apenas autonomia financeira, mas acho que a gente tem que ter autonomia da gente mesmo, da gente se virar, a partir do momento em que você não precisa mais que a sua mãe te chame para acordar, para o trabalho, acho que essa responsabilidade, para mim isso é autonomia. (...) Não que eu não queira dormir um pouquinho mais, assim, mas eu sei que o trabalho é minha responsabilidade, eu sei que a empresa é minha, que se eu não me esforçar para aquilo, eu sei que aquilo não vai acontecer, que aquilo vai depender daquilo que eu vou fazer. Não que eu não vá precisar de ajuda, de nada, mas a partir do momento em que a gente traz a coisa pra gente...

Também em João o termo “autonomia” aparece entre as escolhas para significar a adulez. E, embora ao longo da entrevista, não haja referências claras a tal significado, o

mesmo se desenha como um objetivo a ser atingido, assim como em Fernanda. Tal como já afirmado, João traduz o “ser adulto” como ter menos inseguranças, e o fato de não ter clareza quanto à própria condição adulta advém da ausência de amparos externos que lhe ofereçam referências claras de vida, um caminho a seguir:

Mas esse negócio de não ter o caminho certo, de não ter mais a sociedade te dizendo o que você deve fazer, talvez esse seja o ponto inicial de ser adulto: ninguém mais dizendo o que você deve fazer. Como é que eu posso ser adulto se eu não sei pra onde eu tô indo? O que te torna adulto é o que te impede de se sentir tal qual.

Para o colaborador, a escolha de uma profissão distinta daquela seguida pelos membros do núcleo familiar rendeu-lhe a construção solitária de um caminho profissional, caminho este encontrado no concurso público, que lhe garantiu estabilidade, mas, em contrapartida, impediu-o de sentir-se autônomo:

Como se eu fosse uma peça, eu não produzi nada, eu simplesmente fui lá, fiz uma provinha e passei. Entrei num cargo, tenho uma estabilidade, é como se eu estivesse protegido, não mais pelos meus pais, mas pelo governo federal. Enquanto que meus pais não, eles estão ali, na batalha todo dia. Se meu pai perder um dedo, aí acabou, aí ele não tem mais como operar... acabou. Então isso talvez me coloque um pouco distante disso. Que nem, a menina que eu ‘to’ saindo, ela tem uma empresa, uma assessoria, e eu considero ela mais adulta que eu (*risos*), porque ela emprega gente, ela tem problemas, cobranças de todo tipo. E eu não, eu ‘to’ ali, tranquilo, seguro.

Acreditamos que, em João, o comportamento responsável, claramente presente em sua vida, não pôde ser acompanhado da construção de um sentimento de segurança emocional que lhe permitisse lidar com a ausência de amparos externos, sobretudo aqueles advindos da família. A incerteza quanto a ser ou não adulto parece advir, portanto, da inexistência do componente autônomo conjugado à sua responsabilidade.

A narrativa de Helena aborda, igualmente, uma noção de controle emocional que pode ser lida à luz do conceito de autonomia, ou seja, como habilidade para protagonizar a própria

vida, administrando relações de dependência. A advogada, que se considera adulta em função do volume de responsabilidades que assume com êxito, reconhece ter evoluído no que diz respeito a lidar emocionalmente com os problemas do cotidiano. Por outro lado, nomeia-se “jovem-adulta” em função da falta que sente de estar perto da mãe, conjugada à busca por seu apoio emocional diante de dificuldades:

Hoje eu consigo lidar muito mais com os meus sentimentos que há cinco, sete anos atrás. Muito mais. Não tenho nem parâmetros para realmente comparar. Porque... você sente uma diferença gigantesca. Antigamente qualquer mera situação que era até natural para aquela idade te desespera, te dá uma instabilidade gigantesca. Hoje não, hoje você, hoje eu passo por situações que são muito mais difíceis, muito mais complicadas às vezes, de encarar emocionalmente, mas eu sinto que tenho mais recursos, mais respaldo pra lidar de forma muito mais cautelosa, mais tranquila. Eu acho que isso também é uma grande diferença.

(...) Embora eu me considere adulta eu sinto uma falta gigantesca de estar com a minha mãe... Eu acho uma coisa incrível: a minha mãe trabalha, mas eu adoro chegar em casa e ela estar me esperando, jantamos juntas, e eu acho isso, assim, de um conforto sobrenatural, confortabilíssimo. Eu digo pra ela “quando eu sair de casa, eu vou ter uma dificuldade incrível (*risadas*) de chegar em casa e não ter isso”. E isso é uma coisa que é muito típica da juventude. (...) E é sempre assim, se a gente pensa “nossa, eu não vou saber lidar com isso”, é para ela que os filhos recorrem.

Entendemos que o fato de Helena considerar-se adulta e, ainda assim, incluir em sua autodenominação o termo “jovem”, reflete a noção tradicional do “ser adulto” como tornar-se “homem feito”, ou *self made man*. Lembremos que a advogada também atribui a presença do termo “jovem” em sua autodenominação ao fato de ainda não ter filhos, o que, a nosso ver, expõe ambivalências que se fazem compreensíveis em tempos de mudança paradigmática. Neste ponto, retomar a concepção moriniana de autonomia como aquela que se alimenta de relações de dependência faz-se essencial, visto que nos permite conceber a adultez em contextos colaborativos. Conseguir valer-se dos próprios recursos para lidar com os problemas confere a Helena autonomia suficiente para sentir-se adulta, e contar, por vezes, com o apoio emocional da mãe não lhe retira as condições de viabilidade para o exercício da

responsabilidade autônoma. Até mesmo porque administrar as próprias emoções implica reconhecer momentos em que a ajuda se torna necessária.

Em Pedro, a responsabilidade autônoma como legitimadora de um autoconceito positivo quanto à própria adulez vincula-se, sobretudo, à administração independente e consciente das próprias finanças:

Quando você vira adulto, você começa a ter contas, então eu tenho todo o meu planejamento, não fico faltando, não sou do tipo que tem que parcelar conta de cartão de crédito. (...) E essa parte da responsabilidade, que nem, quando você é adolescente, você gasta o dinheiro do seu pai sem se preocupar muito. Mas aí quando você começa a trabalhar, que você tem o seu, aí você começa a pesar o que vale a pena, o que não vale... você começa a ter essa responsabilidade.

No entanto, ao controle sobre os próprios ganhos e despesas o colaborador adiciona, como aspecto relevante para a identidade adulta, o controle sobre as próprias emoções. Não se trata, contudo, de um exercício de caráter restritivo-adaptativo. Assim como Fernanda, Pedro aborda a importância do aspecto emocional da perspectiva da administração autônoma dos sentimentos diante das circunstâncias da vida, o que, longe de implicar conformidade, traduz-se em um diálogo recursivo com as vivências da adulez:

Controle emocional, é porque você começa a enfrentar tanta coisa, ver tanta coisa errada, tanta cobrança, que se é uma pessoa esquentada, e eu conheço gente que... que... não para em emprego por causa do jeito, quer responder para a pessoa que está acima de você na hierarquia lá do trabalho... Eu acho que você tem que ter mais um controle, você aprende a controlar mais as emoções. Não deixar aflorar... eu 'to' falando de alguém mais agressivo, mas também não ser tão passivo, aceitar tudo de cabeça baixa. É aceitar que o que é não, não, o que é sim, sim, saber que têm coisas que você tem que abrir mão, que infelizmente não dá para abraçar o mundo, não dá pra ter tudo. Saber que se não deu certo de um jeito, tenta outro jeito, se não deu certo agora, um dia vai ser.

Como vimos percebendo, identificamos, nas narrativas dos colaboradores da fase qualitativa deste estudo, a responsabilidade como aspecto primordial e inerente à condição adulta. A autonomia, por sua vez, quando não referida claramente, revelou-se subjacente ao aspecto do controle emocional, nos termos de uma apropriação consciente do si mesmo com vistas ao protagonismo na administração dos sentimentos frente às dificuldades da vida. Em Carol e Lia, o comportamento responsável permanece como atributo essencial à adulez, porém a responsabilidade autônoma não encontra respaldo no elemento “controle emocional”, ausente de suas narrativas. Entre essas colaboradoras, coube à noção de liberdade o papel de refletir o caráter autônomo associado, juntamente à responsabilidade, à condição adulta. Ao falar sobre a liberdade, Carol afirma:

Liberdade, eu lembro que tinha muito a ver com trabalho, no sentido de, tipo assim, eu ganhar dinheiro do meu trabalho, pra ter liberdade pra fazer as minhas próprias coisas. Então, assim, como eu era mantida pelos meus pais, na sua maior parte, eu não me sentia livre pra chegar e pensar “daqui a seis meses eu quero ir para a Europa”.

Lembremos, a respeito da história de Carol, que o falecimento do pai exigiu da colaboradora assumir a gerência da loja de autopeças pertencente à família. Isto significou que, antes advindos de uma mesada, seus rendimentos financeiros passaram a depender do próprio trabalho, não havendo, contudo, mudanças significativas no valor mensalmente recebido. No entanto, a assunção de um posicionamento ativo na obtenção de ganhos financeiros rendeu a Carol o direito de realizar escolhas autônomas. Quanto à responsabilidade, após a morte do pai e o retorno à cidade natal, ela se estendeu de uma habilidade autorreferente para uma dimensão ética, com a inclusão de atividades relacionadas à administração da loja, além do noivado e do início dos atendimentos na clínica:

Eu já me sentia responsável pela casa, então eu sabia que eu tinha que comprar comida, limpar a casa, então eu sabia que determinadas coisas eu tinha que fazer, porque se eu não fizesse não tinha quem fizesse por mim. Eu acho que em termos de responsabilidade, elas mudaram. Mas, por exemplo, eu acordo e sei que vai ter café na mesa todos os dias. Mas, por outro lado, hoje tem uma penca de coisas que eu tenho que fazer que eu não tinha um ano atrás, e que acabam sendo menos prazerosas do que

um ano atrás. (...) Eu acho que muito rapidamente eu tive que tomar muitas decisões e ter responsabilidades novas que eu não tinha antes. Então assim, até no começo minha mãe dizia que era só a loja, e de repente é a loja e o apartamento, e de repente é a loja, o apartamento e a clínica, e agora é a loja, o apartamento, a clínica e o casamento. Então todo dia vem uma coisa nova. E eu me sinto um pouco mais... crescida

A narrativa de Lia revela um contexto familiar no qual o desenvolvimento da responsabilidade autônoma reflete mais claramente a recursividade. Acompanhando a evolução da filha em seu ciclo de vida, seus pais puderam, a partir da adolescência, conceder-lhe a liberdade para acertar ou errar, horizontalizando as relações familiares. A colaboradora, que afirma sempre ter sido bastante responsável, pôde traduzir a liberdade a ela concedida em termos de oportunidades para a construção da responsabilidade autônoma:

Eu sempre tive a liberdade, mas minha mãe me alertava “olha, se você quiser ir, você vai. Mas você vai quebrar a cara sozinha”. Mas eu acho que esse ‘quebrar a cara sozinha’ é o que faz a gente amadurecer, crescer, você não fica só ali no pai e na mãe, naquela redoma, então eu acho que é essa liberdade de você fazer as coisas e ir crescendo, amadurecendo com essa liberdade. (...) Eu acho que eu sempre fui adulta, madura, mais cedo. Isso me comparando com o meu irmão. Meu irmão eu acho que ele não é adulto... ainda. Pela maturidade.

Podemos afirmar, assim, que as narrativas dos participantes conferem à identidade adulta um sentido que não pressupõe uma ou outra experiência concreta de autonomização, tal como se via em gerações anteriores, nas quais o cumprimento de tarefas normativas, por meio de realizações como o casamento, a parentalidade e a saída da casa dos pais, mantinha-se como condição *sine qua non* para a legitimação da adultez. Em um contexto no qual lidamos recursivamente com as transformações sociais e culturais imanentes do desenvolvimento tecnológico, contribuimos para a ampliação dessas mudanças por meio de valores e comportamentos que se traduzem em trajetórias de vida singulares e diversas de construção e reconstrução da identidade adulta, porém correntemente permeadas por um senso de responsabilidade ética e autonomia. Temos, assim, um olhar sobre a adultez que se coloca em harmonia com os novos contornos da realidade compartilhada, o que cria condições para o

respeito aos diferentes projetos de vida e às diferentes trajetórias de construção da responsabilidade autônoma, esta sim fundamental para a legitimação da adultez na contemporaneidade.

**Capítulo 8**

**CONSIDERAÇÕES FINAIS: IDENTIDADE NA ADULTEZ**

*“Quem me dera, ao menos uma vez,  
explicar o que ninguém consegue entender.*

*Que o que aconteceu ainda está por vir  
e que o futuro não é mais como era antigamente”*

*(Legião Urbana)*

Parece-nos razoável aceitar que a ideia de responsabilidade se apresente como principal elemento associado à adultez. Dentro e fora dos meios acadêmicos, reconhecemos a evolução do ciclo de vida como uma trajetória progressivamente marcada por experiências que exigem comprometimento e noção de consequência, agregando-se a esses uma dimensão ética, à medida que se expandem os espaços de socialização. Ao longo da infância, as atitudes responsáveis imbuem-se de um caráter predominantemente autorreferente: é esperado da criança que cuide dos próprios brinquedos e outros pertences e que realize as tarefas da escola. Comportamentos como bater no colega ou desobedecer aos pais não são interpretados como irresponsabilidades, mas como expressões de agressividade e autoafirmação, que fazem parte do desenvolvimento humano. Na adolescência, embora atitudes de rebeldia ganhem força e se estendam para outros meios de convivência, elas passam a tornar-se inadequadas e pouco toleradas, e aqueles que insistem em desconhecer regras e limites veem-se qualificados negativamente. O comportamento ético- responsável passa a ser entendido como aquele que agrega individualmente, socializa e não prejudica. E, assim, emerge o desafio de se construir uma identidade individual com seus próprios contornos e conteúdo e, simultaneamente, pertencer a grupos de convivência.

No Brasil e em outros países do ocidente, as gerações que construíram identidades adultas ao longo de quase todo o século XX puderam contar com realidades compartilhadas nas quais o desenvolvimento da responsabilidade autônoma atrelava-se a mecanismos predefinidos de expressão. As experiências concretas de tornar-se financeiramente autossuficiente, deixar o lar parental, casar-se e ter filhos apresentavam-se como expectativas sociais capazes de definir projetos de vida, tornando estreita a margem para que os indivíduos pudessem instrumentalizar a responsabilidade autônoma, e conseqüentemente legitimar-se como adultos, por vias alternativas. Tais eventos tornavam-se, assim, capazes de simbolizar o ingresso do indivíduo em uma nova fase do ciclo vital: a adultez.

As transformações conjunturais oriundas do desenvolvimento tecnológico sem precedentes, e que resultaram em alterações significativas nas dinâmicas relacionais, seja entre nações, empresas ou indivíduos, criaram a necessidade de se repensar as claras fronteiras que ora demarcavam os contornos identitários. Não por acaso, diante da ameaça de um mundo globalizado, proliferaram grupos nacionalistas, no intuito de se resgatar um senso de pertencimento, gerador de segurança. Ao mesmo tempo, o acesso a diferentes estilos de vida, aliado ao empoderamento humano motivado pelo domínio das tecnologias, criou solo fértil para uma cultura autorreferente, marcada pela customização de mercadorias e serviços e pela construção de trajetórias de vida cada vez mais singulares. Assim, paradoxalmente, passamos a viver, no que diz respeito à construção da identidade adulta, experiências de maior liberdade e menos segurança, dada a flexibilização de suas fontes concretas de legitimação.

Coube à Psicologia do Desenvolvimento, bem como a outras vertentes das Ciências Humanas, a tarefa de compreender os processos de transição para a vida adulta nesse novo cenário. Algumas das concepções de adultez que emergiram nesse contexto passaram a incluir a percepção da pluralização dos projetos de vida, os quais, sob um caráter autorreferente, acabavam por postergar o cumprimento de importantes tarefas normativas, como o casamento, a parentalidade, a autossuficiência financeira e a saída da casa dos pais. Como espécies de corolários, em um estilo de pensamento linear e dedutivo, essas novas teorias apresentaram concepções do desenvolvimento humano que indicavam o adiamento do início da vida adulta, ampliando-se o espaço entre a adolescência e a adultez, espaço este preenchido por uma nova fase do ciclo de vida, representada por construtos como a *adultez emergente* e a *juventude*. Adicionalmente, ainda nesse cenário de intensas e contínuas inovações tecnológicas, a valorização do estilo de vida jovem, sempre aberto a novidades e experimentações, acabou por contribuir para o fortalecimento da aceção do jovem e do jovem-adulto como um *adulto em formação*, mantendo-se fixa a adultez como um ponto de chegada caracterizado por estabilidade e segurança e ainda ritualizado pelos marcos normativos de legitimação.

Em nossa compreensão, tal postura da Psicologia do Desenvolvimento acabou por configurar-se como um olhar sobre os novos tempos com o uso de lentes antigas, que não mais se mostram adequadas à compreensão do ser humano na fase adulta do ciclo vital. Manter rígidos os critérios tradicionais de legitimação da adultez parece-nos contribuir para a disseminação de discursos que qualificam como disfuncionais vivências de construção da identidade adulta que não se encaixam nos moldes da tradição normativa. Como

consequência, assistimos a experiências de passagem para a vida adulta inseguras, no contexto das quais se expressam entre pais e filhos preocupações como *ainda* viver na casa dos pais, *ainda* não ser casado(a) e *ainda* não ter filhos. Ideias como a de uma juventude desinteressada e carente de princípios, respaldadas pela fixação de valores tradicionais como os únicos legitimamente possíveis, acabam por criar estereótipos como a “adullescência” e a disfuncionalidade das famílias-canguru. Em nosso olhar, trata-se de realidades que, embora possíveis, não se configuram como possibilidades unívocas.

Com efeito, ao observarmos os resultados da pesquisa, percebemos características que refletem as transformações conjunturais advindas do desenvolvimento tecnológico e que se mostram presentes, também, em dados estatísticos produzidos em nível nacional. As crescentes exigências de qualificação profissional, no contexto das quais se assistiu a uma ampliação no tempo de estudos e, possivelmente, à revisão da ideia de casar-se e ter filhos, refletiram-se também entre os entrevistados, cinco deles solteiros e todos sem filhos, e que ora completaram o Ensino Superior (Fernanda, Helena e Lia), ora concluíram cursos de Pós-graduação (Pedro, João e Carol). A coabitação parento-filial em situações de inserção dos filhos no mercado de trabalho também se fez bastante representativa (Fernanda, Pedro, Helena e Carol), configurando condições de relativa dependência financeira dos filhos em relação a seus pais. Contudo, a verificação da prevalência de autoconceitos positivos, bem como da forte expressividade de autodenominações que incluíam o termo “adulto”, levou-nos a identificar inscrições do si mesmo na fase adulta do ciclo vital mesmo em situações nas quais não se faziam presentes as tradicionais experiências concretas de legitimação da adultez. Ou, de outra feita, um caso no qual tais experiências não se revelaram suficientes para garantir um autoconceito positivo (João). Adicionalmente, tal como verificado em ambas as fases da pesquisa, os significados atribuídos à adultez apresentaram um caráter predominantemente psicossocial, conjugado aos valores capitalistas do trabalho e da independência financeira, esta em uma versão ressignificada, desinvestida da conotação de autossustento e investida de um caráter colaborativo, expresso em relações intergeracionais de parceria a apoio parental aos projetos autônomos dos filhos.

Reafirmava-se, assim, a ideia de que a concepção de adultez parece contar com novas referências, ideia esta que havia motivado a realização da pesquisa. Ao longo do estudo, construímos a compreensão de que a responsabilidade autônoma, em sua dimensão ética, apresenta-se como elemento capaz de legitimar a condição adulta, sem que haja a necessidade de instrumentalizá-la em tal ou qual experiência concreta normativa. Permanece, contudo, a

importância do trabalho e de uma independência financeira relativa, suficiente para garantir o exercício da autonomia. Conceber a construção da identidade adulta como um processo continuamente revisado, porém sempre legitimado pela responsabilidade autônoma, consiste, em nosso entendimento, em uma compreensão que reflete as experiências concretas de vivência da adultez, tal como demonstrado em ambas as fases do estudo, especialmente nas narrativas dos colaboradores. Sabemos que se trata de uma compreensão da identidade que exige vestir novas lentes, as quais, em nossa percepção, revelam-se essenciais para este novo momento, incerto e fluido, que vivemos.

## REFERÊNCIAS

Amaral, F.R.J. et al. (2013). *Políticas Públicas de Juventude*. Secretaria Nacional de Juventude. Recuperado em 20 de novembro de 2013, de <http://www.juventude.gov.br/documentos/cartilha-politicas-publicas>

American Psychological Association (2012). *Manual de Publicação da APA*. Tradução de Daniel Bueno. 6.ed. Porto Alegre: Penso-Artmed

Arnett, J.J. (2005). Emerging Adulthood: Understanding the New Way of Coming of Age. In: Arnett, J.J.; Tanner, J. L. (ed). *Emerging Adults in America*. Coming of Age in the 21<sup>st</sup> Century. Washington D.C.: American Psychological Association

Borges, C.C.; & Magalhães, A.S. (2009). Transição para a vida adulta: autonomia e dependência na família. *Psico*. Rio de Janeiro, v.40, n.1, p.42-49

Bowen, M. (1991). *De la familia al individuo: la diferenciación del sí mismo en el sistema familiar*. Buenos Aires: Paidós

Bruner, J. (2008). *Actos de significado*. 3.ed. Lisboa: Edições 70, LDA.

Cervený, C.M.O.; Berthoud, C.M.E. e cols. (2007). *Família e ciclo vital. Nossa realidade em pesquisa*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Cervený, C.M.O.; Berthoud, C.M.E. e cols. (2009). *Família e ciclo vital. Nossa realidade em pesquisa*. 2.ed. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Cervený, C.M.O.; Berthoud, C.M.E. (2011). *Visitando a família ao longo do ciclo vital*. 3.ed. São Paulo: Casa do Psicólogo

Creswell, J. W. (2014). *Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens*. Tradução de Sandra Mallmann da Rosa. 3.ed. Porto Alegre: Penso

\_\_\_\_\_.; Clark, V.L.P. (2013). *Pesquisa de métodos mistos*. Tradução de Magda França Lopes. 2.ed. Porto Alegre: Penso

Debert, G. G. (2010). A dissolução da vida adulta e a juventude como valor. *Horizontes Antropológicos*, 16(34), 49-70.

Dutra-Thomé, L.; Koller, S. H. (2014). Emerging adulthood in Brazilians of differing socioeconomic status: transition to adulthood. *Paidéia*. Ribeirão Preto, 24(59), 313-322

Erikson, E.H. (1987). *Identidade, juventude e crise*. Tradução de Álvaro Cabral. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara

\_\_\_\_\_. (1971). *Infância e Sociedade*. Tradução de Gildásio Amado. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores

Fragoso, S.; Recuero, R.; Amaral, A. (2012). *Métodos de pesquisa para internet*. Porto Alegre: Sulina

Giddens, A. (1993). *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista (UNESP)

\_\_\_\_\_. (2002). *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Zahar

Groppi, L.A. (2000). *Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas*. São Paulo: Difel

\_\_\_\_\_. (2010). Condição juvenil e modelos contemporâneos de análise sociológica das juventudes. *Última década*, nº33, 11-26

Hoffman, L. (1998). Uma postura reflexiva para a terapia de família. In: McNamee, S.; Gergen, K.J. e cols. (1998). *A terapia como construção social*. Tradução de Cláudia Oliveira Dornelles. Porto Alegre: Artes Médicas.

Jablonsky, J. F.; Martino, S. (2013). A qualitative exploration of emerging adults' and parents' perspectives on communicating adulthood status. *The Qualitative Report*, 18(73), 1-12.

Kerr, M. E.; Bowen, M. (1988). *Family Evaluation*. New York, London: W.W. Norton & Company.

Kublikowski, I. (2004). A identidade narrativa: o sujeito produzido/produzido de si. *Psicologia Revista*. São Paulo, 13(1), 11-30

Levinson, D.J. et. al. (1979). *The seasons of a man's life*. New York: Ballantine Books.

Macedo, R.M.S.; Kublikowski, I.; Santos, M.G. (2004). A interpretação em pesquisa qualitativa: a construção do significado. *Conferência Internacional do Brasil de Pesquisa Qualitativa/NPF – Núcleo de Pesquisa da Família*: Taubaté, 24 a 27 de março

Markhan, A.; Buchanan, E. Ethical decision-making and internet research (2012). Disponível em <http://www.aoir.org/reports/ethics2.pdf>.

Morin, E. (1977). *O método 1: a natureza da natureza*. Sintra, Portugal: Publicações Europa-América.

Morin, E. (2011a). *Introdução ao pensamento complexo*. Tradução de Eliane Lisboa. 4.ed. Porto Alegre: Sulina.

Morin, E. (2011b). *O método 2: vida da vida*. Tradução de Marina Lobo. 4.ed. Porto Alegre: Sulina.

Morin, E. (2012). *O método 5: a humanidade da humanidade, a identidade humana*. Tradução de Juremir Machado da Silva. 5.ed. Porto Alegre: Sulina.

Osório, L.C.; Valle, M.E.P. (orgs.) (2009). *Manual de Terapia Familiar*. Porto Alegre: Artmed.

Pais, J.M. (1998). Introdução. In: J. M. Pais (coord.), *Gerações e valores na sociedade portuguesa contemporânea*. Lisboa: SEJ/ICS.

\_\_\_\_\_. (2012). A esperança em gerações de futuro sombrio. *Estudos Avançados*. Lisboa: v.26, n.75, p.267-280

Papalia, D.E; Feldman, R.D.; Martorell, G. (2013). *Desenvolvimento Humano*. Tradução de Carla Filomena Marques Pinto Vercesi et.al.12.ed. Porto Alegre: AMGH.

*PNAD 2012* (2013). Recuperado em 20 de fevereiro de 2014, de <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/11/29/ibge-na-geracao-canguru-mais-jovens-de-ate-34-anos-moram-com-os-pais.htm>.

Ponciano, E.L.T; Féres-Carneiro, T. (2014). Relação pais-filhos na transição para a vida adulta, autonomia e relativização da hierarquia. *Psicologia: Reflexão e Crítica*. Porto Alegre, 27(2), 388-397.

*Resolução 466/12* (2012). Recuperado em 09 de março de 2014, de <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>

Rodrigues, C.M. (2011). *Processos de transição para a vida adulta: do olhar dos pais a uma compreensão intergeracional*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo

\_\_\_\_\_.; Kublikowski, I. (2014). Os pais e a transição do jovem para a vida adulta. *Psico*. Porto Alegre, 45(4), 524-534

Sousa, F.C. (2010). *Ser adulto: práticas e representações sociais*. Tese de Doutorado. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), Lisboa.

Stanisci, C., Oliveira, E., Sandaña, P. (2009). *A classe C com diploma*. Recuperado em 4 de junho de 2015, de <http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,a-classe-c-com-diploma,470963>

Szapiro, A., Resende, C. (2010). Juventude: etapa da vida ou estilo de vida? *Psicologia & Sociedade*. Florianópolis, 22(1), 43-49

**APÊNDICE A: Questionário (Fase Quantitativa) introduzido pela assinatura virtual do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)**

**Olá! As questões abaixo têm o objetivo de saber o que significa, para você, ser adulto nos dias de hoje. Por ser uma pesquisa no campo da Psicologia, foi preciso aprova-la em um Comitê de Ética. Por isso, antes de iniciar, preciso que você saiba que sua identidade será mantida em sigilo e que suas respostas somente serão usadas para fins científicos. Aceita participar?**

Os resultados da pesquisa estarão disponíveis na Biblioteca Nadir Gouvêa Kfourri, da PUC-SP, após a defesa da tese. E você poderá consultá-la, bastando para isso acessar o link dessa biblioteca na página [www.pucsp.br](http://www.pucsp.br) e preencher o campo de busca com o nome da pesquisadora: Clarissa Magalhães Rodrigues Sampaio.

Sim

Não

**Em que cidade você reside?**

\_\_\_\_\_.

**Qual é a sua idade?**

menos de 25 anos

entre 25 e 29 anos

entre 30 e 34 anos

mais de 34 anos

**Qual é o seu sexo?**

masculino

feminino

**Qual é seu grau de instrução?**

Ensino Médio incompleto

Ensino Médio completo

Superior incompleto

Superior completo

Pós-graduação incompleta

Pós-graduação completa

**Qual é sua situação conjugal?**

- Solteiro(a)
- Casado(a)/ União estável
- Divorciado(a)
- Viúvo(a)
- Namorando, mesmo que divorciado(a) ou viúvo(a)

**Você tem filhos?**

- Sim
- Não

**Com quem você reside?**

- Sozinho(a)
- Com amigos(as)
- Com meus pais (ou pelo menos um dos dois)
- Com irmãos/irmãs, apenas
- Com meu(minha) cônjuge/companheiro(a)
- Com meu(minha) cônjuge/companheiro(a) e filhos(as)
- Com meu(s)/minha(s) filho(s)/filha(s), apenas
- Com outros parentes, apenas
- Outro

**Em relação a trabalho/estudos, qual é sua situação?**

- Trabalho e estudo na graduação
- Trabalho e estudo na pós-graduação
- Estudo na graduação
- Estudo na pós-graduação
- Trabalho
- Não trabalho nem estudo

**Em relação a sustento financeiro, qual é sua situação?**

- Sustento-me totalmente com meus próprios ganhos/rendimentos
- Sustento-me totalmente com meus próprios ganhos/rendimentos e sou responsável pelo sustento de meu(s) familiar(es)
- Sustento-me parcialmente com meus próprios ganhos/rendimentos. Recebo de meus pais/familiares ajuda regular ou sempre que necessário

Divido as despesas com meu/minha cônjuge ou companheiro(a) e juntos garantimos o sustento da casa

Não tenho meus próprios ganhos/rendimentos. Sou mantido(a) por meus pais/familiares

Não tenho meus próprios ganhos/rendimentos. Sou mantido(a) por meu/minha cônjuge ou companheiro(a)

**Qual é a faixa de renda em sua residência?**

De 0 a R\$1.085

De R\$1.085 a R\$1.734

De R\$1.734 a R\$7.475

De R\$7.475 a R\$9.745

Acima de R\$9.745

**Em sua opinião, que fator(es) precisa(m) existir para que uma pessoa possa ser considerada adulta? Você pode escolher mais de uma opção.**

Liberdade

Responsabilidade

Independência financeira

Idade adequada

Controle emocional

Autonomia

Casamento

Maternidade/paternidade

Estabilidade

Trabalho

Sair da casa dos pais

Cobrança

Conquista

Outro: \_\_\_\_\_

**Você se considera uma pessoa adulta?**

Sim

Não

Não sei

**Sua família o(a) considera uma pessoa adulta?**

- Sim
- Não
- Nem todos
- Não sei

**Qual desses termos melhor o(a) define?**

- Adolescente
- Jovem
- Jovem-adulto(a)
- Adulto(a)

**Você acredita que exista uma idade definida para pessoa se tornar adulta?**

- Sim
- Não

**Se você respondeu “sim” para a questão anterior, qual acredita que seja essa idade?**

\_\_\_\_\_.

**Caso seja escolhido(a), você aceitaria participar de uma entrevista individual na segunda fase desta pesquisa? Se sim, deixe seu nome, telefone e e-mail para contato.**

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

ENVIAR FORMULÁRIO

## **APÊNDICE B : Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Fase qualitativa)**

### **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

Eu, Clarissa Magalhães Rodrigues Sampaio, aluna do Curso de Pós-Graduação em Psicologia Clínica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), venho convidá-lo(a) a participar da segunda fase da minha pesquisa de Doutorado, intitulada “**Identidade na vida adulta: a singularização da experiência**”. A pesquisa tem por objetivo compreender a construção da identidade adulta na atualidade, considerando as mudanças que vêm atingindo as novas gerações.

Esta segunda fase se dará por meio de uma entrevista, que visa oferecer liberdade de expressão aos participantes. Dado o caráter privado e possivelmente íntimo dessas informações, este termo assegura o sigilo quanto à identidade dos participantes. As entrevistas serão gravadas e transcritas a fim de possibilitar a apreciação fiel de seu conteúdo, sendo mantidas em local seguro e protegido por um período de 5 (cinco) anos.

Como participante voluntário, você não receberá qualquer compensação financeira ou benefício direto pela participação na pesquisa, podendo abandoná-la se assim o desejar, sem por isso sofrer qualquer prejuízo. As despesas da coleta de dados serão custeadas pela pesquisadora, não havendo qualquer forma de oneração aos participantes. Todo procedimento de pesquisa oferece baixo risco, mas este termo garante meu comprometimento em manter-me atenta a possíveis desconfortos, bem como em intervir pela minimização de eventuais prejuízos, caso necessário.

Mantenho-me à disposição para quaisquer esclarecimentos acerca da pesquisa e me comprometo a informar seus resultados após a defesa pública da dissertação. O relatório da pesquisa ficará disponível, após a defesa pública, na Biblioteca Nadir Gouvêa Kfoury, PUC-SP, Campus Monte Alegre. Os resultados do estudo poderão ser divulgados para fins científicos ou acadêmicos.

Dúvidas e denúncias relativas às questões éticas desta pesquisa poderão ser esclarecidas pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) por meio dos seguintes contatos:

CEP – Sede Campus Monte Alegre. Rua Ministro Godói, 969 – Perdizes – São Paulo – SP. 05015-001. Edifício Reitor Bandeira de Mello/sala63C/térreo. Tel./FAX (11)3670-8466.e-mail: [cometica@pucsp.br](mailto:cometica@pucsp.br)

### **Consentimento pós-informado**

Eu, \_\_\_\_\_, portador(a) do RG \_\_\_\_\_-\_\_\_\_ e do CPF \_\_\_\_\_-\_\_\_\_, declaro:

- Haver compreendido o objetivo da pesquisa “Identidade na vida adulta: a singularização da experiência”;
- Haver compreendido as informações acerca de riscos e eventual necessidade de intervenção da pesquisadora;
- Concordar com a gravação em áudio dos procedimentos de pesquisa;

- Autorizar a publicação do conteúdo do trabalho para fins de ensino e pesquisa, garantido o sigilo da minha identidade;
- Que o presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi a mim apresentado em 2 (duas) vias, uma delas permanecendo em meu poder.

---

Nome do(a) participante

---

Assinatura do(a) participante

Clarissa Magalhães Rodrigues Sampaio

Nome da pesquisadora

---

Assinatura da pesquisadora

RG: 28.675.431-9    CPF:287.998.268-52

CRP: 06/92508    Tel. (19)3426-3055

---

Testemunha 1 (nome)

---

Testemunha 1 (assinatura)

RG: \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_    CPF: \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_

---

Testemunha 2 (nome)

---

Testemunha 2 (assinatura)

RG: \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_    CPF: \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_

São Paulo, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015

**APÊNDICE C: Representação das categorias de significado em trechos das narrativas dos participantes**

<i>Narrativas ambivalentes: entre a tradição e a novidade</i>	<i>A ressignificação da independência financeira na legitimação da adulez</i>	<i>Em pauta: a responsabilidade autônoma</i>
<b>Fernanda</b>		
		<p>“É aquela necessidade de ‘por favor, diga que eu sou boa; por favor, diga que eu cresci’. Então eu acho que é mais por essa questão que eu não me considero adulta...”.</p> <p>“Só que eu ainda não sou 100% segura de que ‘ah, eu sou isso. Ponto’. Não que a pessoa tenha que ser só isso, ficar só naquilo. Só que, assim, hoje eu tenho mais segurança daquilo que eu quero, daquilo que eu gosto, então... hoje em dia eu não faço as coisas tão, assim, para agradar”.</p> <p>“Eu acredito que a partir do momento em que você se torna responsável e tem autonomia... não apenas autonomia financeira, mas acho que a gente tem que ter autonomia da gente mesmo, da gente se virar, a partir do momento em que você não precisa mais que a sua mãe te chame para acordar, para o trabalho, acho que essa responsabilidade, para mim isso é autonomia. (...) Não que eu não queira dormir um pouquinho mais, assim, mas eu sei que o trabalho é minha responsabilidade, eu sei</p>

		que a empresa é minha, que se eu não me esforçar para aquilo, eu sei que aquilo não vai acontecer, que aquilo vai depender daquilo que eu vou fazer. Não que eu não vá precisar de ajuda, de nada, mas a partir do momento em que a gente traz a coisa pra gente...”.
<b>Pedro</b>		
<p>“Eu acho que eu tô com o primeiro pé no adulto. Não cem por cento adulto, mas também não regressar à adolescência (<i>risadas</i>). 29 anos nas costas com o comportamento de 18... não dá não!”.</p> <p>“É, eu acho que não [existe uma idade certa para começar a vida adulta], porque eu acho que tem muita gente com comportamento diferente, assim, aquele pessoal que ainda tá assim ‘uhu!’, festa, e que tem a minha idade, e tem outros que não, que estão casados, com filho, então eu acho que não. Tem mas não tem. Tem no teórico, mas na prática eu acho que não”.</p>	<p>“Que nem, eu moro com os meus pais. E eu trabalho na minha cidade. Aí eu penso: seria mais inteligente juntar dinheiro para comprar alguma coisa do que sair por algum capricho, querer ser totalmente independente e pagar aluguel. Então acho que é bem isso, é querer juntar dinheiro, pra poder ter alguma coisa que é minha. Então, querendo ou não, é muito mais fácil juntar dinheiro morando com os pais do que pagando aluguel. Então eu acho que é isso”.</p>	<p>“Eu acho que quanto mais adulto, mais responsabilidade você vai ganhando. Tem hora que você fala assim ‘quero voltar a ser criança, cansei de brincar de ser adulto’ (<i>risadas</i>). Que a única responsabilidade era assistir TV, fazer tarefinha. (...) Eu acho que o ‘meu adulto’ é mais a responsabilidade, eu acho... eu acho que eu sou uma pessoa responsável, não sou de gastar com bobeira”.</p> <p>“Quando você vira adulto, você começa a ter contas, então eu tenho todo o meu planejamento, não fico faltando, não sou do tipo que tem que parcelar conta de cartão de crédito. (...) E essa parte da responsabilidade, que nem, quando você é adolescente, você gasta o dinheiro do seu pai sem se preocupar muito. Mas aí quando você começa a trabalhar, que você tem o seu, aí você começa a pesar o que vale a pena, o que não vale... você começa a ter essa</p>

		<p>responsabilidade”.</p> <p>“Controle emocional, é porque você começa a enfrentar tanta coisa, ver tanta coisa errada, tanta cobrança, que se é uma pessoa esquentada, e eu conheço gente que... que... não para em emprego por causa do jeito, quer responder para a pessoa que está acima de você na hierarquia lá do trabalho... Eu acho que você tem que ter mais um controle, você aprende a controlar mais as emoções. Não deixar aflorar... eu ‘to’ falando de alguém mais agressivo, mas também não ser tão passivo, aceitar tudo de cabeça baixa. É aceitar que o que é não, não, o que é sim, sim, saber que têm coisas que você tem que abrir mão, que infelizmente não dá para abraçar o mundo, não dá pra ter tudo. Saber que se não deu certo de um jeito, tenta outro jeito, se não deu certo agora, um dia vai ser”.</p>
<b>Helena</b>		
<p>“Eu acho que o fato de eu não ter filho, me vem essa característica de ser <i>jovem-adulta</i>. Eu tenho amigas que são cinco anos mais novas, sete anos mais novas, e que já tiveram filho, e parece que elas encaram o mundo com uma seriedade muito maior. E eu tenho amigas da mesma idade que eu, um mês mais velhas, um mês mais novas, mas que a</p>	<p>“Mas [contribuir para as despesas da casa] não seria uma exigência. Se, em determinado mês, tem alguma outra exigência, alguma coisa que eu preciso pagar, ou eu tenho um determinado plano, esse mês eu vou precisar não dar dinheiro em casa, tudo bem. (...) Independência financeira eu acho que também é fundamental.</p>	<p>“A responsabilidade, acho que, de certa forma, quando você tem responsabilidade, você amadurece. Mesmo que você não queira. Então eu acho que ela te obriga a amadurecer. Porque de certa forma você tem que encarar os desafios que vêm com a vida, a dinâmica que vem com a maturidade”.</p>

<p>gente tem uma visão muito parecida. E a gente ainda se sente muito jovem, mas tem toda a carga, toda a responsabilidade que um adulto tem nas costas. Por isso então eu entendo que eu sou jovem-adulta”.</p>	<p>Principalmente na transição para a vida adulta, porque você imagina a vida adulta, você já imagina suas responsabilidades, os seus ganhos, os seus gastos, você é dono deles. Você consome sem se preocupar em um terceiro pagar, que isso também faz parte do amadurecimento, e consequentemente da vida adulta também. Mas isso é uma obrigação sua, a questão financeira”.</p>	<p>“Hoje eu consigo lidar muito mais com os meus sentimentos que há cinco, sete anos atrás. Muito mais. Não tenho nem parâmetros para realmente comparar. Porque... você sente uma diferença gigantesca. Antigamente qualquer mera situação que era até natural para aquela idade te desespera, te dá uma instabilidade gigantesca. Hoje não, hoje você, hoje eu passo por situações que são muito mais difíceis, muito mais complicadas às vezes, de encarar emocionalmente, mas eu sinto que tenho mais recursos, mais respaldo pra lidar de forma muito mais cautelosa, mais tranquila. Eu acho que isso também é uma grande diferença”.</p> <p>“(...) Embora eu me considere adulta eu sinto uma falta gigantesca de estar com a minha mãe... Eu acho uma coisa incrível: a minha mãe trabalha, mas eu adoro chegar em casa e ela estar me esperando, jantamos juntas, e eu acho isso, assim, de um conforto sobrenatural, confortabilíssimo. Eu digo pra ela ‘quando eu sair de casa, eu vou ter uma dificuldade incrível (<i>risadas</i>) de chegar em casa e não ter isso’. E isso é uma coisa que é muito típica da juventude. (...) E é sempre assim, se a gente pensa ‘nossa, eu não vou saber lidar com isso’, é para ela que os filhos</p>
--	--	--

		recorrem”.
<b>João</b>		
<p>“Sei lá, eu acho que qualquer pessoa que tenha filho eu considero adulta, porque é um baita dum perrengue, uma baita responsabilidade. É isso, talvez quando eu tiver um filho eu sinta que... Isso talvez seja algo que divide”.</p> <p>“É, eu considere que jovem-adulto seria alguém entre 30 e 40 [anos]. Se fosse usar um critério aleatório qualquer, eu consideraria jovem-adulto alguém de 30 a 40. Se for só pela idade, assim. Se fosse pela experiência, seria alguém que acabou de ter filho”.</p> <p>“Eu gostaria de me sentir adulto, não sei se ter filhos me traria isso, mas não sei o que mais precisa acontecer. Mas eu traduzo me sentir adulto como ter menos insegurança, menos ansiedade, menos incerteza, assim... sei lá”.</p>	<p>“Eles [os pais] não sabem, mas depois que eu vim morar no Rio, pagar as minhas contas, hoje eu falo muito mais o que eu penso, porque eu passei a não depender mais de ninguém. Eu me senti, assim, desbloqueado”.</p> <p>“E ainda tem esse aspecto, assim, às vezes eu vejo, por exemplo, meus pais, e eu me comparo com eles e eu me sinto inferior, porque o destino deles eles traçam, abriram o consultório, têm os pacientes, eles <i>empreendem</i> na sociedade, eles geram, enquanto eu, assim, eu sou um <i>funcionário</i>... tá entendendo? (...) Como se eu fosse uma peça, eu não produzi nada, eu simplesmente fui lá, fiz uma provinha e passei. Entrei num cargo, tenho uma estabilidade, é como se eu estivesse protegido, não mais pelos meus pais, mas pelo governo federal. Enquanto que meus pais não, eles estão ali, na batalha todo dia. Se meu pai perder um dedo, aí acabou, aí ele não tem mais como operar... acabou. Então isso talvez me coloque um pouco distante disso. Que nem, a menina que eu ‘to’ saindo, ela tem uma empresa, uma assessoria, e eu considero ela mais adulta que eu (<i>risos</i>), porque ela emprega gente, ela tem problemas,</p>	<p>“Mas esse negócio de não ter o caminho certo, de não ter mais a sociedade te dizendo o que você deve fazer, talvez esse seja o ponto inicial de ser adulto: ninguém mais dizendo o que você deve fazer. Como é que eu posso ser adulto se eu não sei pra onde eu tô indo? O que te torna adulto é o que te impede de se sentir tal qual”.</p> <p>“Como se eu fosse uma peça, eu não produzi nada, eu simplesmente fui lá, fiz uma provinha e passei. Entrei num cargo, tenho uma estabilidade, é como se eu estivesse protegido, não mais pelos meus pais, mas pelo governo federal. Enquanto que meus pais não, eles estão ali, na batalha todo dia. Se meu pai perder um dedo, aí acabou, aí ele não tem mais como operar... acabou. Então isso talvez me coloque um pouco distante disso. Que nem, a menina que eu ‘to’ saindo, ela tem uma empresa, uma assessoria, e eu considero ela mais adulta que eu (<i>risos</i>), porque ela emprega gente, ela tem problemas, cobranças de todo tipo. E eu não, eu ‘to’ ali, tranquilo, seguro”.</p>

	cobranças de todo tipo. E eu não, eu ‘to’ ali, tranquilo, seguro. Mas talvez pelas referências, porque meus pais fizeram de um jeito diferente. Eu tenho consciência, e ‘to’ tentando me livrar disso”.	
<b>Carol</b>		
<p>“Eu me considero, assim, talvez, no final do jovem-adulto, talvez entrando pra virar... Talvez eu só vá me sentir adulta quando eu tiver filho. Aí eu acho que aumenta a minha responsabilidade, porque aí, além de ser responsável por você, você é por outro. Mas ainda eu acho que eu me considero jovem-adulta. (...) Eu penso no jovem como uma coisa de começo. Então... nem tá verde nem tá maduro, tá amadurecendo, como se fosse uma transição, entendeu? Por exemplo, eu vejo algumas amigas minhas que falam assim ‘ai, tô casada, tô velha, não quero sair, não sei quê, não sei quê’. E eu ainda não tô nessa <i>vibe</i>, eu quero estar com pessoas, quero sair para dançar, então de certa forma eu acho que vou me considerar jovem por um bom tempo, e aí vou me considerar jovem-adulta até por uma questão de idade”.</p>	<p>“E aí minha mãe falou ‘vamos?’ [viajar]. E eu sei que eu posso ir, dizer ‘vamos’, porque eu tenho dinheiro suficiente na conta pra dizer ‘vamos’, que é uma coisa que antes eu não podia. (...) Lógico, assim, que minha mãe vai ajudar no hotel, mas eu sei que eu posso ter o dinheiro para o hotel também. Ela vai ajudar porque ela vai ajudar, mas sei que eu tenho condição financeira pra arcar com essa viagem sem estar prejudicando nada nem ninguém. Então que eu não preciso pedir permissão nem nada”.</p>	<p>“É, e eu realmente acho que não [existe uma idade certa para começar a vida adulta], porque por exemplo, têm pessoas que têm que assumir responsabilidades mais cedo, então ficam adultas mais cedo”.</p> <p>“Liberdade, eu lembro que tinha muito a ver com trabalho, no sentido de, tipo assim, eu ganhar dinheiro do meu trabalho, pra ter liberdade pra fazer as minhas próprias coisas. Então, assim, como eu era mantida pelos meus pais, na sua maior parte, eu não me sentia livre pra chegar e pensar ‘daqui a seis meses eu quero ir para a Europa’”.</p> <p>“Eu já me sentia responsável pela casa, então eu sabia que eu tinha que comprar comida, limpar a casa, então eu sabia que determinadas coisas eu tinha que fazer, porque se eu não fizesse não tinha quem fizesse por mim. Eu acho que em termos de responsabilidade, elas mudaram. Mas, por exemplo, eu acordo e sei que vai ter café na mesa</p>

		<p>todos os dias. Mas, por outro lado, hoje tem uma penca de coisas que eu tenho que fazer que eu não tinha um ano atrás, e que acabam sendo menos prazerosas do que um ano atrás. (...) Eu acho que muito rapidamente eu tive que tomar muitas decisões e ter responsabilidades novas que eu não tinha antes. Então assim, até no começo minha mãe dizia que era só a loja, e de repente é a loja e o apartamento, e de repente é a loja, o apartamento e a clínica, e agora é a loja, o apartamento, a clínica e o casamento. Então todo dia vem uma coisa nova. E eu me sinto um pouco mais... crescida”.</p>
<b>Lia</b>		
<p>“Eu acho que também eu não me colocaria como adulta, eu acho que eu sou jovem-adulta, porque adulta parece que você... sei lá, adulto parece que tem um peso, parece que você leva uma vida séria, por isso depois eu coloquei ‘jovem-adulto’, também pela idade”.</p>	<p>“É, quando nós casamos, nós íamos financiar um apartamento. Mas daí o pai dele [marido de Lia] tinha um terreno, e a mãe dele falou ‘ao invés de vocês financiarem um apartamento, eu empresto o dinheiro para vocês construírem e vocês vão pagando pra mim’. Então ela emprestou o dinheiro e a gente vai pagando pra ela. A dívida ainda existe, tem mês que a gente paga e tem mês que a gente não paga, ou paga menos, aí no outro mês paga mais. O terreno eles deram”.</p>	<p>“Então é nesse sentido que eu acho que ele [o irmão] não tem a responsabilidade, a maturidade. Ele é muito tranquiilo, o mundo pode estar caindo, e ele ‘ta’ ali. O mercado pede mais agilidade, mais autonomia, mas ele ‘ta’ ali, sossegado, acomodado”.</p> <p>“Eu sempre tive a liberdade, mas minha mãe me alertava ‘olha, se você quiser ir, você vai. Mas você vai quebrar a cara sozinha’. Mas eu acho que esse ‘quebrar a cara sozinha’ é o que faz a gente amadurecer, crescer, você não fica só ali no pai e na mãe, naquela redoma, então eu acho que é essa liberdade de você fazer as</p>

		coisas e ir crescendo, amadurecendo com essa liberdade. (...) Eu acho que eu sempre fui adulta, madura, mais cedo. Isso me comparando com o meu irmão. Meu irmão eu acho que ele não é adulto... ainda. Pela maturidade”.
--	--	---

## APÊNDICE D: Tabelas fase quantitativa

**Tabela 1: Aspectos sociocontextuais**

**(continua)**

<i>Sexo</i>	Masculino	17	26,5%
	Feminino	47	73,5%
	<i>Total</i>	64	100%
<i>Faixa etária</i>	25 a 29	39	60,9%
	30 a 34	25	39,1%
	<i>Total</i>	64	100%
<i>Faixa de renda</i>	R\$0 a R\$1085	1	1,6%
	R\$1085 a R\$1734	4	6,2%
	R\$1734 a R\$7475	27	42,2%
	R\$7475 a R\$9745	15	23,4%
	Acima de R\$9745	17	26,6%
	<i>Total</i>	64	100%
<i>Escolaridade</i>	Ensino Médio completo	1	1,6%
	Superior incompleto	4	6,2%
	Superior completo	18	28,1%
	Pós-graduação incompleta	11	17,2%
	Pós-graduação completa	30	46,9%
	<i>Total</i>	64	100%
	<i>Estado civil</i>	Solteiro	24
Casado/União estável		29	45,3%
Namorando		11	17,2%
<i>Total</i>		64	100%

(continua)

<i>Filhos</i>	Sim	10	15,6%
	Não	54	84,4%
	<i>Total</i>	64	100%
<i>Região de moradia</i>	Norte	0	0%
	Nordeste	21	32,9%
	Sul	0	0%
	Sudeste	43	67,1%
	Centro-oeste	0	0%
	<i>Total</i>	64	100%
	<i>Com quem reside</i>	Sozinho(a)	6
Amigo(s)		6	9,4%
Irmão(s)		1	1,6%
Cônjuge		21	32,9%
Cônjuge e filho(s)		12	18,6%
Pais		18	28,1%
<i>Total</i>		64	100%
<i>Ocupação</i>		Não estuda nem trabalha	2
	Estuda na graduação	2	3,1%
	Estuda na pós-graduação	5	7,8%
	Trabalha	31	48,4%
	Trabalha e estuda na graduação	5	7,8%
	Trabalha e estuda na pós-graduação	19	29,7%
	<i>Total</i>	64	100%
	<i>Sustento financeiro</i>	Divido as despesas com meu/minha cônjuge ou companheiro(a) e juntos garantimos o sustento da casa	25
Não tenho meus próprios ganhos/rendimentos. Sou mantido(a) por meu/minha cônjuge ou companheiro(a)		2	3,1%

<i>Sustento financeiro</i>	Não tenho meus próprios ganhos/rendimentos. Sou mantido(a) por meus pais/familiares	2	3,1%
	Sustento-me parcialmente com meus ganhos/rendimentos. Recebo de meus pai/familiares ajuda regular ou sempre que preciso	21	32,9%
	Sustento-me totalmente com meus próprios ganhos/rendimentos	12	18,7%
	Sustento-me totalmente com meus próprios ganhos/rendimentos e sou responsável pelo sustento de meu(s) familiar(es)	2	3,1%
	<i>Total</i>	64	100%

**Tabela 2: Fatores associados à construção da identidade adulta**

EM SUA OPINIÃO, QUE FATORES PRECISAM EXISTIR PARA QUE UMA PESSOA POSSA SER CONSIDERADA ADULTA?		
<i>Responsabilidade</i>	60	93,7%
<i>Independência financeira</i>	44	68,7%
<i>Autonomia</i>	39	60,9%
<i>Controle emocional</i>	36	56,2%
<i>Trabalho</i>	34	53,1%
<i>Liberdade</i>	26	40,6%
<i>Estabilidade</i>	23	35,9%
<i>Idade adequada</i>	16	25,0%
<i>Conquista</i>	13	20,3%
<i>Sair da casa dos pais</i>	9	14,0%
<i>Casamento</i>	3	4,6%
<i>Cobrança</i>	3	4,6%
<i>Maternidade/paternidade</i>	0	0%

**Tabela 3: Normatividade etária**

	<i>Sim</i>	<i>Não</i>	Total
EXISTE UMA IDADE DEFINIDA PARA A PESSOA SE TORNAR ADULTA?	7 11%	57 89%	64 100%
$\chi^2=39,063$ $p<0,001$ Residual: Sim=-25/Não=25			

Nota: O resultado  $p < 0,001$  para o cálculo qui-quadrado confere alto nível de confiança aos dados obtidos, já que mede a margem de erro das medições, baixíssima para as variáveis qualitativas aqui consideradas.

**Tabela 4: Olhar da família**

	<i>Sim</i>	<i>Não</i>	<i>Não sei</i>	<i>Nem todos</i>	Total
SUA FAMÍLIA O(A) CONSIDERA UMA PESSOA ADULTA?	48 75%	4 6,2%	4 6,2%	8 12,6%	64 100%
$\chi^2= 86,000$ $p < 0,001$ Residual: Sim=32/ Não=-8/Não sei=-12/Nem todos=-12					

Nota: O resultado  $p < 0,001$  para o cálculo qui-quadrado confere alto nível de confiança aos dados obtidos, já que mede a margem de erro das medições, baixíssima para as variáveis qualitativas aqui consideradas.

**Tabela 5: Autodenominação**

	<i>Adolescente</i>	<i>Jovem</i>	<i>Jovem-adulto</i>	<i>Adulto</i>	Total
QUAL DESSES TERMOS MELHOR O(A) DEFINE?	--	4 6,2%	39 60,9%	21 32,9%	64 100%
$\chi^2=28,719$ $p < 0,001$ Residual: Jovem=-17,3 /Jovem-adulto=17,7/Adulto=-0,3					

Nota: O resultado  $p < 0,001$  para o cálculo qui-quadrado confere alto nível de confiança aos dados obtidos, já que mede a margem de erro das medições, baixíssima para as variáveis qualitativas aqui consideradas.

**Tabela 6: Autoconceito**

	<i>Sim</i>	<i>Não</i>	<i>Não sei</i>	Total
VOCÊ SE CONSIDERA UMA PESSOA ADULTA?	52 81,2%	5 7,8%	7 11%	64 100%
$\chi^2=66,219$ $p<0,001$ Residual: Sim=30,7/Não=-16,3/Não sei=-14,3				

Nota: O resultado  $p < 0,001$  para o cálculo qui-quadrado confere alto nível de confiança aos dados obtidos, já que mede a margem de erro das medições, baixíssima para as variáveis qualitativas aqui consideradas.

**Tabela 7: Intervalos etários e autoconceito**

VOCÊ SE CONSIDERA UMA PESSOA ADULTA?				
Idade	<i>Sim</i>	<i>Não</i>	<i>Não sei</i>	Total
<b>25 a 29</b>	30 76,9%	5 12,8	4 10,3%	39 100%
<b>30 a 34</b>	22 88%	-	3 12%	25 100%
Total	52 81,3%	5 7,8%	7 10,9%	64 100%
$\chi^2=3,478$ $p > 0,05$				

Nota: em relação ao resultado  $p > 0,05$  para o cálculo qui-quadrado, o mesmo indica a inexistência de diferenças significativas entre os dois grupos etários.

**Tabela 8: Intervalos etários e autodenominação**

QUAL DESSES TERMOS MELHOR O(A) DEFINE?				
Idade	<i>Jovem</i>	<i>Jovem-adulto</i>	<i>Adulto</i>	Total
<b>25 a 29</b>	4 10,3%	27 69,2%	8 20,5%	39 100%
<b>30 a 34</b>	-	12 48%	13 52%	25 100%
Total	4 6,3%	39 60,9%	21 32,8%	64 100%
$\chi^2=8,294$ $p<0,02$				

Nota: o resultado  $p < 0,02$  indica diferenças consideráveis entre tais grupos etários para a variável qualitativa considerada. Aqui, diferenças de idade resultam em mudanças significativas de percepção do si mesmo.

## LISTA DE FIGURAS

<i>Quadro 1:</i> Fases do ciclo vital do homem segundo Levinson (1979) .....	33
<i>Quadro 2:</i> Períodos da fase adulta segundo Levinson (1979) .....	35
<i>Quadro 3:</i> Identificação dos participantes da fase qualitativa .....	50
<i>Figura 1:</i> Participação segundo sexo .....	58
<i>Figura 2:</i> Participação segundo faixa etária .....	58
<i>Figura 3:</i> Participação segundo existência de filhos .....	58
<i>Figura 4:</i> Participação segundo escolaridade .....	58
<i>Figura 5:</i> Participação segundo ocupação .....	59
<i>Figura 6:</i> Participação segundo ‘com quem reside’ .....	59
<i>Figura 7:</i> Participação segundo sustento financeiro .....	60
<i>Figura 8:</i> Participação segundo faixa de renda .....	61
<i>Figura 9:</i> Participação segundo estado civil .....	62
<i>Figura 10:</i> Significados atribuídos à adultez .....	63
<i>Figura 11:</i> Normatividade etária .....	65
<i>Figura 12:</i> Olhar da família segundo os participantes .....	66
<i>Figura 13:</i> Autodenominação .....	67
<i>Figura 14:</i> Autoconceito .....	67
<i>Figura 15:</i> Autoconceito segundo as faixas etárias .....	68
<i>Figura 16:</i> Autodenominação segundo as faixas etárias .....	69



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE  
CATÓLICA DE SÃO PAULO-  
PUC/SP



## PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** Identidade na transição para a vida adulta: uma perspectiva sistêmica (título provisório)

**Pesquisador:** Clarissa Magalhães Rodrigues

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 45409414.6.0000.5482

**Instituição Proponente:** Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde da PUC/SP

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 1.287.096

#### Apresentação do Projeto:

Trata-se de protocolo de pesquisa para elaboração de Tese de Doutorado no Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia: Psicologia Clínica (PEPG em PCL), vinculado à Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde (FCHS) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP).

Projeto de pesquisa de autoria de Clarissa Magalhães Rodrigues, sob a orientação da Profa. Dra. Ida Kublikowski.

“(…) Tendo em vista a miríade de possibilidades de ser aberta pela pluralidade de caminhos possíveis na transição para a vida adulta na contemporaneidade, compreendemos que a realidade compartilhada desenha para os jovens, hoje, um cenário de insegurança e incerteza na construção de suas identidades individuais. Diante das transformações conjunturais que resultaram, de um lado, na relativização da importância dos tradicionais marcos de transição para a adultez (casamento, parentalidade, independência financeira e saída da casa dos pais) e, de outro, no embaçamento das fronteiras entre idades, torna-se necessário compreender quais parâmetros vêm, atualmente, servindo de referência existencial para a construção da identidade adulta, sendo a noção de identidade apreendida de uma perspectiva sistêmica, ancorada, portanto, nas ideias de complexidade, instabilidade e

**Endereço:** Rua Ministro Godói, 969 - sala 63 C

**Bairro:** Perdizes

**CEP:** 05.015-001

**UF:** SP

**Município:** SAO PAULO

**Telefone:** (11)3670-8466

**Fax:** (11)3670-8466

**E-mail:** cometica@pucsp.br



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE  
CATÓLICA DE SÃO PAULO-  
PUC/SP



Continuação do Parecer: 1.287.096

intersubjetividade que governam o mundo ocidental pós-moderno.”

#### **Objetivo da Pesquisa:**

Estão muito bem descritos e organizados de acordo com o que é praxe na academia, no que diz respeito a forma, conteúdo e estrutura de um bom projeto pesquisa.

#### **Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Atendem satisfatoriamente ao que está disposto e é recomendado na Resolução CNS/MS n. 466/12 que trata das pesquisas que envolvem seres humanos.

#### **Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

A exposição do Projeto é clara e objetiva, feita de maneira concisa e fundamentada, permitindo-se concluir que a pesquisa possui uma linha metodológica definida, base da qual será possível auferir conclusões consistentes.

#### **Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Apresentados a contento, conforme orienta a Resolução CNS/MS n° 466/12, os Regimento e Regulamento Interno do Comitê de Ética em Pesquisa, campus Monte Alegre da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - CEP-PUC/SP e o Manual Ilustrado da Plataforma Brasil, disponíveis para consulta no site: [www.pucsp.br/cometica](http://www.pucsp.br/cometica)

#### **Recomendações:**

Recomendamos que o desenvolvimento da pesquisa siga os fundamentos, metodologia, proposições, pressupostos em tela, do modo em que foram apresentados e avaliados por este Comitê de Ética em Pesquisa. Qualquer alteração deve ser imediatamente informada ao CEP-PUC/SP, indicando a parte do protocolo de pesquisa modificada, acompanhada das justificativas.

Também, a pesquisadora deverá observar e cumprir os itens relacionados abaixo, conforme indicado pela Res. 466/12:

- a) desenvolver o projeto conforme delineado;
- b) elaborar e apresentar o relatório final;

**Endereço:** Rua Ministro Godói, 969 - sala 63 C

**Bairro:** Perdizes

**CEP:** 05.015-001

**UF:** SP

**Município:** SAO PAULO

**Telefone:** (11)3670-8466

**Fax:** (11)3670-8466

**E-mail:** [cometica@pucsp.br](mailto:cometica@pucsp.br)



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE  
CATÓLICA DE SÃO PAULO-  
PUC/SP



Continuação do Parecer: 1.287.096

- c) apresentar dados solicitados pelo CEP, a qualquer momento;
- d) manter em arquivo, sob sua guarda, por um período de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa, os seus dados, em arquivo físico ou digital;
- e) encaminhar os resultados para publicação, com os devidos créditos aos pesquisadores associados e ao pessoal técnico participante do projeto;
- f) justificar, perante o CEP, interrupção do projeto.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Sem Pendências e Lista de Inadequações, portanto, somos de parecer favorável à aprovação e realização do projeto de pesquisa em tela.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_289813.pdf	05/05/2015 08:43:46		Aceito
Outros	Parecer do Programa Clarissa Magalhães Rodrigues.pdf	05/05/2015 08:42:55		Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_289813.pdf	25/05/2014 13:38:31		Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto_Assinada.pdf	25/05/2014 13:35:48		Aceito
Outros	Ofício de Apresentação ao CEP.docx	20/03/2014 20:39:56		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto Doutorado Cometica.docx	20/03/2014 20:37:34		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE Fase Qualitativa.docx	20/03/2014 20:37:08		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE Fase Quantitativa.docx	20/03/2014 20:36:43		Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Endereço:** Rua Ministro Godói, 969 - sala 63 C

**Bairro:** Perdizes

**CEP:** 05.015-001

**UF:** SP

**Município:** SAO PAULO

**Telefone:** (11)3670-8466

**Fax:** (11)3670-8466

**E-mail:** cometica@pucsp.br



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE  
CATÓLICA DE SÃO PAULO-  
PUC/SP



Continuação do Parecer: 1.287.096

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

SAO PAULO, 20 de Outubro de 2015

---

**Assinado por:**  
**Edgard de Assis Carvalho**  
**(Coordenador)**

**Endereço:** Rua Ministro Godói, 969 - sala 63 C

**Bairro:** Perdizes

**CEP:** 05.015-001

**UF:** SP

**Município:** SAO PAULO

**Telefone:** (11)3670-8466

**Fax:** (11)3670-8466

**E-mail:** cometica@pucsp.br